



RELATÓRIO ANUAL 2011



Banco de Cabo Verde

RELATÓRIO
DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
RELATÓRIO E CONTAS 2011

Banco de Cabo Verde
Cidade da Praia
2012

BANCO DE CABO VERDE

Avenida Amílcar Cabral, 27
CP 7600-101 - Praia - Cabo Verde
Tel: +238 2607000 / Fax: +238 2607197
<http://www.bcv.cv>

Edição

Departamento de Estudos Económicos e Estatísticas
Departamento de Contabilidade e Controlo Financeiro

Impressão

Tipografia Santos, Lda

Tiragem

200 Exemplares

Índice

Órgãos do Banco

Responsáveis pelos Órgãos de Direcção

Parte I. A Economia de Cabo Verde em 2011

Avaliação Global	15
Capítulo 1. Enquadramento Internacional	17
Capítulo 2. Políticas Macroeconómicas	23
2.1. Política Monetária e Desenvolvimentos Monetários e Financeiros	23
2.2. Política e Situação Orçamental	26
Capítulo 3. Procura, Produção e Preços.....	36
3.1. Procura.....	36
3.2. Produção	44
3.3. Preços	47
Capítulo 4. Balança de Pagamentos	50

Parte II. Supervisão do Sistema Financeiro

Capítulo 5. Sistema Bancário	61
5.1. Estrutura do Sistema Bancário e Parabancário	61
5.2. Evolução do Balanço Agregado do Sistema Bancário	61
5.3. Regulação e Supervisão	64
5.4. Avaliação do Risco e da Estabilidade do Sistema Bancário	65
Capítulo 6. Sector Segurador	67
6.1 Carteira de Prémios	67
6.2. Resseguro Cedido	68
6.3. Sinistralidade	69
6.4. Aspectos Técnico-Financeiros	70
Capítulo 7. Mercado de Valores Mobiliários	72
7.1. Evolução do Mercado de Capitais	72
7.2. Modernização do Quadro Legal e Regulamentar	73
7.3. Actividade de Supervisão	74

7.4. Promoção do Mercado de Capitais.....	74
---	----

Parte III. Actividades do Banco Central

Capítulo 8. Operações do Banco Central e Outras Actividades	79
8.1. Execução da Política Monetária e Gestão das Reservas Externas	79
8.2. Sistemas de Pagamentos	83
8.3. Sistemas de Compensação e de Liquidação Interbancária	87
8.4. Emissão e Tesouraria	90
8.5. Estudos Económicos e Estatísticas	94
8.6. Comunicação Externa e Relações Internacionais	97
8.7. Recursos Humanos	99
8.8. Organização e Informática	100
8.9. Contabilidade e Controlo Financeiro	101
8.10. Auditoria Interna	102
8.11. Serviços Jurídicos	103
8.12. Micro-Finanças	104

Parte IV. Relatório e Contas

Capítulo 9. Relatório e Contas	107
--------------------------------------	-----

Índice de Figuras

Figura 1. Evolução do Comércio e PIB Mundial	17
Figura 2. Evolução do Preço das Matérias-Primas	21
Figura 3. Cotação do EUR face ao USD e <i>Yield Curves</i>	22
Figura 4. Activos Externos Líquidos do Sistema	25
Figura 5. Fontes e Composição da Base Monetária	26
Figura 6. Receitas Fiscais e Despesas do Governo Central	28
Figura 7. Dívida Pública Interna	30
Figura 8. Produtividade e Eficiência do IVA em Cabo Verde	34
Figura 9. Eficiência em Alguns Países Seleccionados da OCDE (em 2006)	35
Figura 10. Contributos para o Crescimento do PIB e Indicadores de Confiança	37
Figura 11. Contributos para o Crescimento do Rendimento Disponível Nominal dos Particulares	37
Figura 12. Rendimento Disponível e Consumo Privado	38
Figura 13. Decomposição da FBCF e Investimento por Sector Institucional	39
Figura 14. Quota de Mercado de Exportações e Câmbios Efectivos	41
Figura 15. Crédito a Particulares	43
Figura 16. Principais Componentes do VAB	44
Figura 17. Procura Turística por Origem e Destino	45
Figura 18. Evolução do Índice de Preços no Consumidor	47
Figura 19. Evolução Homóloga da Inflação Subjacente e Inflação dos Principais Parceiros	48
Figura 20. Investimento, Poupança e Necessidade de Financiamento da Economia .	50
Figura 21. Balança Corrente excluindo Impactos dos Preços das Matérias Primas ...	53
Figura 22. Análise de Sustentabilidade da Dívida Pública Externa	57
Figura 23. Evolução das Principais Rubricas do Activo	62
Figura 24. Evolução das Principais Rubricas do Passivo.....	63
Figura 25. Evolução dos Resultados Líquidos do Sector	64
Figura 26. Estrutura Vida e Não Vida	68
Figura 27. Taxa de Sinistralidade Global	70
Figura 28. Liquidez Bancária por Manutenção das Disponibilidades Mínimas de Cai- xa	80
Figura 29. Taxas de Variação dos Títulos do Banco Central	80
Figura 30. Facilidade Permanente de Absorção de Liquidez	81
Figura 31. Disponibilidades Mínimas de Caixa	82
Figura 32. Notas em Circulação por Denominação em Valor (2011)	85
Figura 33. Evolução Anual de Cartões Produzidos em Circulação.....	87

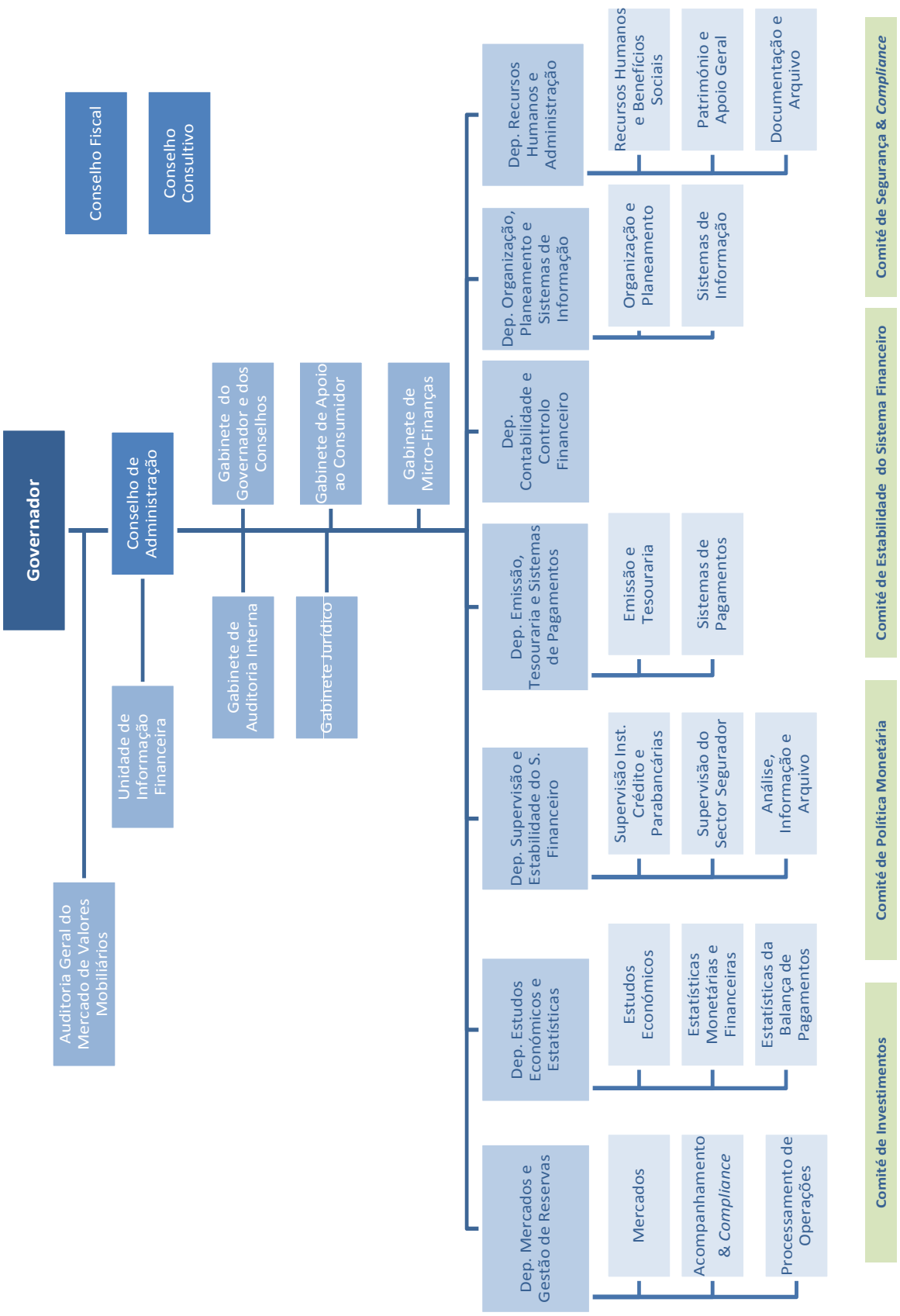
Figura 34. Sistema Integrado de Compensação Interbancária e Liquidação	88
Figura 35. Transferências Apresentadas à Compensação por Participantes	89

Índice de Quadros

Quadro 1 - Principais Indicadores Económicos	16
Quadro 2 - Economia Mundial- Indicadores Seleccionados	18
Quadro 3 - Principais Indicadores da Situação Monetária.....	24
Quadro 4 - Principais Indicadores Orçamentais	27
Quadro 5 - Dívida Externa por Credores em 2011.....	29
Quadro 6 - Indicadores de Sustentabilidade da Dívida do Governo Central	31
Quadro 7 - Evasão e Fraude Fiscal a Nível do IVA em Cabo Verde.....	33
Quadro 8 - Decomposição da Eficiência do IVA	33
Quadro 9 - Produto Interno Bruto, 2008-2011	36
Quadro 10 - Exportações de Mercadorias	40
Quadro 11- Distribuição Geográfica das Exportações de Mercadorias	40
Quadro 12 - Importações de Mercadorias CIF	42
Quadro 13 - Distribuição Geográfica das Importações de Mercadorias	42
Quadro 14 - Principais Indicadores do Turismo	45
Quadro 15 - IPC e suas Componentes	48
Quadro 16 - Balança Corrente e de Capital	51
Quadro 17 - Remessas de Emigrantes em Divisas	52
Quadro 18 - Balança Financeira	53
Quadro 19 - Indicadores de Sustentabilidade da Dívida do Governo Central	58
Quadro 20. Evolução dos Créditos e Provisões	62
Quadro 21. Taxa de Penetração e Densidade do Seguro	67
Quadro 22. Evolução e Estrutura da Carteira	67
Quadro 23. Evolução da Taxa de Cedência por Ramos de Seguro	69
Quadro 24. Evolução dos Custos com Sinistros	69
Quadro 25. Evolução das Provisões Técnicas Brutas	70
Quadro 26. Cobertura das Provisões Técnicas por Activos	71
Quadro 27. Composição dos Investimentos	71
Quadro 28. Margem de Solvência	71
Quadro 29. Volume Total de Transacções no Mercado Secundário	72
Quadro 30. Capitalização Bolsista	73
Quadro 31. Cartões e Terminais da Rede Vinti4	84

Quadro 32. Evolução da Emissão de Notas	91
Quadro 33. Circulação de Notas	92
Quadro 34. Depósitos /Levantamentos	92
Quadro 35. Contrafacção de Notas (Circuladas)	93
Quadro 36. Nível Académico	100
Quadro 37. Participação em Acções de Formação	100

Órgãos do Banco de Cabo Verde



Governador

Carlos Augusto de Burgo

Conselho de Administração

Carlos Augusto de Burgo

João Andrade Lopes

Manuel Costa

Manuel Frederico

Osvaldo Évora Lima

Conselho Fiscal

Aristides Alcântara

Eurico Pinto Monteiro

Carlos Lopes

Conselho Consultivo

Carlos Augusto de Burgo

Olavo Avelino Garcia Correia

Oswaldo Miguel Sequeira

Amaro Alexandre da Luz

Corentino Virgílio Santos

Paulo Santos Monteiro, Jr.

António Hilário Cruz

Orlando Mascarenhas

Aristides Alcântara

Representante das Instituições Financeiras

Responsáveis pelos Órgãos de Direcção

Auditoria Geral do Mercado de Valores Mobiliários

Maria Encarnação Rocha

Departamento de Mercados e Gestão de Reservas

Teresa Henriques

Departamento de Emissão, Tesouraria e Sistemas de Pagamentos

Antónia Lopes

Departamento de Supervisão e Estabilidade do Sistema Financeiro

João Carlos Fidalgo

Departamento de Estudos Económicos e Estatísticas

Ana Cristina Semedo

Departamento de Contabilidade e Controlo Financeiro

Maria Salomé Tavares

Departamento de Recursos Humanos e Administração

Jesuína Caixeirinho

Departamento de Organização, Planeamento e Sistema de Informação

José Manuel Veiga

Gabinete do Governador e dos Conselhos

Faraílda Évora

Gabinete Jurídico

António Semedo

Gabinete de Auditoria Interna

Suzy Brito

Gabinete de Apoio ao Consumidor

Silvino Fernandes

Unidade de Informação Financeira

António Varela

PARTE I

A ECONOMIA DE CABO VERDE EM 2011

Avaliação Global

O ano de 2011 ficou marcado pela inversão da trajectória de recuperação da actividade económica global da severa crise financeira e económica, iniciada em 2008. O impacto na economia real da crise da dívida soberana e dos problemas do sector financeiro europeu, bem como a nova escalada dos preços das matérias-primas, explicam, entre outros factores, a desaceleração da economia mundial.

Neste contexto externo menos favorável, o ritmo de crescimento da economia cabo-verdiana abrandou dos 5,6 estimados para 2010 para 5,1 por cento. Refira-se, entretanto, que a economia nacional tem-se mostrado bastante resiliente à crise financeira do maior parceiro do país - a Zona Euro - suportando-se, sobretudo, na dinâmica de investimentos (privados e públicos) e, a nível dos sectores de actividade, no desempenho do turismo, da indústria e das pescas.

A inflação atingiu os 4,5 por cento no final do ano, em resultado da repercussão nos preços domésticos da aceleração dos preços internacionais de bens energéticos e alimentares transformados, produtos essencialmente importados.

As contas externas deterioraram-se significativamente em 2011. O défice em conta corrente atingiu os 17 por cento do PIB, determinado pela aceleração das importações de bens, redução dos donativos e diminuição das exportações de serviços de transportes aéreos. A balança de capital e de operações financeiras teve, igualmente, um comportamento desfavorável. O excedente de capital reduziu-se acentuadamente com a conclusão dos projectos financiados com o primeiro compacto do *Millenium Challenge Account*, os influxos de investimento directo estrangeiro diminuíram 21,6 por cento e os desembolsos da dívida pública 3,3 por cento. Em resultado, as reservas internacionais líquidas do país (RIL) diminuíram 33 milhões de euros, passando a garantir 3,2 meses de importação.

Não obstante a redução dos influxos externos, o sistema bancário continuou a assegurar, de uma forma global, o crescimento do crédito às famílias, às empresas não financeiras e ao sector público, ao longo de 2011. Assim, tanto o crédito à economia como o crédito ao sector público administrativo cresceram a um ritmo superior ao do crescimento do PIB nominal, respectivamente em 9,8 por cento e 13 por cento, em 2011. Tendo em conta a elevada propensão a importar da nossa economia, a expansão do crédito interno contribuiu, em boa medida, para a deterioração das contas externas.

A evolução desfavorável da balança de pagamentos condicionou, em grande medida, a situação monetária do país, determinando um crescimento moderado da massa monetária. Efectivamente, com o intuito de corrigir a trajectória descendente das RIL, iniciada em Abril, o Banco de Cabo Verde procedeu ao aumento da base de incidência das reservas obrigatórias, incluindo os depósitos do Sector Público Administrativo. No final do ano, aumentou as suas taxas de referência em 150 pontos base e o coeficiente das disponibilidades mínimas de caixa em 2 pontos percentuais para 18 por cento, para vigorar em inícios de 2012.

Num contexto de agravamento do enquadramento externo, a política orçamental orientou-se no sentido da contenção das despesas de funcionamento e da melhoria da eficiência tributária. No final do ano, o défice orçamental incluindo donativos atingiu os 13.263 milhões de escudos cabo-verdianos, reduzindo 2,2 pontos percentuais, para 10,1 por cento do PIB. O financiamento do défice orçamental foi realizado com recurso tanto ao endividamento externo como ao endividamento interno. Em consequência, o *stock* da dívida do Governo Central (excluindo Títulos Consolidados de Mobilização Financeira) atingiu os 87,5 por cento do PIB.

Quadro 1. Principais Indicadores Económicos

	Unidades	2009	2010	2011
I. Sector Real				
Produto Interno Bruto	variação real em %	4,0	5,6	5,1
Inflação Média dos 12 meses	taxa variação em %	1,0	2,1	4,5
II. Sector Monetário e Cambial				
Activo Externo Líquido do Sistema	taxa variação em %	-1,7	6,4	-17,1
Reservas Internacionais Líquidas do BCV	taxa variação em %	-1,4	7,2	-11,3
Crédito Interno Líquido	taxa variação em %	10,8	5,8	10,3
Crédito à Economia	taxa variação em %	11,8	8,5	9,8
Massa Monetária	taxa variação em %	3,3	4,7	2,1
Índice de Taxa de Câmbio Efectiva Nominal	2001=100; valores médios	105,2	104,5	105,1
Índice de Taxa de Câmbio Efectiva Real	2001=100; valores médios	114,6	114,6	116,9
III. Sector Externo				
Balança Corrente + Balança de Capital	em % do PIB	-13,4	-11,6	-16,3
Balança Corrente	em % do PIB	-16,6	-14,3	-17,0
Reservas/Importações	meses	4,2	4,2	3,2
Dívida Externa Pública	em % do PIB	51,7	60,0	67,2
Dívida Externa Pública/Exportações	em %	130,5	139,2	142,5
IV. Finanças Públicas				
Saldo Global	em % do PIB	-6,8	-12,3	-10,1
Saldo Primário	em % do PIB	-5,2	-11,5	-8,4
<i>Stock</i> da Dívida Pública (Líquida)	em % do PIB	69,9	77,6	87,5

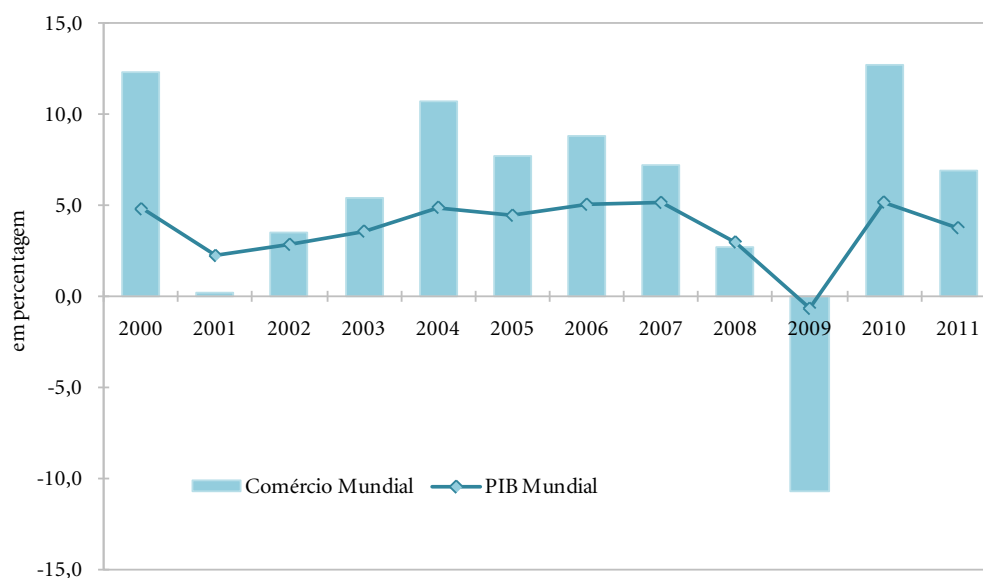
Fonte: Banco de Cabo Verde.

Capítulo 1. Enquadramento Internacional

Em 2011, a economia global inverteu a trajectória de recuperação da crise financeira e económica de 2008, abrandando significativamente a partir de finais do primeiro trimestre.

As estimativas do Fundo Monetário Internacional (FMI) apontam para um crescimento global na ordem dos 3,9 por cento em termos reais, 1,4 pontos percentuais abaixo da taxa de crescimento registada em 2010. O abrandamento da actividade económica mundial reflecte, por um lado, desenvolvimentos antecipados, relacionados com o efeito de base, nomeadamente com a sustentação dos ritmos acelerados de crescimento da produção industrial e do comércio mundial de 2010, após a contracção registada em 2009. Por outro lado, reflecte, em grande medida, os impactos na cadeia produtiva do sismo e tsunami do Japão, bem como da inesperada subida dos preços do petróleo, em consequência da vaga de instabilidade política e social que se iniciou em Fevereiro na Tunísia e se alastrou ao Egipto, Líbia, Iemén, Síria, entre outros países. Igualmente, o arrastamento da crise da dívida soberana e problemas do sector bancário na Europa, com impactos na economia real, afectaram sobremaneira o desempenho da economia mundial e, em particular, das economias avançadas, que registaram uma *performance* mais fraca.

Figura 1. Evolução do Comércio e PIB Mundial



Fonte: Fundo Monetário Internacional.

O produto interno bruto dos países avançados cresceu 1,6 por cento em 2011, que compara aos 3,2 por cento registados em 2010. A economia nipónica contraiu 0,7 por cento, de acordo com o FMI, apresentando o pior desempenho do grupo. A Zona Euro, o maior parceiro comercial do país, cresceu em termos reais à taxa de 1,4 por cento, o que

representa uma desaceleração em 0,5 pontos percentuais face ao ano anterior. A actividade económica nos Estados Unidos cresceu 1,7 por cento, após o crescimento de três por cento, observado em 2010.

Quadro 2. Economia Mundial- Indicadores Seleccionados (em percentagem)

	PIB ¹ real			Preços no Consumidor ²			Desemprego		
	2009	2010	2011	2009	2010	2011	2009	2010	2011
Economias Avançadas	-3,4	3,2	1,6	0,1	1,5	2,7	8,0	8,3	7,9
EUA	-2,6	3,0	1,7	-0,3	1,6	3,1	9,3	9,6	9,0
Zona Euro	-4,1	1,9	1,4	0,3	1,6	2,7	9,5	10,1	10,1
Japão	-6,3	4,4	-0,7	-1,4	-0,7	-0,3	5,1	5,1	4,5
Mercados Emergentes e Economias em Desenvolvimento	2,7	7,5	6,2	5,2	6,1	7,1	-	-	-
Brasil	-0,6	7,5	2,7	4,9	5,0	6,6	8,1	6,7	6,0
Rússia	-7,8	4,3	4,3	11,7	6,9	8,4	8,4	7,5	6,5
Índia	6,8	10,6	7,2	-0,7	12,0	8,6	-	-	-
China	9,2	10,4	9,2	10,9	3,3	5,4	4,3	4,1	4,0
África Subsahariana	2,8	5,3	5,1	10,5	7,5	8,2	-	-	-

Fonte: Fundo Monetário Internacional; EUROSTAT; *US Bureau of Economic Analysis*.

Notas: 1 Estimativas;

2 Variação Média Anual.

O dinamismo das economias emergentes e em desenvolvimento, não obstante a desaceleração, compensou, em boa medida, o fraco desempenho dos países avançados. Com efeito, nos mercados emergentes e em desenvolvimento, a actividade económica permaneceu robusta (crescendo 6,2 por cento), embora consideravelmente díspar entre regiões. O aumento dos preços das matérias-primas estimulou o desempenho das economias da Europa Central e de Leste, cujo produto interno bruto acelerou dos 4,5 por cento para 5,3 por cento. A actividade económica manteve-se, também, robusta na África Subsahariana, que cresceu na ordem dos cinco por cento. Contudo, a instabilidade política e social que ainda persiste em alguns países do Magreb e do Médio Oriente teve um impacto negativo no seu desempenho, tendo registado um crescimento de 3,5 por cento, que compara ao 4,9 por cento em 2010. De notar, ainda, a moderação do ritmo de crescimento das três maiores economias do grupo das economias emergentes e em desenvolvimento- China, Índia e Brasil-, relacionada, por um lado, com as medidas de política monetária adoptadas para fazer face às pressões inflacionistas e, por outro, em resultado da redução da procura mundial. Em termos reais, Brasil, Rússia, Índia e China cresceram respectivamente à taxa de 2,7, 4,3, 7,2 e 9,2 por cento, em 2011, que compara aos crescimentos de 7,5, 4,3, 10,6 e 10,4 por cento registados em 2010.

A nível do mercado de trabalho, os ganhos continuaram modestos, particularmente, nos países avançados. De acordo com a Organização Internacional do Trabalho, o desemprego atinge, a nível mundial, 200 milhões de pessoas, o que representa um crescimento total de 27 milhões, relativamente ao ano de 2007. De destacar a evolução desfavorável da situação do mercado de trabalho nos principais mercados de acolhimento da emigração cabo-verdiana, em 2011, nomeadamente dos países da Área do Euro, cuja taxa de desemprego aumentou de 10 por cento para 10,6 por cento em 2011. Por seu turno, os Estados Unidos registaram uma redução da taxa de desemprego, de 9,6 por cento para 9 por cento, principalmente com a criação de centenas de milhares de postos de trabalho pelo sector

privado, no último trimestre do ano. Contudo, a taxa de desemprego dos EUA permaneceu em níveis historicamente elevados.

Em termos de políticas macroeconómicas, a política monetária continuou a acomodar estímulos à recuperação económica, em particular nas economias avançadas, não obstante o aumento das pressões inflacionistas. Neste contexto, o *Federal Reserve* (FED) manteve a banda de flutuação da sua taxa de juros de referência em 0-0,25 por cento e deu sequência ao segundo programa de *quantitative easing* (QE2), lançado em Novembro de 2010. Entre outras medidas, o QE2 previa o aumento da carteira de títulos do tesouro da autoridade monetária em 600 mil milhões de dólares, até Junho de 2011. Adicionalmente, o FED aprovou, na reunião do *Federal Open Market Committee* de 20 e 21 de Setembro de 2011, um programa que visa o alargamento da maturidade média dos títulos do tesouro da sua carteira.

O Banco Central Europeu (BCE), cujo mandato o caracteriza como uma instituição essencialmente *inflation averse*, aumentou num primeiro momento as suas taxas de referência (em 0,25 pontos, em Abril e Julho), em linha com a aceleração dos preços. Com a deterioração significativa das condições económicas e financeiras na região, no terceiro e quarto trimestres do ano, o BCE diminuiu a taxa *refi* para 1 por cento em Dezembro, aumentou o limite da facilidade de crédito ao sistema bancário, anunciou medidas adicionais para apoiar bancos mais pequenos (que inclui operações de refinanciamento de longo prazo e alargamento do *portfolio* de colaterais elegíveis para operações de crédito) e baixou a taxa de reservas obrigatórias de dois para um por cento.

No que tange à política orçamental, as preocupações com os elevados níveis de défices e dívida pública, em especial na Área do Euro, suportaram a orientação no sentido do ajustamento orçamental.

Zona Euro

Depois de ter registado, no primeiro trimestre, o maior crescimento homólogo dos últimos três anos (2,4 por cento), a economia da Zona Euro apresentou um perfil descendente, que culminou com uma recessão no quarto trimestre. A Alemanha e a Grécia tiveram, respectivamente, o melhor e o pior desempenho da região monetária, em 2011. A Alemanha registou um crescimento anual de 3,1 por cento, que compara ao crescimento de 3,6 por cento registado no anterior. Enquanto a Grécia, o primeiro país a ser resgatado financeiramente pelo FMI, BCE e Comunidade Europeia, contraiu 6,8 por cento.

A moderação do crescimento na Área do Euro esteve muito associada aos problemas de liquidez do sector bancário e de financiamento dos Estados excessivamente endividados, alguns dos quais obrigados a implementar um rigoroso programa de consolidação orçamental. Registe-se que, além dos países que já acederam ao Fundo Europeu de Estabilização Económica (Grécia, Irlanda e Portugal), os mercados recearam a necessidade de um eventual resgate financeiro da Itália e da Espanha, respectivamente a terceira e a quarta economia da região monetária. Ao longo do ano, os problemas dos países mais vulneráveis agudizaram-se, levando a um crescimento das taxas de rendibilidades das dívidas soberanas e dos *credit default swaps* para níveis históricos.

Paralelamente, problemas pontuais relacionados com o abastecimento de petróleo à Europa, em resultado do embargo à circulação marítima no Canal de Suez em Abril, con-

tribuíram para o desempenho menos favorável da região no segundo trimestre, e em especial da maior economia – a Alemã.

A taxa de desemprego do grupo de países da Área do Euro atingiu os 10,6 por cento em Dezembro, 0,6 pontos percentuais acima do valor registado em período homólogo. A Espanha e a Grécia registaram as maiores taxas de desemprego (22,9 e 19,2 por cento, respectivamente), enquanto a Áustria, a Holanda e o Luxemburgo registaram as taxas mais baixas da união monetária, de 4,1, 4,9 e 5,2 por cento, respectivamente.

A inflação homóloga atingiu os 2,7 por cento em Dezembro, invertendo o perfil ascendente observado desde Fevereiro de 2010. A trajectória da inflação nos últimos meses do ano, as expectativas no sentido da estabilidade da inflação no longo prazo e a evolução moderada da oferta de moeda sustentaram o reforço da orientação acomodatória da política monetária, em Dezembro.

Estados Unidos da América

A economia dos EUA apresentou, igualmente, uma trajectória de desaceleração a partir do segundo trimestre. Recuperou, entretanto, no quarto trimestre, quando o crescimento do PIB em termos anualizados acelerou dos 1,8 para 3 por cento. Registe-se que o sector industrial dos EUA foi fortemente afectado, principalmente no segundo trimestre, por problemas de abastecimento de matérias-primas (relacionados com o impacto do terremoto na produção Japonesa), elevados custos de produção e, em alguns Estados, condições meteorológicas severas.

Em termos anuais, o crescimento real da actividade económica abrandou 1,3 pontos percentuais, para 1,7 por cento, em 2011. O desempenho menos favorável ficou a dever-se à queda do investimento em existências e dos gastos públicos (do governo federal e dos governos locais), aliada à desaceleração das exportações.

A situação no mercado de trabalho melhorou a partir de Outubro, quando a taxa de desemprego, que vinha registando uma tendência crescente desde Abril, reduziu. Em Dezembro, a taxa de desemprego dos EUA atingiu os 8,5 por cento, que compara à taxa de 9,4 por cento registada em período homólogo.

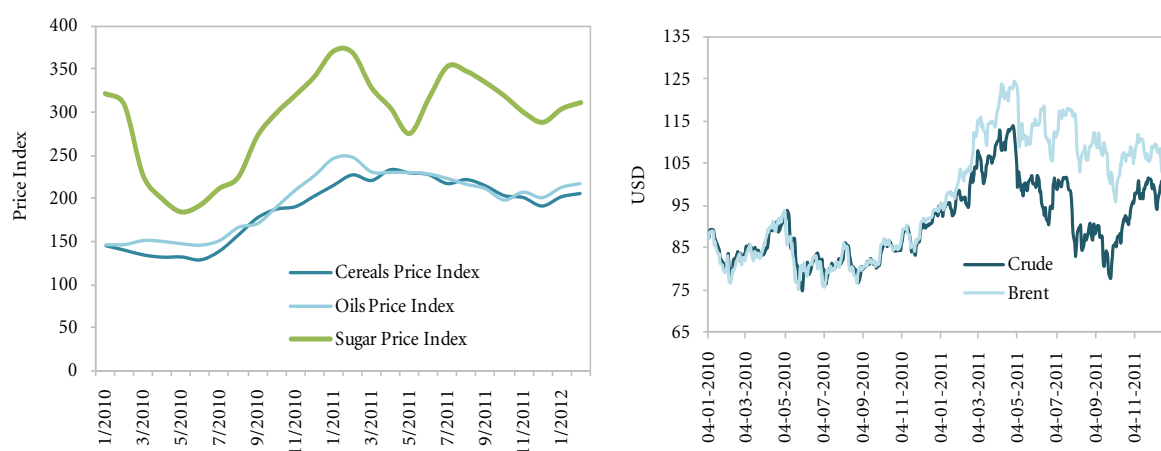
Em função da aceleração dos preços das matérias-primas, a inflação homóloga nos EUA apresentou uma tendência ascendente ao longo de todo o ano, atingindo em Dezembro 2,2 por cento (0,6 por cento no período homólogo). Não obstante a evolução da inflação, o *Federal Reserve*, considerando que o nível de desemprego permanecia excessivamente elevado, manteve uma política essencialmente expansionista. Também a política orçamental permaneceu orientada para estimular a recuperação da economia e do emprego, pese embora o compromisso das autoridades públicas em garantir a sustentabilidade fiscal a longo prazo. Refira-se que após anúncios de medidas para reduzir os gastos de funcionamento e de um plano para reduzir o défice em 4 mil biliões de dólares até 2023, o Senado aprovou um aumento do limite de endividamento do Governo Federal, em Agosto. A indefinição política à volta da decisão ocasionou pela primeira vez na história o *downgrading* da dívida soberana dos EUA.

Mercado das Matérias-Primas

Ao longo de 2011, o aumento dos preços das matérias-primas energéticas e não energéticas resultou em pressões inflacionistas crescentes, quer nas economias avançadas quer nos mercados emergentes.

Em termos médios, o preço do barril do *brent* aumentou cerca de 33 por cento em 2011, depois de ter aumentado cerca de 29 por cento em 2010. Problemas relacionados com a oferta, devido à crise política e social no Norte de África e Médio Oriente (a situação da interrupção da circulação no canal de Suez, a guerra na Líbia e os persistentes problemas sociais e políticos na Síria e no Iémen), num contexto em que a procura permaneceu forte e crescente, explicam o comportamento do preço do petróleo.

Figura 2. Evolução do Preço das Matérias-Primas



Fonte: Reuters; FAO.

Os preços dos produtos alimentares apresentaram, igualmente, um perfil ascendente, principalmente no primeiro semestre do ano. Em termos anuais, o *food price index* cresceu 27,3 por cento em 2011, superando o máximo histórico de 17,9 por cento registado em 2008. O comportamento do índice compilado pela FAO é explicado, principalmente, pela aceleração do preço de cereais (40,7 por cento), óleos alimentares (35 por cento) e açúcar (27,1 por cento). Em termos gerais, a evolução dos preços dos produtos alimentares resultou da redução da produção, em consequência de condições meteorológicas adversas (secas e cheias), desastres naturais (incêndios, sismo e tsunami). Também as instabilidades sociais e políticas no Norte de África e a crise nuclear no Japão afectaram temporariamente os mercados.

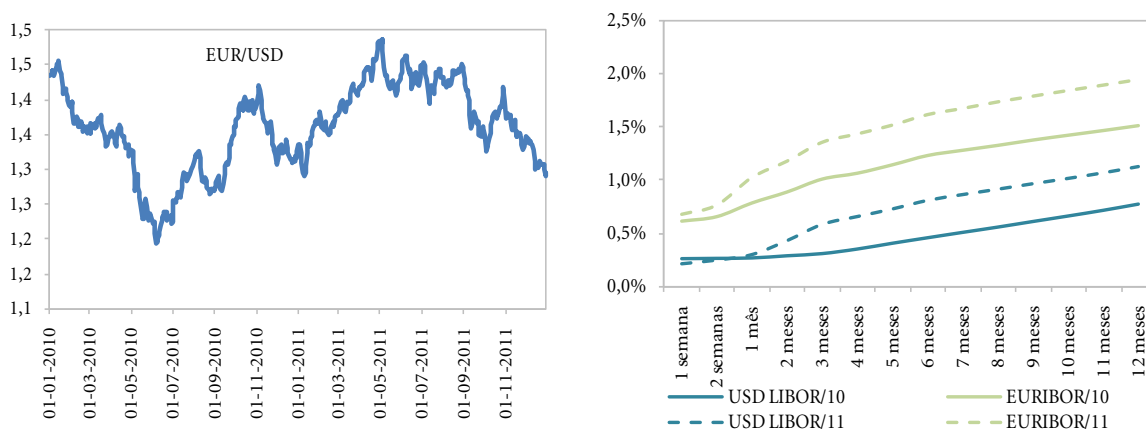
Mercado Cambial

O mercado cambial foi caracterizado por uma forte instabilidade, instigada pelas tensões nos mercados da dívida soberana na Europa e pelos desenvolvimentos económicos e financeiros das maiores economias mundiais.

A moeda única europeia, com a qual o escudo de Cabo Verde mantém uma paridade fixa desde 1998, apresentou uma tendência de apreciação até finais de Junho, para, a partir de então, depreciar. Em termos efectivos nominais, o EUR depreciou 0,9 por cento em 2011. Relativamente ao dólar americano, yen japonês e libra esterlina, o euro depreciou 3,0, 8,2 e 2,8 por cento, respectivamente, em termos homólogos em Dezembro.

A catástrofe que atingiu o Japão também influenciou, grandemente, o mercado cambial. A especulação em torno do repatriamento de fundos para reconstrução, por parte das seguradoras e investidores nipónicos no estrangeiro, causou uma forte apreciação da divisa nipónica. Considerando o impacto da subida do yen na recuperação económica (em termos das exportações, num contexto em que o país aumentou as suas importações de hidrocarbonetos para fazer face à crise energética), o grupo dos sete países mais desenvolvidos (G7) acordou uma actuação concertada no mercado para conter a sua apreciação.

Figura 3. Cotação do EUR face ao USD e Yield Curves



Fonte: Reuters.

Mercado Monetário

Nos mercados monetários, acompanhando a política monetária do Banco Central Europeu, as taxas de juro Euribor registaram um perfil ascendente até Junho, para depois decrescerem. Em termos médios, as taxas de 3, 6 e 12 meses registaram aumentos na ordem dos 0,41, 0,42 e 0,47 pontos percentuais, respectivamente, em 2011, favorecendo o alargamento dos *spreads* das *yield curves* da Zona Euro face aos EUA.

Capítulo 2. Políticas Macroeconómicas

2.1. Política Monetária e Desenvolvimentos Monetários e Financeiros

Orientada para o objectivo da sustentabilidade do regime cambial de *peg* ao Euro, a política monetária do Banco de Cabo Verde continuou focalizada na estabilização das reservas externas do país, em linha com o cumprimento das metas do programa *Policy Support Instrument*, firmado com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

A evolução desfavorável da balança de pagamentos e a aceleração do crédito interno condicionaram, no entanto, o cumprimento das metas acordadas com o FMI para as reservas internacionais líquidas (RIL) - que previam uma acumulação de 26 milhões de euros - e para os activos internos líquidos - acumulação de 1,1 mil milhões de escudos.

Com o intuito de corrigir a trajectória descendente das reservas externas, iniciada em Abril de 2011, e de reforçar a estabilidade do sistema financeiro, o BCV procedeu ao alargamento da base de incidência para a constituição das Disponibilidades Mínimas de Caixa (DMC), incluindo os depósitos do sector público administrativo em 50 por cento em Julho e 100 por cento em Dezembro. Igualmente, em meados do segundo semestre, restringiu as condições de acesso às facilidades permanentes de cedência, agravando a taxa em proporção crescente do volume solicitado e fixou um limite máximo para a cedência de fundos aos bancos.

Adicionalmente, face à deterioração do enquadramento externo da economia, o BCV aprovou, em Dezembro, o seguinte pacote de medidas adicionais, a vigorar a partir de Janeiro de 2012:

- aumento da taxa de juro directora, da taxa de facilidade permanente de cedência e da taxa de facilidade de absorção em 150 pontos base para 5,75, 8,75 e 3,25 por cento, respectivamente;
- aumento do coeficiente das DMC de 16 para 18 por cento.

Desenvolvimentos Monetários e Financeiros da Economia Cabo-Verdiana

Os desenvolvimentos monetários da economia cabo-verdiana foram condicionados, principalmente, pela evolução das contas externas. O aumento expressivo das importações, impulsionadas em boa medida pelo aumento dos preços internacionais de matérias-primas, a redução dos donativos ao Governo Central e a redução dos influxos do investimento directo estrangeiro explicam, em grande medida, a queda em 17,1 por cento dos Activos Externos Líquidos (AEL) do país, o que, em consequência, determinou o crescimento moderado da oferta de moeda (2,1 por cento).

Num contexto de redução dos influxos externos, o sistema bancário continuou a assegurar, de uma forma global, o crescimento do crédito às famílias, às empresas não financeiras e ao sector público. Com efeito, relativamente ao ano anterior, o crédito ao sector privado (empresas privadas e particulares) cresceu 9,4 por cento e o crédito ao sector público administrativo cerca de 13 por cento.

Em termos sectoriais, os empréstimos às sociedades não financeiras foram concedidos preferencialmente aos sectores dos transportes e comunicações, electricidade, gás e água e serviços sociais e pessoais, cujos montantes aumentaram 29, 28,7 e 15 por cento respectivamente. Note-se, contudo, um abrandamento do crédito a particulares para habitação (de 11,6 para 9,1 por cento) e uma relativa estabilização do ritmo de crescimento do crédito concedido às famílias para outros fins (em 9,1 por cento).

Quadro 3. Principais Indicadores da Situação Monetária (em milhões de escudos)

	2009	2010	2011
Activo Externo Líquido	28.441,9	30.258,3	23.365,9
Activo Externo Líquido do BCV	29.014,5	31.056,0	27.376,4
Activo Externo Líquido dos Bancos Comerciais	-572,6	-797,7	-4.010,5
Crédito Interno Líquido	92.450,8	97.437,7	107.531,1
Crédito Líquido ao SPA	17.910,5	16.558,0	18.713,8
Crédito à Economia	74.540,4	80.879,7	88.817,3
Outros Activos Líquidos	-15.440,9	-17.307,3	-18.232,0
Massa Monetária	105.451,7	110.388,7	112.665,0
(a) Passivos Monetários (M1)	39.866,6	42.804,6	37.762,2
Moeda em Circulação	8.361,7	8.591,5	8.493,3
Depósitos à Ordem em moeda nacional	31.504,9	34.213,1	29.268,9
(b) Passivos Quase Monetários	65.585,2	67.584,1	74.902,7
Depósitos de Poupança	2.975,9	3.249,6	3.480,3
Depósitos a Prazo em moeda nacional	23.783,5	23.889,5	22.664,9
Depósitos em Divisas de Residentes	3.224,5	2.754,4	3.156,8
Depósitos de Emigrantes	31.575,9	33.559,4	36.905,6
Outros	4.025,3	4.026,3	4.027,3

Fonte: Banco de Cabo Verde.

O crédito à economia, que inclui o crédito concedido às empresas públicas não financeiras, cresceu 9,8 por cento (8,5 por cento em 2010) traduzindo, de certa forma, as condições de financiamento relativamente atractivas, reflexo ainda das medidas de política adoptadas em 2010.¹ Com efeito, as taxas de juro activas, especialmente as de maturidade mais reduzida, apresentaram uma tendência de diminuição, quando comparadas com o período homólogo. As taxas para empréstimos de sete dias a um mês, de um mês a três meses e de três meses a seis meses registaram reduções na ordem dos 4,95, 2,31 e 2,76 pontos percentuais, respectivamente; enquanto a remuneração dos empréstimos de maturidades de dois a cinco anos, de cinco a dez anos e superior a dez anos aumentaram em 0,12, 0,72 e 0,61 pontos percentuais, respectivamente.

Em termos agregados, os depósitos (excluindo os de não residentes) caíram 2,3 por cento em 2011, após o aumento de 4,9 por cento registado no ano anterior. A redução dos depósitos foi determinada pela acentuada queda dos depósitos à ordem em moeda

¹ O facto do comportamento das taxas de juro dos empréstimos parecer reflectir a redução das taxas de referência do banco central ocorrida em 2010 é consistente com as conclusões de um exercício estatístico levado a cabo por consultores do Fundo Monetário Internacional. De acordo com os autores, as alterações na taxa directora não têm qualquer impacto contemporâneo nas taxas de juro praticadas pelas instituições bancárias. No longo prazo, contudo, a transmissão da política monetária é completa, particularmente às taxas de juro de depósitos.

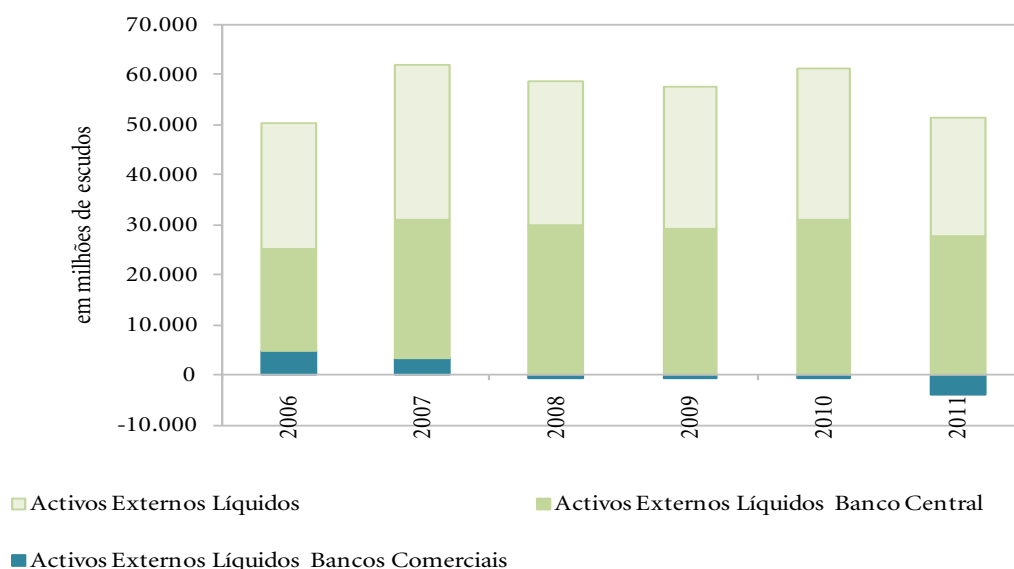
nacional (14,5 por cento), porquanto os depósitos a prazo e de poupança cresceram cerca de quatro por cento (três por cento em 2010).

O comportamento dos depósitos à ordem em moeda nacional e a redução das notas e moedas em poder do público (-1,1 por cento) determinaram a diminuição dos passivos monetários (M1) na ordem dos 11,8 por cento (+7,4 por cento em 2010).

Os passivos quase monetários, por seu turno, cresceram 10,8 por cento, em 2011, acelerando 7,8 pontos percentuais relativamente a 2010. Para o comportamento dos passivos quase monetários contribuíram, em larga medida, os aumentos registados nos depósitos de emigrantes, nos depósitos em divisas de residentes e nos depósitos de poupança em 10 por cento, 14,6 por cento e 7,1 por cento, respectivamente.

Condições de investimento mais atractivas poderão, em alguma medida, explicar o aumento dos depósitos a prazo em 2011, de acordo com a análise da evolução das taxas de juro efectivas praticadas nas operações passivas. Depois de uma certa estabilização, os aumentos verificados nas remunerações dos depósitos de residentes para as maturidades de um a três meses e de um a dois anos, bem como dos depósitos de não residentes e de emigrantes, compensaram as ligeiras reduções verificadas nos depósitos de residentes a prazos de três a seis meses e de seis meses a um ano. A evolução das taxas de juros das operações passivas poderá ter reflectido, em alguma medida, o comportamento dos bancos em atrair mais recursos de clientes, numa conjuntura de aperto de liquidez.

Figura 4. Activos Externos Líquidos do Sistema

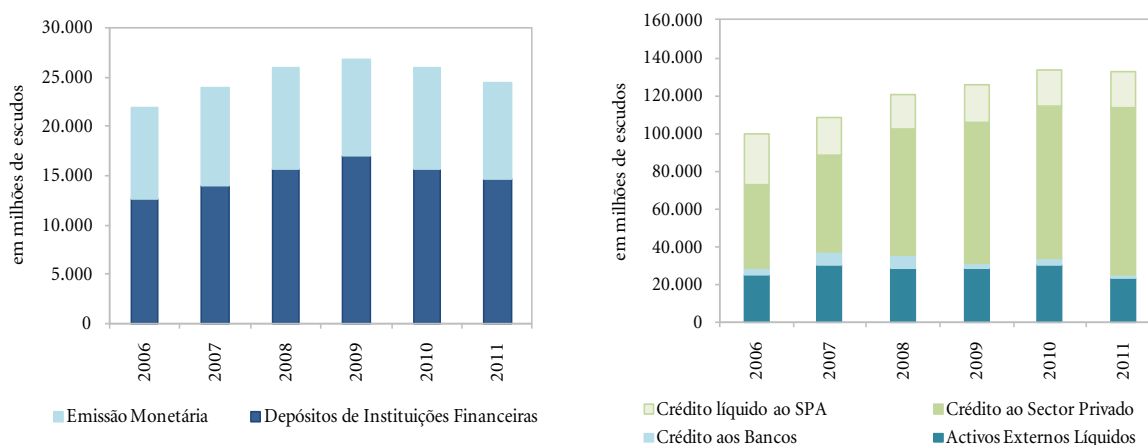


Fonte: Banco de Cabo Verde.

Aliadas à redução dos activos externos líquidos, as operações de política monetária determinaram a redução das responsabilidades do Banco de Cabo Verde, em 2011. As responsabilidades do banco central, representadas pela Base Monetária (BM), reduziram 5,7 por cento, em resultado tanto da redução da emissão monetária (3,4 por cento) como dos depósitos dos bancos comerciais (7,2 por cento). A diminuição dos depósitos dos bancos, não obstante o alargamento da base de incidência das reservas obrigatórias, confirmou

a tendência de redução do excesso da liquidez e reflectiu a implementação de algumas medidas de política monetária, particularmente em Dezembro, com o intuito de reduzir o activo interno líquido.

Figura 5. Fontes e Composição da Base Monetária



Fonte: Banco de Cabo Verde.

O multiplicador monetário aumentou de 4,3 para 4,7, em 2011, determinado pelo crescimento moderado do M2 e pela diminuição das responsabilidades do banco central para com os bancos comerciais. Em particular, a diminuição do coeficiente de reservas excessivas, que passou de +0,5 por cento para -0,8 por cento em 2011, explica o comportamento do multiplicador monetário, num contexto em que os coeficientes de circulação e de reservas obrigatórias permanecem constantes em 0,1 por cento e 16 por cento, respectivamente.

A velocidade de circulação monetária, medida pela relação entre o PIB nominal e o agregado M2, foi de 1,2 (1,1 em 2010). O ligeiro aumento da velocidade de circulação monetária traduziu o crescimento do M2 num ritmo inferior ao do crescimento do produto nacional, este último impulsionado pela inflação relativamente elevada (4,5 por cento).

2.2. Política e Situação Orçamental

O ano de 2011 marcou o início de *phasing-out* da política expansionista em curso nos últimos dois anos, suportada pela execução do Programa Pluri-Anual de Investimentos Públicos (PPIP).

Num contexto de agravamento do enquadramento externo, a política orçamental orientou-se no sentido da contenção das despesas de funcionamento (principalmente no segundo semestre do ano) e da melhoria da eficiência tributária. Entre outras medidas, as promoções, progressões e actualização de salários do pessoal da administração pública foram limitadas; adoptaram-se medidas de racionalização dos gastos com viagens, com o consumo de electricidade e combustíveis, bem como de medicamentos nos hospitais centrais; consolidou-se a base de dados dos pensionistas do regime não contributivo, passou-se a averiguar oficiosamente o rendimento dos beneficiários e reforçou-se os mecanismos de combate à fraude e evasões fiscais.

No que tange às despesas de investimentos, igualmente o Orçamento do Estado para 2011 previa uma contenção face a 2010. Com efeito, o PPIP, lançado em 2009, com o objectivo de estimular a procura interna, num contexto de transmissão da crise financeira e económica internacional à economia real cabo-verdiana, e enquadrado numa estratégia de aproveitamento das condições de financiamento externo altamente concessionais, foi orçado em 27.596 milhões de escudos, valor inferior ao orçamentado para 2010 em 12 por cento.

Os resultados das contas públicas espelham a política adoptada e a conjuntura económica e financeira menos favorável. Assim, no final do ano, o défice orçamental incluindo donativos atingiu os 13.263 milhões de escudos cabo-verdianos, reduzindo-se 2,2 pontos percentuais do PIB para 10,1 por cento. A redução das despesas de investimento, na ordem dos 18 por cento, explica, em larga medida, a redução do défice das contas públicas em 2011.

O défice ajustado de flutuações cíclicas fixou-se nos 10,1 por cento, sugerindo que o défice global ficou a dever-se, essencialmente, às medidas de política implementadas.

Quadro 4. Principais Indicadores Orçamentais

	em % do PIB		
	2009	2010	2011
Receitas Totais	32,5	32,1	28,7
Despesas Totais	39,3	44,3	38,7
Saldo Global incluindo Donativos	-6,8	-12,3	-10,1
Saldo Global excluindo Donativos	-13,3	-19,9	-13,2
Saldo Global Ajustado de Flutuações Cíclicas	-6,3	-11,8	-10,1
Saldo Primário incluindo Donativos	-5,2	-10,5	-8,4
Saldo Primário excluindo Donativos	-11,8	-18,1	-11,5
Dívida Pública	69,9	77,6	87,5

Fonte: Ministério das Finanças; Banco de Cabo Verde.

Nota: a componente cíclica do saldo orçamental foi calculada com base nas estimativas do PIB do Banco de Cabo Verde.

O défice primário decresceu 3,1 pontos percentuais para 8,4 por cento do PIB, fixando-se em 1,6 pontos percentuais abaixo do défice orçamental global. Entretanto, a contribuição dos juros da dívida pública para o défice aumentou com o acréscimo acelerado dos juros pagos aos credores internacionais.

Receitas Públicas

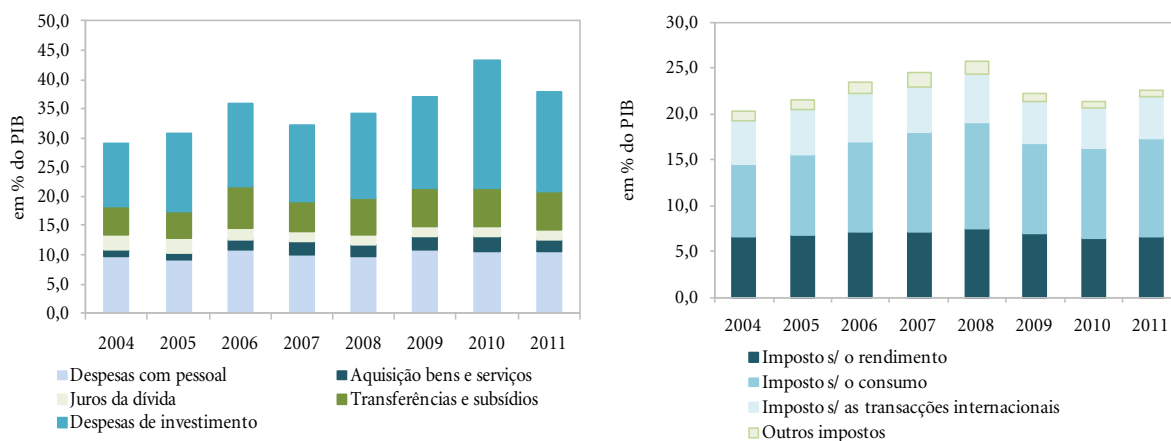
As receitas totais do Governo Central diminuíram 4,9 por cento, para 37.788 milhões de escudos. A queda das receitas, após o aumento de 3,1 por cento registado em 2010, é explicada pela redução expressiva dos donativos, em particular dos destinados a financiar projectos de investimento.

As receitas fiscais cresceram 12,3 por cento (+2,8 por cento em 2010), reflectindo, em grande medida, o dinamismo da actividade económica em 2010 e a melhoria da eficiência na cobrança. O valor colectado do imposto sobre o valor acrescentado, não deduzido de reembolsos, aumentou 10,3 por cento e os impostos sobre as transacções internacionais e

sobre o consumo de bens e serviços cresceram 10,2 e 45,3 por cento, respectivamente. O montante colectado do imposto único sobre rendimentos (IUR) aumentou 9,7 por cento (2,4 por cento em 2010), em resultado da aceleração da actividade económica em 2010 e do reforço da eficiência na cobrança. Registe-se que o IUR sobre pessoas singulares, maioritariamente cobrado directamente pelas entidades patronais, cresceu 4,6 por cento (4,3 por cento em 2010), enquanto o IUR sobre pessoas colectivas cresceu 17,1 por cento (-10 por cento em 2010).

As receitas não fiscais registaram um aumento de 1,6 por cento relativamente ao ano anterior, devido, essencialmente, ao aumento das receitas provenientes da cobrança de taxas, multas e outras penalidades (5 por cento) e dos rendimentos de propriedade (6,1 por cento).

Figura 6. Receitas Fiscais e Despesas do Governo Central



Fonte: Ministério das Finanças; Banco de Cabo Verde.

Despesas Públicas

As despesas totais do Governo Central atingiram os 51.051 milhões de escudos em finais de 2011, representando uma redução absoluta de 3.858 milhões. A redução das despesas de investimento, na ordem dos 18 por cento, explica o decréscimo das despesas públicas, na medida em que as despesas correntes registaram um aumento de 3,4 por cento (que compara aos 2,2 por cento registados em 2010).

A evolução das despesas correntes traduziu, em larga medida, o aumento das despesas com pessoal (4,4 por cento), dos subsídios (35,7 por cento) e das transferências correntes (3,6 por cento). Embora em desaceleração, o crescimento das despesas com pessoal resultou do recrutamento de professores e médicos. Por seu turno, o pagamento do défice tarifário, a compensação do custo de gasóleo da potência alugada à Electra no primeiro trimestre, bem como a actualização das pensões de reforma e do regime não contributivo, explicam, em grande medida, o comportamento dos subsídios e das transferências correntes em 2011.

O crescimento significativo dos encargos com os juros da dívida externa (21,8 por cento) também contribuiu para o aumento das despesas correntes. Refira-se, no entanto, a redução dos encargos com os juros da dívida interna (em 3,8 por cento), relacionada com

a estratégia de alargamento da maturidade dos títulos emitidos.

Orientadas, principalmente, para a melhoria da competitividade da economia, com projectos de infra-estruturação, de reforço do capital humano e da governação, as despesas de investimento totalizaram os 22.367 milhões de escudos, em Dezembro, representando uma execução de 81,1 por cento (81,2 por cento em 2010). Em termos homólogos, as despesas de investimento, financiadas em 52 por cento por empréstimos externos, em 11 por cento por donativos e em 37 por cento com recursos internos, caíram 17,6 por cento. O comportamento das despesas de investimentos reflectiu, por um lado, algum atraso na execução de projectos, nomeadamente do projecto casa para todos e, por outro, o efeito de base.

Dívida Pública

Em resultado do aumento das necessidades de financiamento do Governo Central, o *stock* da dívida (excluindo os Títulos Consolidados de Mobilização Financeira) cresceu 2,5 pontos percentuais, para 87,5 por cento do PIB em 2011. Esta evolução reflecte tanto o aumento do endividamento externo como o da dívida interna.

Em linha com a estratégia do Governo de aproveitamento dos recursos externos concessionais, aos quais o país é ainda elegível, a dívida externa efectiva acumulada ascendeu, no final de 2011, aos 88.574 milhões de CVE, passando a representar 67,2 por cento do PIB (cerca de 60 por cento do PIB em 2010).

Os influxos de capital oficial geradores da dívida externa, contudo, diminuíram três por cento, depois de terem mais que duplicado em 2010. Por seu turno, os encargos com os juros devidos aos credores externos aumentaram 28 por cento e o serviço total da dívida 7 por cento.

Quadro 5. Dívida Externa por Credores em 2011¹ (em milhões de escudos)

	Fluxos em 2011		Stock
	Desembolsos	Amortizações	Dívida Efectiva
Credores Multilaterais	3.456,1	1.005,6	42.936,8
Credores Bilaterais	12.530,8	809,6	31.092,7
Governo	3.005,1	493,8	13.380,3
Instituições Financeiras	9.525,7	315,7	17.712,4
Empresas Privadas	-	-	240,8
Outros	-	-	14.303,8
Total	15.986,9	1.815,2	88.574,1

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Nota: 1 Para o cálculo do valor em escudos de Cabo Verde, utilizou-se a taxa de câmbio de fim de período.

Cerca de 52 por cento do *stock* da dívida externa efectiva foi contratada junto a credores multilaterais, 14 por cento junto a credores bilaterais e 34 por cento junto a instituições financeiras. Não obstante a manutenção de um elevado grau de concessionalidade da carteira da dívida externa (87 por cento da carteira é concessional), regista-se uma alteração importante na estrutura dos contratos mais recentes, favorecendo os parceiros comerciais,

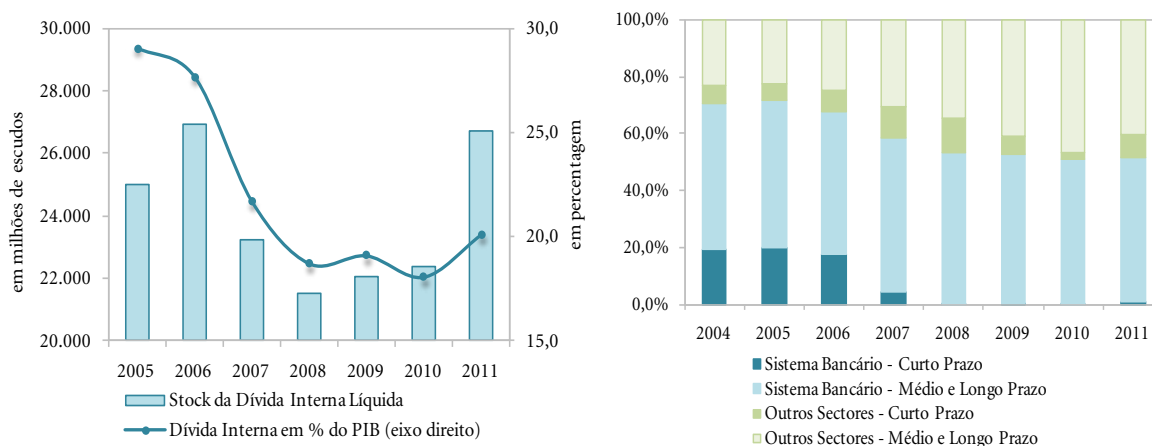
especialmente os bancos portugueses.²

Em termos médios, o Governo de Cabo Verde continua a financiar-se externamente à taxa de 1,34 por cento e a maturidade média da carteira é de 34 anos.

O *stock* da dívida interna, deduzido dos depósitos do Governo Central, fixou-se nos 26.725,5 milhões de escudos (20,3 por cento do PIB), concentrando-se, fundamentalmente, em títulos de médio e longo prazo (97,7 por cento da carteira). A dívida interna líquida aumentou 19,5 por cento em 2011 (1,4 por cento em 2010), em função do aumento da dívida titularizada do Governo Central, em 13,7 por cento, combinado com uma redução dos depósitos na ordem dos 5,3 por cento.

O sistema bancário nacional e o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) detêm, respectivamente, 53,9 por cento e 46,1 por cento do total do *stock* das Obrigações de Tesouro, e 12,7 por cento e 87,3 por cento do *stock* dos Bilhetes de Tesouro.

Figura 7. Dívida Pública Interna



Fonte: Ministério das Finanças; Bancos Comerciais; Banco de Cabo Verde.

Ao longo do ano, assistiu-se a uma certa estabilização das taxas de juros dos títulos de Tesouro, que entretanto registaram um ligeiro aumento em Dezembro. As taxas dos Bilhetes de Tesouro fixaram-se em 4,1, 4,2 e 4,3 por cento, respectivamente para as colocações a 91, 182 e 364 dias, aumentando respectivamente em 0,1, 0,3 e 0,6 pontos percentuais em termos homólogos. As taxas das Obrigações do Tesouro oscilaram entre 5,8 e 6 por cento, tendo-se registado, excepcionalmente, uma colocação a 6,06 por cento, em Outubro de 2011.

² Os contratos firmados com bancos portugueses beneficiam, na sua larga maioria, de uma bonificação correspondente a 50 por cento dos encargos com os juros, concedida pelo Governo português.

**Quadro 6. Indicadores de Sustentabilidade da Dívida do Governo Central
(em percentagem)**

	Limiar de Sustentabilidade ¹	Estimativas			
		2008	2009	2010	2011
Dívida Externa					
<i>Liquidez</i>					
Serviço da Dívida/Exportação de Bens e Serviços	20	4,6	5,4	4,6	4,3
Serviço da Dívida/Receitas Geradas Internamente	30	7,3	8,3	8,3	8,0
<i>Solvência</i>					
Valor Actual da Dívida/PIB	50	33,9	36,3	40,6	44,8
Valor Actual da Dívida/Exportações de Bens e Serviços	150	73,1	91,6	92,7	94,9
Valor Actual da Dívida /Receitas Geradas Internamente	250	116,8	139,9	166,2	175,7
Dívida Interna					
<i>Liquidez</i>					
Juros da Dívida/Receitas Geradas Internamente	5	4,3	4,2	4,2	3,8
<i>Solvência</i>					
Valor Actual da Dívida/Receitas Geradas Internamente	88	61,9	64,3	64,8	54,7

Fonte: Banco de Cabo Verde; Ministério das Finanças e Planeamento; *Debt Relief International*; Fundo Monetário Internacional.

Nota: 1 Limiares de sustentabilidade para países com moderada capacidade institucional.

Considerando o actual nível de endividamento do Governo Central, embora os riscos de insolvência sejam relativamente baixos, é importante que as autoridades da política económica avaliem criteriosamente a sustentabilidade da dívida pública, com o intuito de anteciparem eventuais problemas de pagamento e oportunamente implementarem medidas correctivas. Dado o elevado grau de dependência do país do financiamento externo, não seria desejável uma perda de confiança dos investidores externos, por um lado, e, por outro, dadas as características da economia, uma crise de pagamentos da dívida interna teria consequências financeiras muito graves.

O quadro acima mostra que tanto ao nível do endividamento interno como do endividamento externo os indicadores de solvência e de liquidez continuam abaixo dos limiares de sustentabilidade. Contudo, no caso da dívida externa o valor actual da dívida sobre o PIB aproxima-se progressivamente do nível crítico para um país considerado de risco moderado (50 por cento do PIB). Face aos riscos crescentes que resultam da própria conjuntura económica nacional e internacional e considerando a grande vulnerabilidade da economia cabo-verdiana, a política de endividamento do Governo deve ponderar adequadamente a rentabilidade económica, financeira e social dos projectos financiados.

Caixa 1. A Eficiência do IVA em Cabo Verde

A introdução do imposto sobre o valor acrescentado (IVA) em 2003-2004 constituiu a inovação mais importante da reforma mais recente do sistema fiscal em Cabo Verde. O IVA é visto como uma fonte de receita produtiva, como um instrumento de tributação neutro, no plano interno e no plano internacional, e como um imposto que se polícia a si próprio, graças ao mecanismo da liquidação-dedução.

A necessidade de alargar a base de incidência dos impostos indirectos e a necessidade de efectuar uma revisão global dos esquemas de isenção que acompanharam o imposto de consumo ao longo de vários anos, foram as principais razões para a introdução do IVA em Cabo Verde. No entanto, por razões de política social, um conjunto de bens e serviços foi isento do IVA, como sucede, por regra, nos países em desenvolvimento.³

Os impostos indirectos formam a parcela maior da receita fiscal cabo-verdiana e, entre eles, o IVA tornou-se o mais importante, ocupando o lugar que cabia ao imposto de consumo. Respondendo por cerca de 40 por cento de toda a receita fiscal, o IVA é a âncora do sistema fiscal cabo-verdiano. Revela-se mais como um imposto sobre as importações do que um imposto sobre operações internas e mostra-se mais como um imposto sobre as vendas do que um imposto sobre o valor acrescentado.

As receitas fiscais em Cabo Verde atingem em média 23 por cento do PIB e as receitas de IVA por si só, representam 8,5 por cento do PIB. Neste quadro, a função fiscal do IVA é de especial importância para Cabo Verde. Sendo assim, torna-se importante, por um lado, medir e avaliar a eficiência do IVA em Cabo Verde e, por outro, quantificar e analisar o IVA *gap*, propondo alguns princípios orientadores para a melhoria da eficiência na colecta das receitas dele provenientes.

A fim de se medir a eficiência do IVA, duas das ferramentas mais usadas, em particular nos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), são o rácio de produtividade (IVAp) e o rácio de C-eficiência (RCE). O primeiro indicador mostra o percentual de aumento das receitas do IVA no PIB, que é arrecadado por cada ponto percentual de aumento na taxa normal do IVA (por exemplo, o rácio de 45 por cento implica que um aumento de 1 ponto percentual na taxa normal do IVA está associado a um aumento da proporção das receitas do IVA em cerca de 0,45 pontos percentuais do PIB). Esta medida é calculada através da seguinte fórmula:

$$IVAp = \frac{(IVA_r / PIB) \times 100}{TN} \times 100$$

Onde, IVA_p representa o rácio de produtividade do IVA, IVA_r representa as receitas do IVA e TN é a taxa normal do IVA.

A segunda medida é considerada mais precisa, pois a base tributária está mais relacionada ao consumo interno do que à produção interna. Ela pode ser calculada como segue:

$$RCE = \frac{(IVA_r / CN) \times 100}{TN} \times 100$$

Onde, CN representa o consumo nacional.

Um sistema de IVA, em que todo o consumo é tributado a uma taxa uniforme, terá um RCE de cem por cento. Um valor diferente desta relação indica desvios de uma taxa única. Além da estrutura de taxas do IVA, o RCE reflecte também o nível do IVA *gap*.

³ Lei nº 21/VI/2003 de 14 de Julho.

Os factores que contribuem para a redução do RCE são: a erosão da base tributária, como consequência de reduções na taxa do IVA, as isenções fiscais, a fraude e a evasão fiscal e a administração fiscal ineficaz. A taxa zero de, por exemplo, alguns itens de consumo pode originar um RCE abaixo de cem por cento. Por outro lado, limitações ao direito à dedução fiscal podem resultar na inclusão do investimento na base do IVA e podem levar a que o rácio se situe acima dos cem por cento.

O rácio de C-eficiência (RCE) é uma medida resumo do grau em que o sistema de IVA de um país se afasta de um sistema de IVA “puro” com pleno e integral cumprimento. Para se avaliar rigorosamente a eficiência do imposto, o RCE pode ser decomposto em “*Policy Gap*” e em “*Compliance Gap*” (ou IVA *gap*), ou seja:

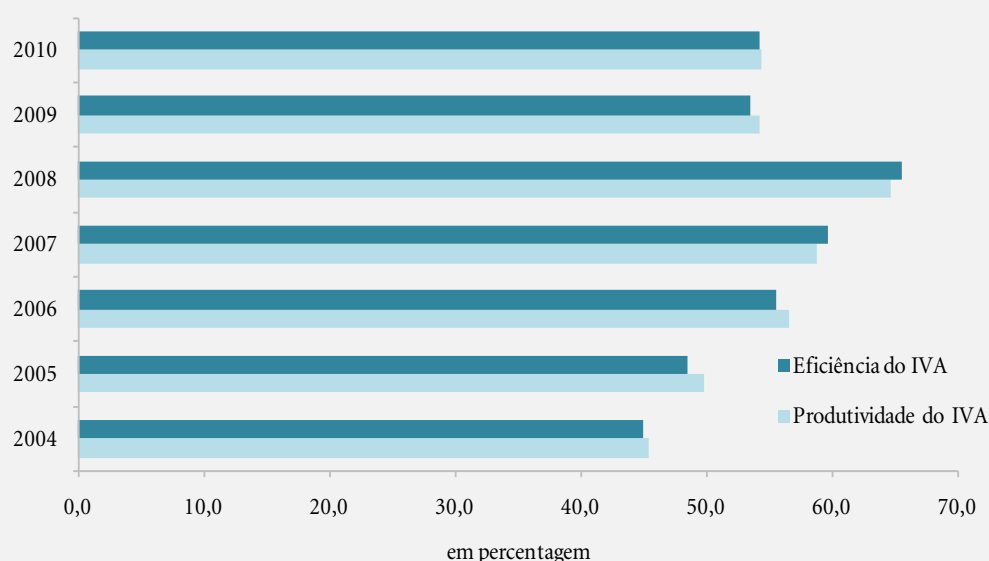
$$RCE = (1 - Compliance\ Gap) \times (1 - Policy\ Gap)$$

O “*Compliance Gap*” ou IVA *gap* é definido como a diferença entre as receitas do IVA efectivamente colectadas e as receitas potenciais que poderiam ser obtidas se a lei fosse perfeitamente aplicada. O “*Policy Gap*” é a diferença entre as receitas de IVA colectadas sob a lei actual e as receitas que seriam obtidas se todas as isenções não consistentes com as melhores práticas e todas as taxas reduzidas fossem eliminadas, em ambos os casos, assumindo total conformidade com a lei. Um “*Policy Gap*” de zero pressupõe uma taxa única para o IVA, que não comporta isenções, enquanto um “*Compliance Gap*” de zero indica total conformidade com o sistema tributário em vigor.

Embora a fraude contribua para o IVA *gap*, não é o seu único determinante. A evasão legal e o IVA não pago devido à insolvência contribuem para aumentar o IVA *gap*. Por seu turno, qualquer falha das contas nacionais em detectar e incorporar adequadamente os elementos da economia paralela vai diminuir a estimativa do IVA *gap*. A interacção desses factores significa que um alto IVA *gap* pode ser devido à prevalência de esquemas de evasão legal, enquanto um baixo IVA *gap* pode indicar uma falta de exactidão nas contas nacionais em medir a actividade legal ou ilegal na economia.

Para se quantificar e analisar a eficiência do IVA em Cabo Verde, calculou-se, numa primeira instância, o rácio de produtividade (IVAp) e o rácio de C-eficiência (RCE) do IVA. Os resultados encontram-se expressos na figura abaixo.

Figura 8. Produtividade e Eficiência do IVA em Cabo Verde



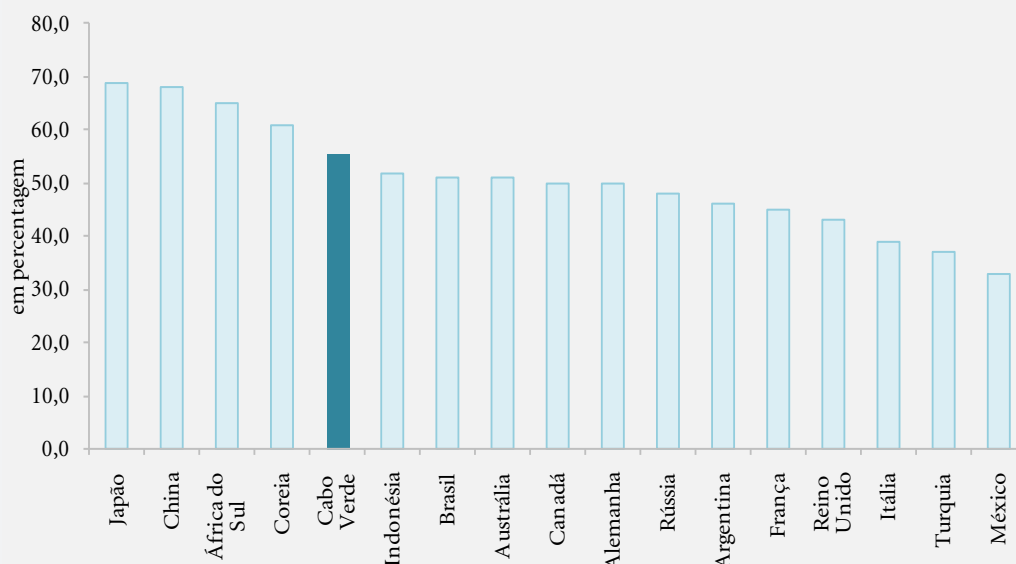
Fonte: Ministério das Finanças; Cálculos do Banco de Cabo Verde.

A produtividade do IVA e o RCE aumentaram de forma contínua, atingindo 22,4 e 23,9 pontos percentuais, respectivamente, em 2008 face a 2004. Estes aumentos ficaram a dever-se à forte arrecadação de receitas do IVA ao longo do período em análise, sugerindo uma melhoria na eficiência da cobrança.

Pode-se concluir, contudo, que, em 2009 e 2010, houve uma diminuição da eficiência, uma vez que ambos os rácios reduziram em 11,5 e 12,6 pontos percentuais, respectivamente. Tal situação poderá ser atribuída à fraude e evasão fiscal, bem como à ineficiência administrativa.

A figura seguinte compara o RCE de alguns países seleccionados da OCDE com o de Cabo Verde. O rácio varia de quase 70 por cento no Japão e na China para 33 por cento no México, reflectindo o impacto das isenções, taxas preferenciais e problemas de incumprimento. Com uma taxa de imposto relativamente baixa e uma larga base tributária, Cabo Verde ultrapassa em termos de RCE vários países da OCDE, inclusivamente, países avançados como a Alemanha, França e Reino Unido.

Figura 9. Eficiência em alguns Países Seleccionados da OCDE (em 2006)



Fonte: Ministério das Finanças; Cálculos do Banco de Cabo Verde.

O IVA *gap*, em percentagem das receitas potenciais, reduziu-se de 45,7 por cento em 2004 para 24 por cento em 2008, devido ao aumento das receitas do IVA, que cresceram em média cerca de 20 por cento ao ano, e a um maior esforço em melhorar a eficiência tributária (nomeadamente em combater a fraude e a evasão fiscal). Do quadro sete, na página seguinte, pode-se constatar que a fraude e a evasão fiscal na colecta do IVA reduziram-se de 3,3 mil milhões em 2004 para cerca de 1,8 mil milhões de escudos em 2008.

Em 2009 e 2010, o IVA *gap*, em percentagem das receitas potenciais, apresentou uma tendência de aumento, relativamente aos anos anteriores. As receitas potenciais do IVA aumentaram ligeiramente, enquanto as receitas colectadas caíram substancialmente, não obstante a redução das isenções fiscais. De acordo com as estimativas do Banco de Cabo Verde, terá havido um aumento acentuado da fraude e evasão fiscal nestes dois anos.

**Quadro 7. Evasão e Fraude Fiscal a nível do IVA em Cabo Verde
(em milhões de escudos)**

	IVA Potencial (Estimativa)	IVA Recebido	IVA gap	IVA gap em % das Receitas Potenciais	Receita perdida devido a isenções	Fraude e Evasão Fiscal no IVA (Estimativa)
2004	10.291,4	5.586,7	4.704,7	45,7	1.426,0	3.278,7
2005	10.588,3	6.430,8	4.157,5	39,3	1.112,0	3.045,5
2006	11.648,7	8.250,2	3.398,5	29,2	1.482,0	1.916,5
2007	13.662,7	9.459,7	4.203,0	30,8	2.315,0	1.888,0
2008	14.678,1	11.156,0	3.522,1	24,0	1.693,0	1.829,1
2009	15.008,8	9.411,2	5.597,6	37,3	1.003,0	4.594,6
2010	15.740,3	10.095,2	5.645,1	35,9	755,0	4.890,1

Fonte: Ministério das Finanças; Instituto Nacional de Estatísticas; Banco de Cabo Verde.

A medida de C-eficiência do IVA, por si só, dá poucas pistas sobre como melhorar a sua eficiência, pelo que é necessário decompô-la em duas componentes: o “*Compliance Gap*” e o “*Policy Gap*”. Pode-se constatar da análise do quadro oito que o “*Compliance Gap*” em Cabo Verde é relativamente elevado e o “*Policy Gap*” relativamente baixo, comparativamente às economias emergentes e avançadas. A nossa economia usufrui de um menor uso de isenções e de taxas zero, mas possui elevadas taxas de incumprimento. Assim sendo, a reforma tributária deverá objectivar a redução do “*Compliance Gap*”.

Quadro 8. Decomposição da Eficiência do IVA (em percentagem)

	Tx. Normal de IVA	Indicador de C - Eficiência	“ <i>Compliance Gap</i> ” do IVA	“ <i>Policy Gap</i> ” do IVA
2004	15,0	45,0	46,0	17,0
2005	15,0	48,0	39,0	20,0
2006	15,0	55,0	29,0	22,0
2007	15,0	60,0	31,0	14,0
2008E	15,0	66,0	24,0	14,0
2009E	15,0	53,0	37,0	15,0
2010E	15,0	54,0	36,0	15,0
Média (Cabo Verde)	15,0	55,0	35,0	17,0
Média (Economias avançadas)	12,9	71,0	13,0	49,0
Média (Economias emergentes)	18,6	50,0	21,0	43,0

Fonte: Ministério das Finanças; Instituto Nacional de Estatísticas; Banco de Cabo Verde.

Nota: E-estimativas.

Em jeito de conclusão, pode-se dizer que Cabo Verde poderá aumentar de forma significativa as suas receitas e contribuir para a consolidação fiscal, aumentando a eficiência do IVA, por meio, essencialmente, de uma melhoria no cumprimento. Para o efeito, deverá não só combater a fraude e a evasão fiscal, mas também a ineficiência administrativa, combinado com uma racionalização em termos de isenções. Se se reduzir o “*Compliance Gap*” de 35 para 20 por cento, poder-se-á aumentar, em média, o nível de eficiência do IVA de 55 para 67 por cento e aumentar em cerca de 1,8 por cento do PIB as receitas de IVA. Considera-se que aumentar a taxa normal do IVA em Cabo Verde, onde a estrutura e a administração fiscal enfrentam ainda alguns problemas, não seria a melhor via, uma vez que provocaria distorções elevadas, ou seja, aumentaria as receitas, mas a um custo elevado de bem-estar social.

Capítulo 3. Procura, Produção e Preços

3.1. Procura

Num contexto de deterioração do enquadramento externo da economia nacional, as estimativas do Banco de Cabo Verde apontam para um ligeiro abrandamento do ritmo do crescimento da actividade económica nacional, em 2011. Em termos reais, o produto interno bruto cresceu 5,1 por cento, que compara aos 5,6 por cento estimados para 2010. Este desempenho menos favorável da economia nacional foi determinado pela acentuada queda da procura externa líquida, em consequência do aumento expressivo das importações de bens e serviços. Com efeito, o contributo da procura externa líquida para o crescimento económico foi de -5,1 pontos percentuais do PIB (-0,2 pontos percentuais de 2010).

Quadro 9. Produto Interno Bruto, 2008 - 2011

	preços correntes, em milhões de escudos			
	2008 ^E	2009 ^E	2010 ^E	2011 ^E
Produto Interno Bruto	115.190,9	115.614,1	123.916,7	131.792,0
Consumo	113.435,7	117.284,2	124.125,4	132.438,3
Público	22.524,1	25.057,0	26.151,8	26.651,4
Privado	90.911,6	92.227,2	97.973,6	105.786,9
Investimento	54.355,3	49.641,9	52.218,6	59.243,3
Formação Bruta de Capital Fixo	53.782,5	49.069,1	51.645,8	58.670,5
Variação de existências	572,8	572,8	572,8	572,8
Procura Interna	167.791,0	166.926,1	176.344,0	191.681,6
Exportações de bens e serviços	25.863,9	22.170,6	26.066,5	30.315,3
Procura Global	193.654,9	189.096,7	202.410,5	221.996,9
Importações de bens e serviços	78.464,0	73.482,6	78.493,8	90.204,9
<i>Pro memória:</i>				
PIBpm nominal (milhões de EUR)	1.044,6	1.048,5	1.123,8	1.195,2
PIBpm nominal (milhões de USD)	1.528,9	1.456,5	1.483,5	1.576,8
PIB real (variação anual em percentagem)	6,1	4,0	5,6	5,1

Fonte: Instituto Nacional de Estatísticas; Banco de Cabo Verde.

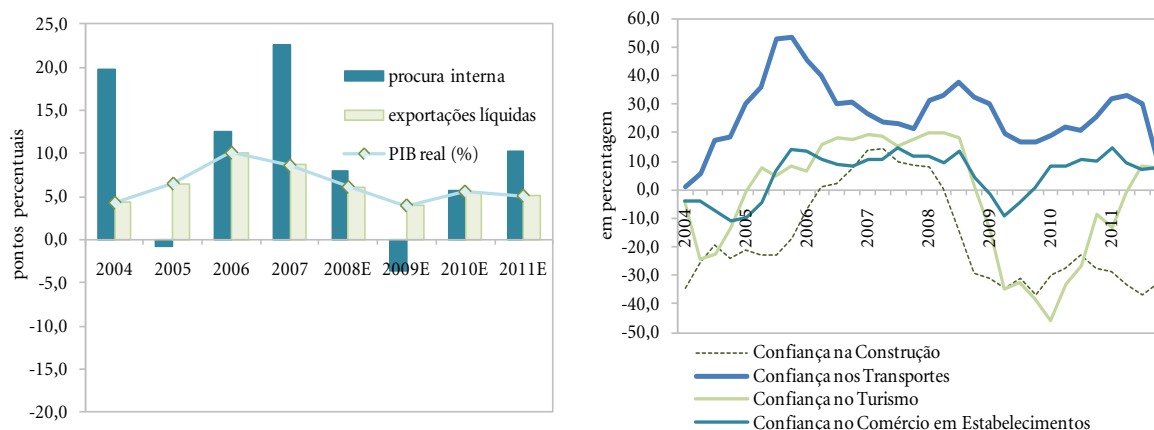
Nota: E-Estimativas.

O contributo da procura interna para o crescimento económico foi, por seu turno, muito positivo- acelerou de 5,8 para 10,2 pontos percentuais, impulsionado pela dinâmica do investimento e do consumo privados.

A evolução do indicador de clima económico calculado pelo Instituto Nacional de Estatísticas (INE) ilustra a tendência de desaceleração da actividade económica nacional. Este indicador, que resulta da síntese das apreciações dos empresários dos principais sec-

tores de actividade, apresentou ao longo do ano uma trajectória globalmente descendente, em resultado da deterioração da confiança nos sectores da construção, dos transportes e do comércio em estabelecimento.

Figura 10. Contributos para o Crescimento do PIB e Indicadores de Confiança

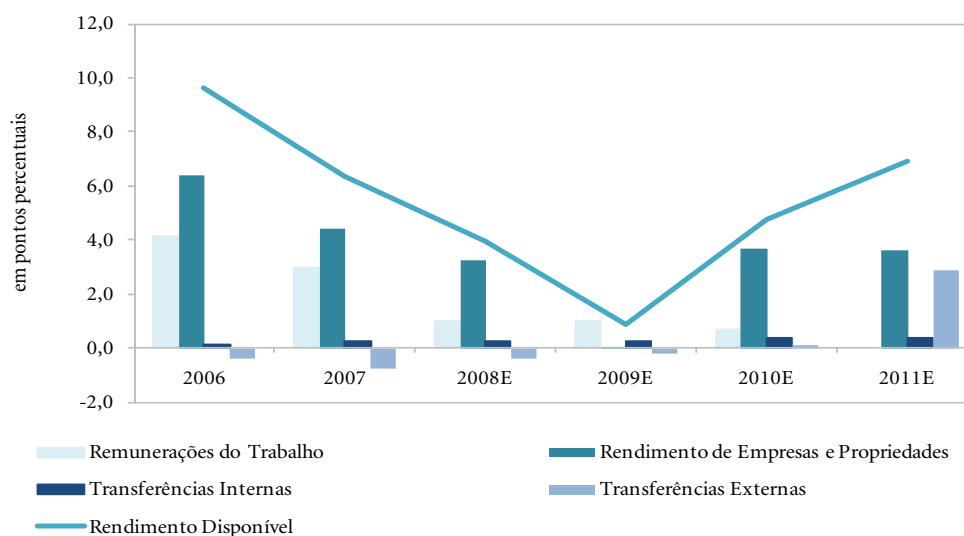


Fonte: Instituto Nacional de Estatísticas, Banco de Cabo Verde.

Consumo

O crescimento real estimado do consumo privado foi de 3,3 por cento, que compara aos quatro por cento registados no ano anterior. A desaceleração do consumo poderá ser explicada, em grande medida, pelo abrandamento do ritmo de crescimento do rendimento real disponível das famílias (RDF), estimado em 2,4 por cento (2,7 por cento em 2010), em resultado da inflação relativamente elevada. Refira-se que, em termos nominais, o rendimento disponível das famílias aumentou 6,9 por cento, em função dos aumentos dos rendimentos de empresa e propriedade, das transferências internas (em particular das pensões) e externas (nomeadamente, das remessas de emigrantes).

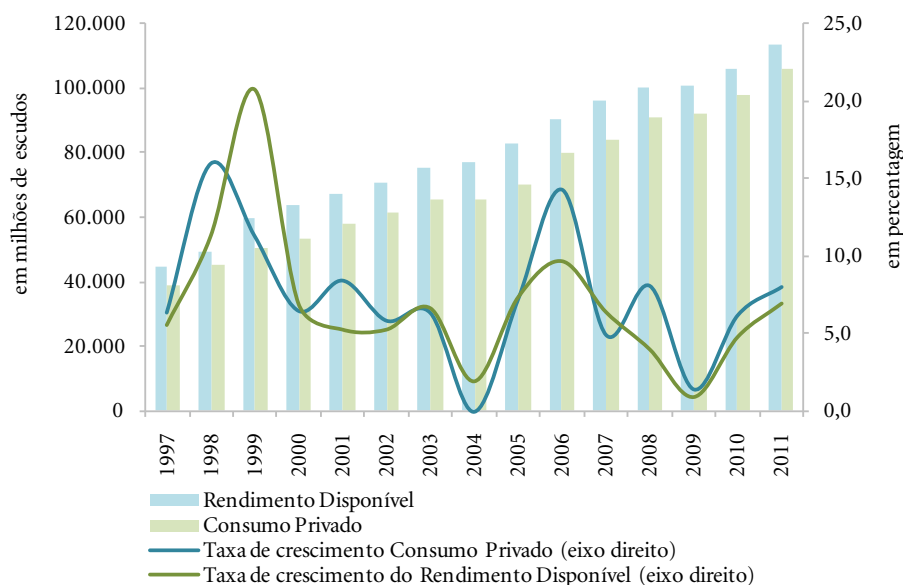
Figura 11. Contributos para o Crescimento do Rendimento Disponível Nominal dos Particulares



Fonte: Banco de Cabo Verde.

Num cenário de crescimento do consumo das famílias superior ao seu rendimento disponível, a taxa de poupança diminuiu 3,3 pontos percentuais. Neste quadro, para sustentar as suas necessidades, as famílias têm recorrido crescentemente ao financiamento bancário.

Figura 12. Rendimento Disponível e Consumo Privado



Fonte: Banco de Cabo Verde.

Embora as estimativas do BCV apontem para um crescimento gradual do rendimento disponível das famílias cabo-verdianas ao longo dos anos, o consumo privado tem aumentado a um ritmo relativamente maior. O peso do consumo privado no rendimento disponível passou de 87,3 por cento em 1997 para 93,6 em 2011, induzindo a uma redução na taxa de poupança das famílias cabo-verdianas. Deste modo, o endividamento das famílias cabo-verdianas passou a representar 51,9 por cento do rendimento disponível em 2011, quando há uma década e meia representava 15,1 por cento.

De acordo com os dados do Ministério das Finanças e Planeamento, o consumo público registou um abrandamento de 0,7 pontos percentuais, para 1,9 por cento em termos reais. Este comportamento reflectiu a evolução moderada das despesas com pessoal e a redução das despesas com aquisição de bens e serviços.

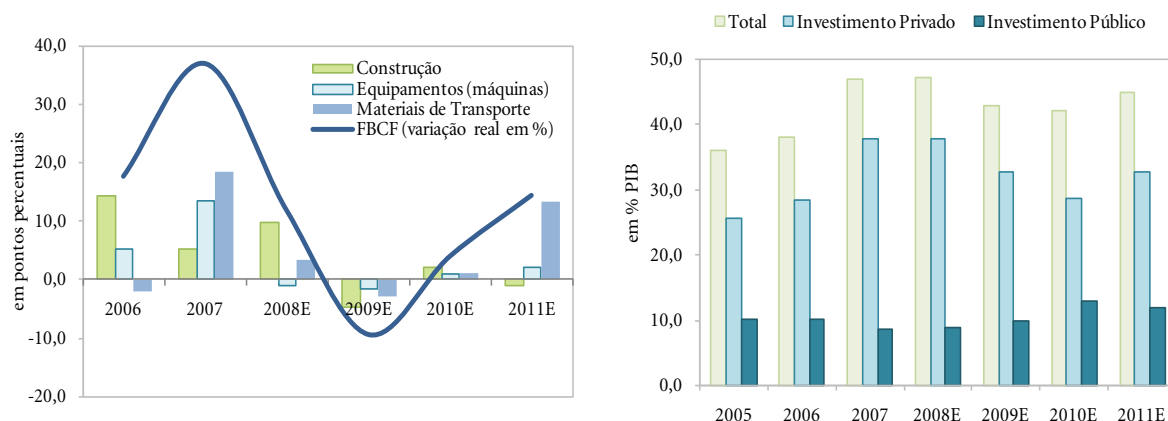
Investimento

As estimativas do BCV apontam para um crescimento real do investimento na ordem dos 14,5 por cento, em 2011. A aceleração do investimento, em 10,4 pontos percentuais, reflectiu o comportamento favorável da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) de equipamentos e materiais de transporte. A FBCF da construção, por seu turno, registou uma redução, determinada pela contracção dos subsectores de edifícios não residenciais e obras públicas.

Por sector institucional, o aumento da FBCF foi determinado pelo dinamismo do sector privado. Em termos reais, o investimento privado cresceu 19,7 por cento, depois de ter diminuído 3,6 e 12,4 por cento, respectivamente em 2010 e 2009. Para a evolução do investimento privado contribuiu, em larga medida, o aumento do investimento empresa-

rial (em especial nos sectores dos transportes, electricidade, gás e água) e do investimento residencial, este, ainda que em desaceleração, a atender à evolução do crédito concedido a particulares para construção ou aquisição de habitação.

Figura 13: Decomposição da FBCF e Investimento por Sector Institucional



Fonte: Instituto Nacional de Estatísticas; Ministério das Finanças; Banco de Cabo Verde.

Nota: E-estimativas.

Após uma forte expansão, o investimento público registou uma queda de 1,3 por cento em termos reais, reflectindo, por um lado, o efeito de base e, por outro, o atraso na execução de alguns projectos, nomeadamente, os ligados à provisão de habitação social.

Exportações

Num contexto de crescimento mais moderado do comércio mundial e de forte deterioração das condições económicas e financeiras dos principais parceiros do país, as exportações de bens e serviços cresceram 10,4 por cento em termos reais em 2011 (13,8 por cento em 2010).

A análise detalhada das exportações aponta para uma evolução menos favorável dos diferentes mercados, verificando-se uma desaceleração tanto das exportações de bens como de serviços, estes últimos determinados pela *performance* dos transportes aéreos.

Em termos nominais, as exportações de bens cresceram 49,2 por cento, menos 4 pontos percentuais que em 2010. O abrandamento das exportações de bens ficou a dever-se ao crescimento menos acelerado dos fornecimentos à navegação área e marítima internacional, porquanto as exportações de mercadorias (pescado, calçado e vestuário e outros produtos) observaram uma significativa aceleração. Com efeito, os fornecimentos de combustíveis e víveres nos portos e aeroportos internacionais, as exportações de pescado e de produtos transformados (vestuário e calçado) cresceram 57,3, 58 e 8,3 por cento, respectivamente, o que compara aos crescimentos de 68,9, 53,4 e -5,6 por cento, respectivamente, observados em 2010.

Quadro 10. Exportações de Mercadorias (em milhões de escudos)

	2009	2010	2011
Mercadorias	2.764,5	3.697,2	5.430,7
Produtos Tranformados	825,9	779,5	844,3
Produtos Tradicionais	1.854,5	2.830,9	4.473,4
Outros Produtos	84,1	86,8	113,0
Combustíveis e Viveres ¹	4.250,1	7.178,3	11.215,6
Total	7.014,6	10.875,4	16.646,3

Fonte: Direcção Geral das Alfândegas.

Nota: 1 Fornecimentos de combustíveis e víveres nos portos e aeroportos internacionais.

Por mercados geográficos, as exportações de mercadorias continuaram direccionadas essencialmente para a Zona Euro (94,5 por cento), concentrando-se particularmente em Espanha e Portugal (88,1 por cento). Note-se, entretanto, que tanto Espanha como Portugal reduziram a sua quota de mercado em 2011, passando a absorver, respectivamente, 70,1 por cento e 18 por cento do total de exportações (72,6 por cento e 22,7 por cento em 2010). De destacar, a evolução positiva da França, cuja quota de mercado cresceu 5,6 pontos percentuais. Ao contrário, as exportações para os EUA, economia com a qual o país mantém um acordo comercial preferencial no quadro do *African Growth Opportunity Act* (AGOA), decresceram cerca de 50 por cento, em 2011.

Quadro 11. Distribuição Geográfica das Exportações de Mercadorias

	2009		2010		2011	
	milhões de escudos	estrutura em %	milhões de escudos	estrutura em %	milhões de escudos	estrutura em %
Portugal	928,2	33,6	839,6	22,7	977,2	18,0
EUA	29,6	1,1	59,6	1,6	29,7	0,5
Espanha	1.710,1	61,9	2.685,3	72,6	3.810,5	70,2
Países Baixos	13,5	0,5	10,4	0,3	8,4	0,2
França	80,2	2,9	21,8	0,6	337,4	6,2
Outros	2,9	0,1	80,4	2,2	267,5	4,9
Total	2.764,5	100,0	3.697,2	100,0	5.430,7	100,0

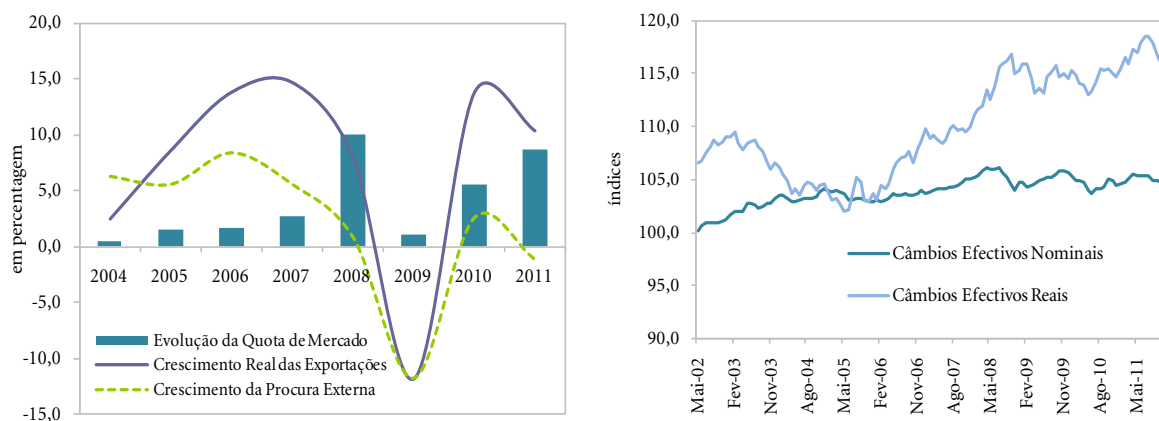
Fonte: Direcção Geral das Alfândegas; Banco de Cabo Verde.

As exportações de serviços cresceram 7,5 por cento em termos nominais (11,3 por cento em 2010). As receitas brutas de turismo, que representam mais de 60 por cento do total das exportações de serviços, cresceram 26,4 por cento, depois de terem crescido 5,3 por cento em 2010. Para a aceleração das receitas de turismo contribuíram quer o aumento da oferta, com a inauguração de dois dos maiores hotéis do país, como o da procura, em parte, explicada pela provável substituição dos mercados do Norte de África, na sequência da instabilidade social e política nessa região.

As exportações de serviços ligados aos transportes aéreos, pelo contrário, registaram uma queda de 22,7 por cento, após o crescimento de 33,2 por cento registado em 2010, não obstante o aumento do tráfego aéreo e do número de movimentação de passageiros e cargas nos aeroportos internacionais do país (em 12,3, 20,8 e 20,7 por cento, respectivamente).

Em termos agregados, o crescimento real das exportações superou a evolução da procura externa dirigida a Cabo Verde, indiciando um aumento da quota de mercado do país (tanto de bens como de serviços).

Figura 14. Quota de Mercado de Exportações e Câmbios Efectivos



Fonte: Bureau of Labor Statistics; Eurostat; Banco de Cabo Verde.

Nota: Evolução da Quota de Mercado = Crescimento Real das Exportações / Crescimento Real da Procura Externa.

Contudo, o aumento dos preços internos poderá ter contribuído, em alguma medida, para a desaceleração das exportações. Com efeito, a nível cambial, a moeda cabo-verdiana apreciou-se dois por cento em termos efectivos reais em 2011, com a inflação nacional a superar a inflação da Zona Euro em 1,8 pontos percentuais.

Importações

As importações de bens e serviços registaram um crescimento real de 10,8 por cento (4,1 por cento em 2010). Esta evolução reflecte o comportamento das componentes da procura com forte conteúdo importado, em especial das mercadorias e serviços relacionados com investimentos. Com efeito, em termos agregados, as importações de bens intermédios, de capital e combustíveis, contribuíram em 80,6 por cento para o crescimento nominal das importações, enquanto as importações de bens de consumo em 13,9 por cento. Relativamente a 2010, o contributo das importações de bens de consumo para o crescimento total das importações de bens diminuiu 10,2 pontos percentuais, não obstante o aumento dos preços internacionais de bens alimentares, sugerindo algum aumento da produção interna, especialmente de bens alimentares não transformados.

Quadro 12. Importações de Mercadorias CIF

em milhões de escudos

	2009	2010	2011
Bens de Consumo	21.253,6	22.606,9	24.454,7
Bens Intermédios	13.759,0	15.626,7	15.961,6
Bens de Capitais	9.478,1	10.664,8	14.154,4
Combustíveis	6.401,3	7.208,3	14.106,4
Outros	5.332,8	5.732,4	6.472,9
Total	56.224,8	61.839,0	75.149,9

Fonte: Direcção Geral das Alfândegas.

A evolução das importações, em termos nominais, ficou a dever-se essencialmente à aceleração das importações de bens (de 11 para 23,2 por cento), reflectindo, por um lado, o dinamismo dos investimentos privados e, por outro, o efeito do aumento dos preços da matérias primas nos mercados internacionais (em 13,6 por cento). As importações de serviços reduziram-se cerca de dois por cento, em resultado da diminuição das importações de serviços técnicos e empresariais, bem como dos gastos de residentes em viagens pessoais e de negócios. Da análise das importações de mercadorias por mercados de origem, verifica-se que Portugal, Países Baixos e Espanha continuaram a ser os principais parceiros de Cabo Verde. No seu conjunto, as importações destes países representaram mais de 70 por cento do valor total importado, sendo de destacar Portugal, com um peso de cerca de 45 por cento.

Quadro 13. Distribuição Geográfica das Importações de Mercadorias

	2009		2010		2011	
	milhões de escudos	estrutura em %	milhões de escudos	estrutura em %	milhões de escudos	estrutura em %
Portugal	27.170,6	48,3	31.795,5	51,4	33.606,2	44,7
Países Baixos	9.412,2	16,7	10.373,9	16,8	14.391,1	19,1
Brasil	2.508,1	4,5	2.300,0	3,7	2.056,1	2,7
Itália	1.737,8	3,1	1.074,9	1,7	3.345,2	4,5
Alemanha	1.280,7	2,3	276,1	0,4	391,9	0,5
Espanha	5.531,3	9,8	6.577,5	10,6	7.421,8	9,9
E.U.A	583,1	1,0	980,7	1,6	713,1	0,9
França	1.088,4	1,9	2.265,2	3,7	1.260,2	1,7
Reino Unido	270,4	0,5	271,9	0,4	287,9	0,4
Senegal	690,8	1,2	689,6	1,1	1.053,2	1,4
Outros	5.951,4	10,6	5.233,9	8,5	10.623,3	14,1
Total	56.224,8	100,0	61.839,0	100,0	75.149,9	100,0

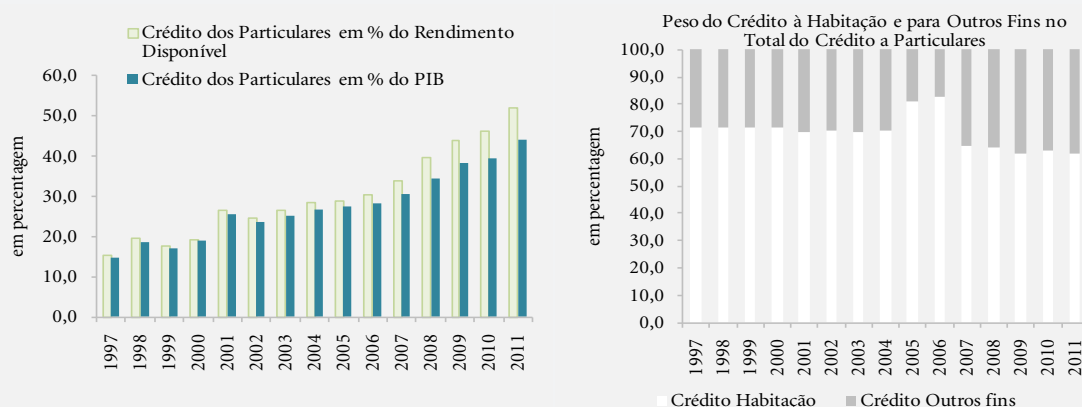
Fonte: Direcção Geral das Alfândegas; Banco de Cabo Verde.

Devido ao crescimento expressivo das importações em 2011, a taxa de cobertura das importações pelas exportações reduziu-se ligeiramente (0,2 pontos percentuais) para 57,2 por cento.

Caixa 2. A Problemática do Endividamento das Famílias em Cabo Verde

Com a liberalização da banca, no início da década de 1990, assitiu-se a um aumento acentuado da procura de crédito pelas famílias cabo-verdianas. O crédito bancário passou, deste modo, a ser encarado pelas famílias como uma importante fonte de obtenção de recursos, nomeadamente para construção e aquisição de habitação, bem como para o consumo de bens duradouros. Em consequência, o endividamento dos particulares tem vindo a crescer de forma contínua, tendo o crédito a particulares atingido os 44,1 por cento do PIB em 2011 (14,7 em 1997).

Figura 15. Crédito a Particulares



Fonte: Banco de Cabo Verde.

O peso relativamente elevado do crédito à habitação no crédito concedido a particulares (63,2 por cento em 2011) torna o endividamento das famílias em Cabo Verde potencialmente menos arriscado para a banca, quando comparado a outros países, onde o peso do crédito para outros fins é muito elevado. O crédito à habitação tem subjacente, sobretudo, uma decisão de investimento, contrariamente ao crédito para outros fins, ligado, essencialmente, ao consumo de bens duradouros.

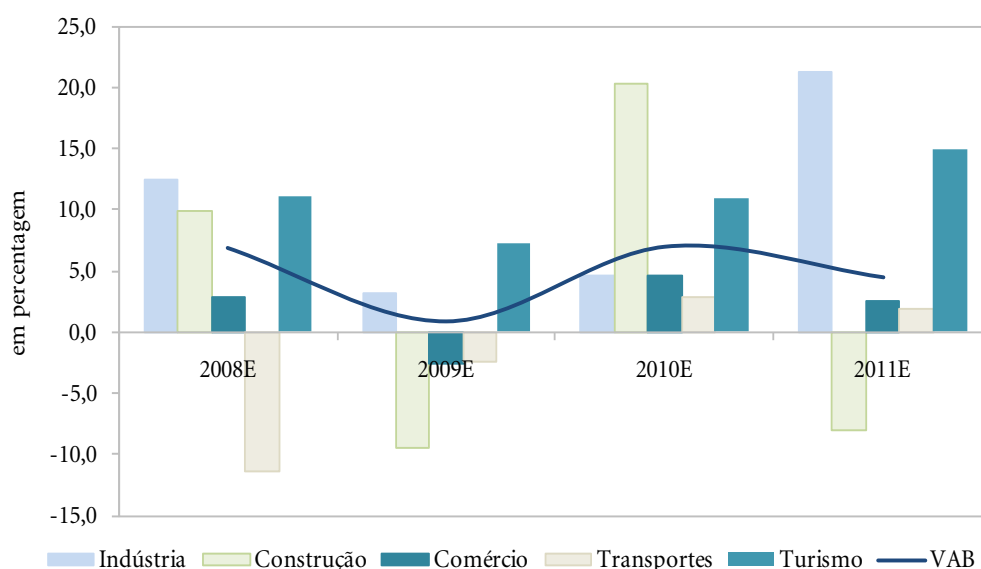
Não obstante o crescimento do endividamento dos particulares, o seu incumprimento tem-se mantido relativamente baixo, sendo mais elevado no crédito para outros fins.

Pode-se concluir que, na sociedade cabo-verdiana, situações diversas têm-se conjugado para propiciar o crescente endividamento das famílias. Entretanto, a sua generalização traz consigo alguns riscos, entre os quais, o da ruptura financeira provocada pelo endividamento excessivo face ao rendimento disponível. Evidentemente, o contínuo aumento do endividamento dos particulares não implica necessariamente o sobreendividamento, uma vez que este depende da sua taxa de esforço e de uma adequada avaliação dos riscos por parte das instituições financeiras.

3.2 Produção

Do lado da oferta, estima-se que a desaceleração da actividade económica, em 2011, resultou, sobretudo, da redução do valor acrescentado bruto (VAB) da construção, em 7,9 por cento, e do abrandamento do ritmo de crescimento do VAB dos subsectores do comércio (de 4,7 para 2,5 por cento) e dos transportes (de 2,9 para 1,9 por cento). A aceleração do VAB do turismo e da indústria, que apresentaram crescimentos na ordem dos 14,5 e 21,3 por cento, respectivamente, não foi suficiente para compensar a evolução desfavorável da construção e menos favorável do comércio e transportes.

Figura 16. Principais Componentes do VAB



Fonte: Instituto Nacional de Estatísticas; Banco de Cabo Verde.

Nota: Estimativas rápidas do PIB a partir de dados definitivos das Contas Nacionais até 2007.

A queda das encomendas no sector da construção, em particular no subsector da construção de edifícios não residenciais, e a desaceleração do índice de volume de vendas no comércio atestam a referida evolução.

Atendendo à expansão das exportações, estima-se que o sector das pescas teve, igualmente, um desempenho muito positivo em 2011.

Caixa 3. O Turismo em 2011

A actividade turística em Cabo Verde apresentou um desempenho muito positivo em 2011, crescendo acima das médias mundial e africana. De acordo com o Instituto Nacional de Estatísticas, as entradas de turistas estrangeiros no país, medidas pelo número de hóspedes registados nos estabelecimentos hoteleiros, cresceram 27,4 por cento. A nível mundial, contudo, a tendência foi para uma desaceleração da procura turística (de 6,5 para 4,4 por cento), enquanto que o mercado africano registou uma estagnação.⁴ A evolução muito favorável da procura turística para Cabo Verde poderá estar, parcialmente, relacionada com a crise política e social vivida nos países do Magreb, ao longo de 2011. Registe-se que a procura destes países caiu cerca de 12 por cento em 2011.

Em termos brutos, as receitas de turismo aumentaram 26,4 por cento (5,3 em 2010), passando a representar 21,1 por cento do PIB. As dormidas, por seu turno, cresceram 21,9 por cento e a estadia média dos turistas em Cabo Verde estabilizou-se em torno de 5,7 noites.

A evolução das receitas, num ritmo superior às dormidas, reflecte algum ajustamento nos preços de alguns serviços fornecidos, em função do aumento dos preços no consumidor, tendencialmente mais elevado em 2011.

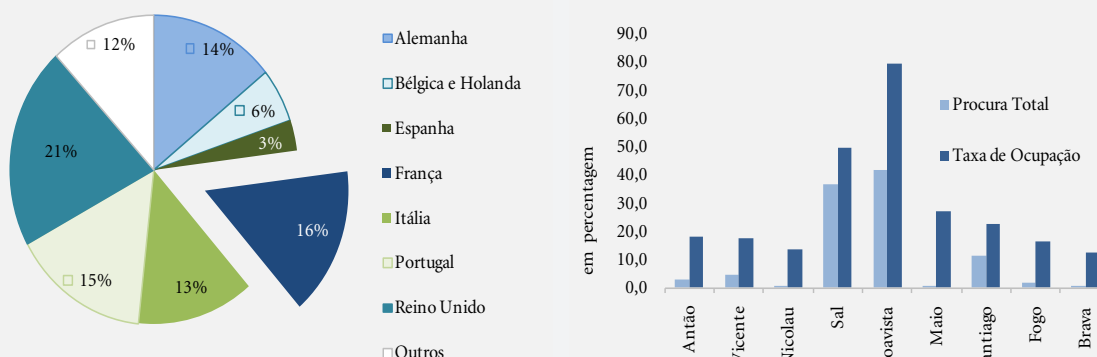
Quadro 14. Principais Indicadores do Turismo

	2009	2010	2011
Número de Hóspedes	287.183	336.086	428.273
Número de Dormidas	1.897.552	2.217.563	2.703.909
Receitas de Turismo (milhões de escudos)	20.912,5	22.023,4	27.847,7
Receitas do Turismo (em % do PIB)	18,1	17,8	21,1
Participação nos Serviços (em %)	55,2	52,2	60,8

Fonte: Banco de Cabo Verde.

O Reino Unido manteve-se como o principal mercado emissor do turismo, representando cerca de 21 por cento do total de entradas e 28 por cento do total de dormidas. Os países da Área do Euro seguem-no, representando, no global, cerca de 67 por cento do total de entradas de turistas (66 por cento em 2010). Entre estes países, de destacar o forte crescimento dos mercados espanhol, francês e italiano, com aumentos no número de entradas de turistas de 83,5, 53,2 e 38,5 por cento, respectivamente. O mercado português continuou a abrandar, passando a representar 15 por cento do total (18 por cento em 2010).

Figura 17. Procura Turística por Origem e Destino



Fonte: Instituto Nacional de Estatísticas.

⁴ Os ganhos registados na África Subsahariana (aumento da procura turística na ordem dos sete por cento) não foram suficientes para compensar as perdas registadas no Norte de África, em torno de 12 por cento.

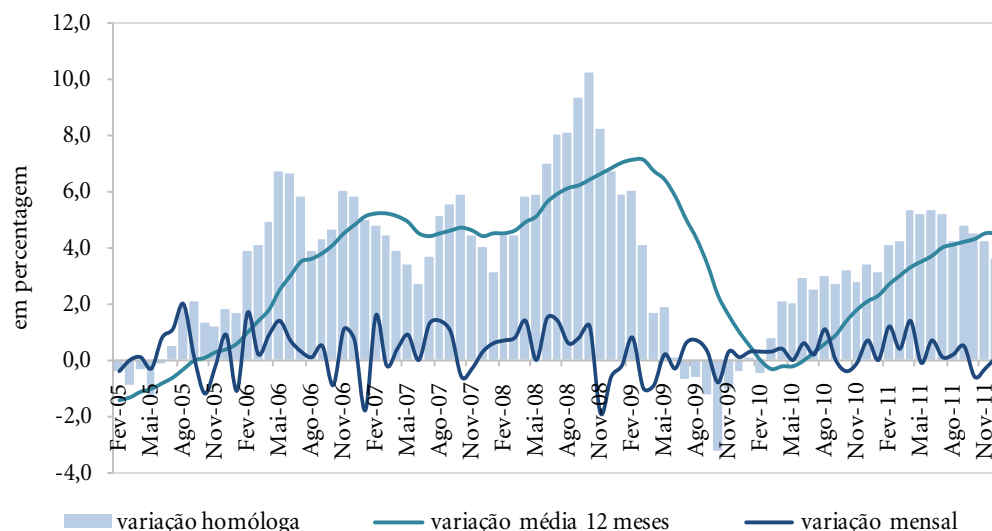
Em 2011, a ilha da Boavista passou a ser o destino preferido dos turistas internacionais, tendo recebido cerca de 42 por cento do total dos visitantes que procuraram Cabo Verde (36,2 em 2010). A ilha recebeu perto de 160 mil turistas e registou a maior taxa de ocupação média (83 por cento). A ilha do Sal foi o segundo destino preferencial dos turistas, recebendo 36,8 por cento do total de visitantes (42,8 em 2010).

O forte crescimento observado no movimento de turistas, em 2011, reflectiu também o aumento da oferta. Com efeito, a capacidade de alojamento aumentou com o crescimento do número de quartos e de camas, respectivamente em 34,1 e 23,5 por cento, em resultado da inauguração, em Maio, de dois dos maiores hotéis do país.

3.3. Preços

A taxa de inflação, medida pela variação média anual do Índice de Preços no Consumidor (IPC), foi de 4,5 por cento em 2011, valor superior ao registado no ano anterior em 2,4 pontos percentuais. Em termos homólogos, o IPC atingiu 3,6 por cento em Dezembro, aumentando 0,2 pontos percentuais, face a Dezembro de 2010.

Figura 18. Evolução do Índice de Preços no Consumidor



Fonte: Instituto Nacional de Estatísticas.

Mantendo a tendência iniciada em Abril de 2010, os preços em Cabo Verde apresentaram ao longo de todo o ano um perfil ascendente, em linha com a evolução dos preços internacionais de bens energéticos e alimentares transformados, produtos essencialmente importados. Os preços de bens energéticos aceleraram dos 3,1 por cento registados em 2010 para 9,2 por cento e a inflação da classe dos bens alimentares e bebidas não alcoólicas atingiu os 5,2 por cento (2,2 por cento em 2010). Os preços dos bens alimentares não transformados, contudo, mantiveram a mesma tendência de crescimento registada no ano anterior (2,2 por cento).

A inflação, em 2011, também reflectiu a repercussão, de forma directa e indirecta, dos preços de bens energéticos e alimentares nos restantes sectores económicos, nomeadamente, na produção industrial, nos transportes e na provisão de água e electricidade. Registe-se que a Agência de Regulação Económica (ARE) determinou a actualização das tarifas praticadas nos transportes públicos e das tarifas da água, respectivamente em seis e sete por cento, na sequência da evolução trimestral dos preços de combustíveis (9,4 por cento, em média, no ano). Em consequência, as classes de produtos alimentares e bebidas não alcoólicas; de rendas de habitação, água, electricidade, gás e outros combustíveis e dos transportes, que representam 40,6, 15,8 e 10,8 por cento, respectivamente, do cabaz de consumo, contribuíram em cerca de 85 por cento para o crescimento do IPC em 2011. Realce-se, ainda, a evolução dos preços de bens industriais que aceleraram de 3,1 por cento para 4,2 por cento.

Quadro 15. Índice de Preços no Consumidor e suas Componentes
(taxas de variação homóloga em percentagem)

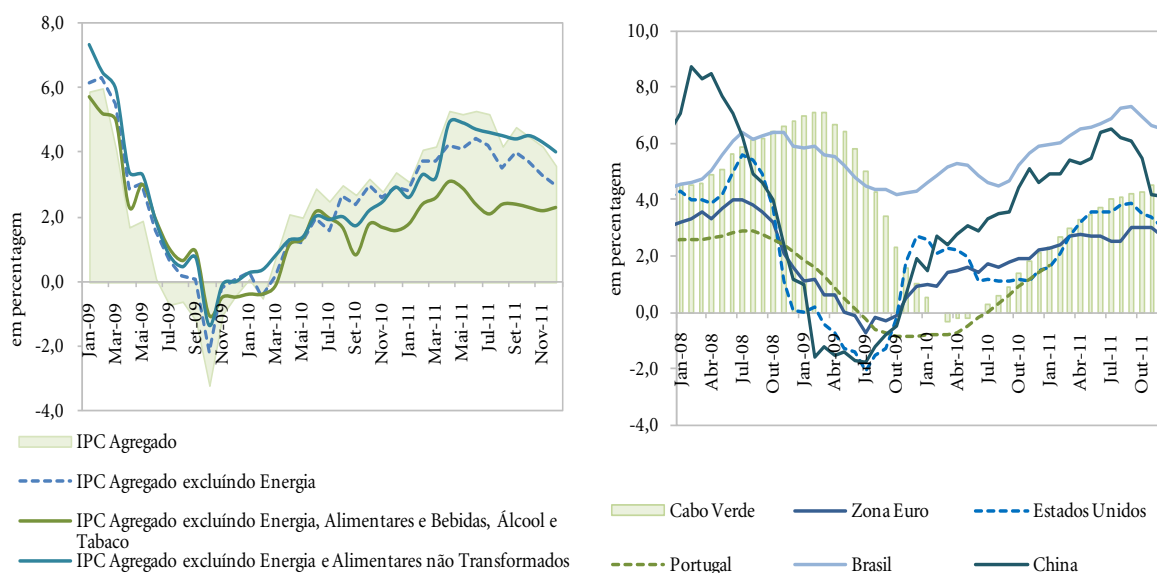
	2009	2010				2011			
		Mar	Jun	Set	Dez	Mar	Jun	Set	Dez
Taxa de Variação Homóloga do Índice Global	-0,4	0,8	2,9	2,7	3,4	4,2	5,3	4,8	3,6
Bens	0,8	0,3	2,6	2,9	3,3	4,6	6,4	5,7	4,0
Bens Industriais	-0,9	2,9	4,6	2,7	3,1	4,1	6,2	5,8	4,2
Bens Industriais não Energéticos	0,2	1,5	3,1	2,7	2,3	2,1	2,5	3,0	2,3
Bens Alimentares e Bebidas incluindo Álcool e Tabaco	0,6	0,4	2,4	4,0	4,5	4,9	6,5	5,6	3,8
Bens Alimentares não Transformados	0,4	-3,0	2,9	5,3	3,4	5,8	2,3	2,3	-1,8
Bens Alimentares e Bebidas transformados incluindo Álcool e Tabaco	0,8	2,3	1,8	3,4	5,0	4,5	8,8	7,5	6,8
Energia	-4,2	9,9	13,8	6,3	8,8	9,4	16,3	13,4	9,3
Serviços	-1,1	-0,7	3,3	0,4	2,1	3,0	2,3	2,0	2,3

Fonte: Instituto Nacional de Estatísticas; Banco de Cabo Verde.

Nota: TVH: taxa de variação homóloga em fim do período.

O comportamento da inflação subjacente, em 2011, ilustra, igualmente, a transmissão das variações de preços de energia aos outros bens e serviços. Em termos homólogos, o IPC excluindo bens energéticos e alimentares não transformados atingiu quatro por cento em Dezembro, apresentando um diferencial positivo face ao IPC agregado (em 0,4 pontos percentuais), sugerindo que a inflação não foi exclusivamente explicada pelas componentes tendencialmente mais voláteis, nomeadamente energia e bens alimentares não transformados.

Figura 19. Evolução Homóloga da Inflação Subjacente e Inflação dos Principais Parceiros



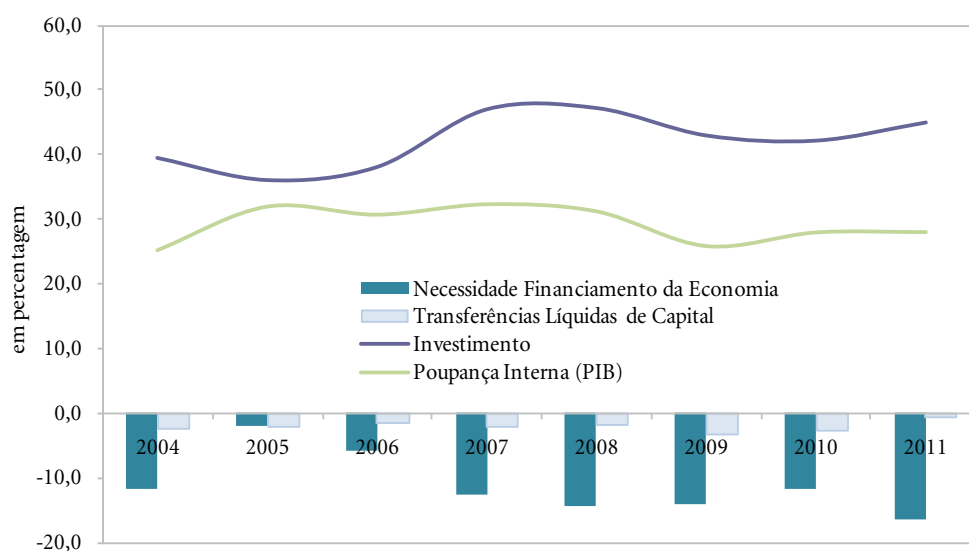
Fonte: Instituto Nacional de Estatísticas; Bloomberg.

Sendo uma pequena economia aberta, com limitada capacidade produtiva e com uma grande concentração de trocas comerciais com os mercados da Zona Euro, os preços internos tendem a seguir, com algum desfasamento, a trajectória dos preços dos principais parceiros. Registe-se que, ao contrário da tendência dos últimos dois anos, verificou-se em 2011 um aumento em 1,8 pontos percentuais do diferencial dos preços internos relativamente aos preços da Zona Euro, com um impacto negativo ao nível da evolução da taxa de câmbio efectiva real (apreciou dois por cento) e, em consequência, da competitividade – preço do país.

Capítulo 4. Balança de Pagamentos

Em 2011, as necessidades líquidas de financiamento da economia, medidas pelo défice conjunto das balanças corrente e de capital, aumentaram 4,7 pontos percentuais do PIB, para 16,4 por cento. O agravamento do défice externo reflectiu o aumento da taxa de investimento da economia, num contexto de estabilização da taxa de poupança interna.

Figura 20. Investimento, Poupança e Necessidade de Financiamento da Economia



Fonte: Banco de Cabo Verde.

O aumento das necessidades de financiamento da economia traduziu o agravamento das necessidades de financiamento tanto de outros sectores como do Governo Central.

Decompondo a evolução das necessidades de financiamento da economia pelas suas componentes principais, de registar que o défice da balança corrente aumentou de 14,4 por cento do PIB para 17,2 por cento, enquanto o excedente da balança de capitais diminuiu dois pontos percentuais, para 0,7 por cento do PIB, com a significativa redução dos donativos oficiais.

O agravamento da balança corrente foi determinado, principalmente, pela aceleração do défice da balança de bens, num contexto de desaceleração do ritmo de crescimento dos excedentes das balanças de serviços e das transferências correntes.

O forte crescimento das importações (em 23,3 por cento), em linha com o crescimento da procura global, aliado ao ligeiro abrandamento do ritmo do crescimento das exportações (de 53 para 49 por cento), determinou o aumento do défice da balança de bens em 18,3 por cento.

O saldo da balança de serviços aumentou 21,6 por cento, o que compara ao cresci-

mento de 34,7 por cento verificado em 2010. A evolução menos favorável da balança de serviços foi, em grande medida, determinada pela forte redução do saldo dos serviços de transportes aéreos, em 26,6 por cento (+82,6 por cento em 2010). As receitas brutas de turismo, por seu turno, cresceram 26,4 por cento, o que compara ao crescimento de 5,3 por cento registado em 2010. O aumento das receitas de turismo, combinado com a contínua redução dos gastos realizados pelos residentes cabo-verdianos em viagens para férias (-5,4 por cento em 2011 e -7,6 por cento em 2010), contribuiu para o aumento do excedente das viagens de turismo em 35,4 por cento (10,9 por cento em 2010).

Quadro 16. Balança Corrente e de Capital

	em milhões de escudos			em % do PIB		
	2009	2010	2011	2009	2010	2011
Balança Corrente e de Capital	-16.193,5	-14.568,2	-21.629,8	-14,0	-11,8	-16,4
Balança Corrente	-19.863,5	-17.879,0	-22.614,8	-17,2	-14,4	-17,2
Bens e Serviços	-41.017,5	-39.689,5	-46.365,9	-35,5	-32,0	-35,2
Bens	-53.735,2	-56.821,8	-67.196,8	-46,5	-45,9	-51,0
Exportações	7.365,3	11.282,3	16.758,9	6,4	9,1	12,7
Importações	-61.100,4	-68.104,1	-83.955,6	-52,8	-55,0	-63,7
Serviços	12.717,7	17.132,3	20.830,9	11,0	13,8	15,8
Exportações	37.897,0	42.173,9	45.833,2	32,8	34,0	34,8
Transporte aéreo	10.856,7	14.444,0	11.421,7	9,4	11,7	8,7
Viagens de turismo	20.912,5	22.023,4	27.847,7	18,1	17,8	21,1
Importações	-25.179,3	-25.041,6	-25.002,3	-21,8	-20,2	-19,0
Rendimentos	-3.442,1	-6.479,5	-4.712,9	-3,0	-5,2	-3,6
Transferências Correntes	24.596,1	28.290,1	28.463,9	21,3	22,8	21,6
Transferências oficiais	6.894,3	8.789,2	5.515,4	6,0	7,1	4,2
Remessas de emigrantes	10.222,1	10.334,3	13.437,9	8,8	8,3	10,2
Balança Capital	3.670,0	3.310,8	985,0	3,2	2,7	0,7

Fonte: Banco de Cabo Verde.

O défice de rendimentos diminuiu 27,3 por cento, atingindo no final do ano 3,6 por cento do PIB (cinco por cento do PIB em 2010), com a normalização dos rendimentos distribuídos aos investidores externos. Registe-se que os dividendos pagos aos investidores externos caíram 51,5 por cento, depois de terem duplicado no ano anterior, em resultado da distribuição de reservas excedentárias por parte de algumas empresas. Contudo, a manutenção de um diferencial positivo face aos juros internacionais, com efeitos ao nível da remuneração dos depósitos de não residentes (especialmente de emigrantes) contribuiu, em alguma medida, para o aumento dos juros líquidos pagos ao exterior pelos bancos, na ordem dos 21 por cento (32 por cento em 2010). Por seu turno, o crescimento dos encargos com os juros da dívida externa do Governo Central acelerou de 22 por cento para 28 por cento, passando a contribuir em 19 por cento para o défice da balança de rendimentos. Os juros pagos pelos outros sectores aos credores internacionais aumentaram 11,9 por cento, depois de terem diminuído 15 por cento em 2010.

As transferências correntes cresceram 0,6 por cento, passando a representar 21,4 por cento do PIB (22,8 por cento do PIB em 2010). A evolução da balança de transferências foi marcada pelo expressivo aumento das remessas de emigrantes (28,5 por cento), que compensou a acentuada queda dos donativos concedidos ao Governo Geral (-37,6 por cento), principalmente sob forma de ajuda orçamental.

A aceleração das remessas de emigrantes foi determinada pelo crescimento expressivo dos fluxos provenientes da Zona Euro, depois de uma relativa estabilização registada no ano anterior. Entre os países da Zona Euro, de notar que as remessas provenientes de Portugal e França, dois dos principais países de acolhimento de emigrantes cabo-verdianos, mantiveram um perfil ascendente ao longo do ano. Cresceram em termos médios anuais em 48,9 e 16,7 por cento, respectivamente, não obstante a deterioração do mercado de trabalho.

Quadro 17. Remessas de Emigrantes em Divisas

	2009	2010	2011
	em milhões de escudos		
EUA	1.537,3	1.683,3	1.667,1
P. Baixos	924,7	840,0	1.211,3
França	2.232,1	2.354,9	2.748,1
Portugal	3.089,2	3.195,1	4.757,9
Outros	2.411,5	2.260,2	2.984,3
Total	10.194,8	10.333,4	13.368,6
	taxas de crescimento, em percentagem		
EUA	4,2	9,5	-1,0
P. Baixos	-23,4	-9,2	44,2
França	-2,0	5,5	16,7
Portugal	-1,6	3,4	48,9
Outros	3,6	-6,3	32,0
Total	-2,2	1,4	29,4

Fonte: Banco de Cabo Verde.

As remessas provenientes dos EUA registaram uma queda de 1,1 por cento (+9,5 por cento em 2010), em parte explicada pela depreciação do dólar americano (em 4,8 por cento, em termos médios).

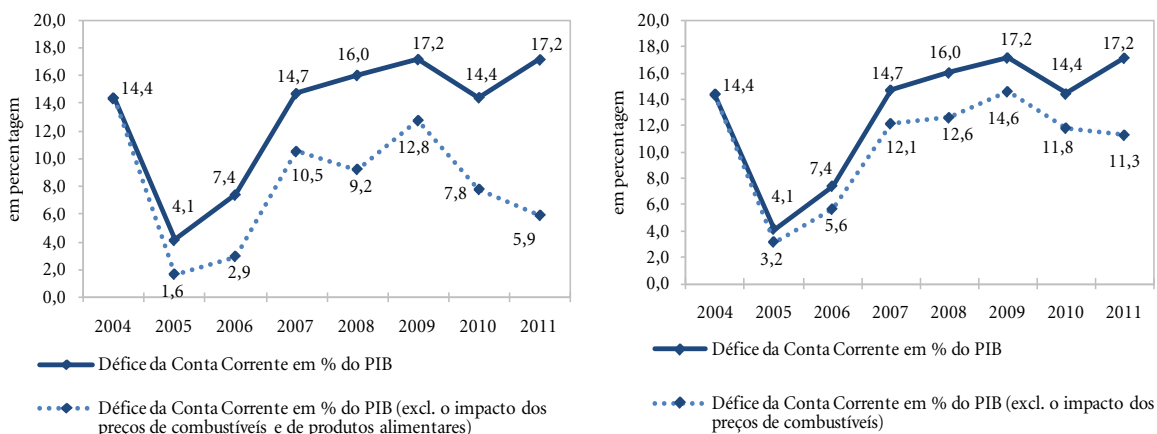
Num contexto em que o desempenho económico e financeiro do país é moderadamente positivo, a evolução das transferências de emigrantes, não obstante a crise nos principais países de acolhimento, pode estar relacionada com o interesse dos emigrantes investirem em Cabo Verde, na perspectiva do Instituto das Comunidades. Esse ponto de vista vai ao encontro dos resultados de um estudo realizado pelo BCV, que sugerem que o altruísmo e a ligação dos emigrantes ao país de origem são variáveis determinantes na evolução das remessas dos emigrantes cabo-verdianos.⁵ A primeira variável diz respeito à preocupação dos emigrantes com o bem estar dos parentes no país de origem. Esta variável tem uma relação inversa com a evolução da situação económica. A segunda variável tenta captar o investimento dos emigrantes, ou seja, a sua vontade em “construir” algo no país de origem. O referido estudo mostra ainda que as remessas de emigrantes estão sendo aplicadas mais em investimento e poupança do que em consumo, o que reforça a tese da ligação dos emigrantes ao país de origem como variável explicativa das suas decisões financeiras.

A balança corrente foi afectada, em grande medida, pelo comportamento dos preços internacionais, por via das importações de bens. Em termos agregados, o efeito preço no crescimento total das importações de mercadorias foi de 13,9 por cento, em 2011. A aceleração dos preços internacionais de combustíveis e de produtos alimentares teve um impacto no

⁵ Estudo realizado pelo Departamento de Estudos Económicos e Estatísticas, em fase de discussão.

agravamento do défice corrente em cerca de 11,3 pontos percentuais do PIB. O efeito da subida dos preços dos combustíveis no défice corrente, foi superior ao dos bens alimentares, em 0,5 pontos percentuais do PIB. Este facto poderá ser explicado, por um lado, pela redução das importações de bens de consumo em volume (em 5,9 por cento) e, por outro, pela aceleração das importações de combustíveis para consumo interno, de 15 por cento para 58 por cento, explicada em grande medida pelo aumento da capacidade de armazenagem no país.

Figura 21. Balança Corrente excluindo Impactos dos Preços das Matérias Primas



Fonte: Banco de Cabo Verde.

O excedente da balança de capital reduziu-se 70 por cento em 2011. O término da execução dos projectos financiados pelo primeiro compacto dos fundos do *Millenium Challenge Account* (MCA) explica, em grande medida, o comportamento das transferências de capitais. Registe-se, igualmente, uma redução das remessas de emigrantes de capital, na ordem dos 20 por cento.

A balança financeira, que representa os canais através dos quais se processa o financiamento externo da economia, registou uma entrada líquida de fundos na ordem de 13 por cento do PIB, em 2011. A redução, em 4,8 pontos percentuais do PIB, dos influxos financeiros líquidos, comparativamente a 2010, foi determinada pelo comportamento dos investimentos externos, dos activos externos líquidos dos bancos comerciais e da dívida pública externa.

Quadro 18. Balança Financeira

	2009	2010	2011	2009	2010	2011
	em milhões de escudos			em % do PIB		
Balança Financeira	16.529,2	22.292,4	17.364,2	14,3	18,0	13,2
Investimento Directo	9.356,3	9.282,1	7.274,9	8,1	7,5	5,5
Outros Investimentos	6.722,4	13.009,9	10.089,3	5,8	10,5	7,7
Créditos Comerciais	671,2	212,9	-3.261,8	0,6	0,2	-2,5
Empréstimos	4.677,1	10.933,4	16.034,5	4,0	8,8	12,2
Moeda e Depósitos	-727,6	1.092,0	-544,1	-0,6	0,9	-0,4
Outros Activos e Passivos	2.101,7	771,7	-2.139,3	1,8	0,6	-1,6

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Os influxos de investimentos externos mantiveram o perfil descendente, que vem apresentando desde 2009. Com efeito, os fluxos do investimento directo estrangeiro (IDE) diminuíram 21,6 por cento, depois de se terem reduzido 0,8 por cento e 20 por cento, respectivamente em 2010 e 2009. Registou-se, entretanto, uma tendência intra-anual de recuperação ao longo de 2011.

Em termos anuais, a evolução desfavorável do IDE em 2011 resultou da expressiva queda dos investimentos imobiliários (em 75 por cento), num contexto de deterioração das condições de financiamento dos principais países investidores. Os investimentos de emigrantes e empresariais (em particular nos sectores financeiros, da comunicação e do turismo), por seu turno, evoluíram favoravelmente, crescendo 81 e sete por cento, respectivamente.

O comportamento dos investimentos externos esteve em linha com a evolução registada no continente africano. A África continua a registar uma tendência decrescente nos influxos de IDE, contrariamente à tendência mundial. A nível global, os influxos de IDE aumentaram cerca de 17 por cento em 2011, superando os valores pré-crise, de acordo com as estimativas da UNCTAD.

Contrariando a tendência dos últimos três anos, os activos externos dos bancos comerciais registaram um aumento na ordem dos 27 por cento. A evolução dos activos, combinada com a redução dos passivos (em 13 por cento), traduziu-se na redução do saldo devedor dos bancos face ao exterior, na ordem dos 90 por cento.

Os desembolsos líquidos da dívida pública diminuíram 3,3 por cento, fixando-se em finais de 2011 nos 10,8 por cento do PIB (11,8 por cento do PIB em 2010), não obstante os ganhos cambiais. Note-se que a depreciação do dólar americano, moeda do serviço de 49 por cento da dívida pública externa, originou ganhos em mais de 70 milhões de escudos, dos quais 97 por cento relacionados com as amortizações.

A dívida privada (de outros sectores), ao contrário da pública, registou um substancial aumento em 2011 (em 3.408 milhões de escudos em termos absolutos), principalmente com a contratação de empréstimos para financiar projectos ligados ao sector energético. Em finais de 2011, o saldo da dívida por reembolsar das empresas cabo-verdianas junto ao sector financeiro internacional ascendia a 12,2 por cento do PIB, estando 66 por cento denominado em Euros.

Em 2011, o *gap* entre as necessidades de financiamento do país e os influxos de financiamento determinou uma perda líquida de reservas externas na ordem dos 3.675,6 milhões de escudos (33,3 milhões de euros). Condicionado, igualmente, pela flutuação cambial, que originou perdas na ordem dos dois milhões de euros, o *stock* de reservas internacionais líquidas do BCV fixou-se nos 260,8 milhões em finais de 2011, correspondente a 3,2 meses de importações.

Os desenvolvimentos na balança de pagamentos e, em particular, a expressiva acumulação de dívida externa (do Governo Central e outros sectores), contribuindo para o aumento dos passivos externos, levaram à deterioração da posição do investimento internacional da economia cabo-verdiana. Esta dinâmica poderá traduzir-se na deterioração tanto dos indicadores de solvência como dos indicadores de liquidez do país.

No caso específico da dívida pública, os indicadores calculados pelo BCV indiciam que a dívida externa pública mantém-se globalmente em níveis sustentáveis. O valor actual da dívida sobre as exportações de bens e serviços e o valor actual da dívida sobre o PIB

permanecem abaixo dos limiares de risco moderado, dado o carácter fundamentalmente concessional da dívida pública. Os contratos firmados pelo Governo Central, principalmente com os parceiros multilaterais e bilaterais, garantem correntemente uma dinâmica de liquidação de juros, inferior à dinâmica de crescimento do produto.

Caixa 4. Avaliação da Sustentabilidade da Dívida Pública Externa

A análise dos indicadores de vulnerabilidade externa e a avaliação da sustentabilidade da dívida pública externa são cruciais para um exame consistente da política macroeconómica e, em particular, da política orçamental de um país.

Em termos conceptuais, um país poderá ser considerado solvente se o valor actual das suas despesas primárias presentes e futuras for inferior ou, pelo menos, igual ao valor actual da trajectória presente e futura das receitas, líquidas de qualquer dívida inicial. Refira-se que a solvência deve ser encarada em relação à trajectória de ajustamento que não seja apenas economicamente viável, mas também social e politicamente aceitável. Especificamente, a condição de sustentabilidade (solvência) requer que o valor actualizado de toda a carteira seja inferior ou igual ao saldo primário que deverá ser utilizado para o seu reembolso, i.é:

$$\beta_t \leq \sum_{j=1}^{\infty} \frac{\delta_{t+j}}{(1+i)^j}$$

Onde, δ representa o saldo orçamental primário em percentagem do PIB no período $t+1$, β_t é o coeficiente da dívida (dívida/PIB) em período t e i representa a taxa de juros.

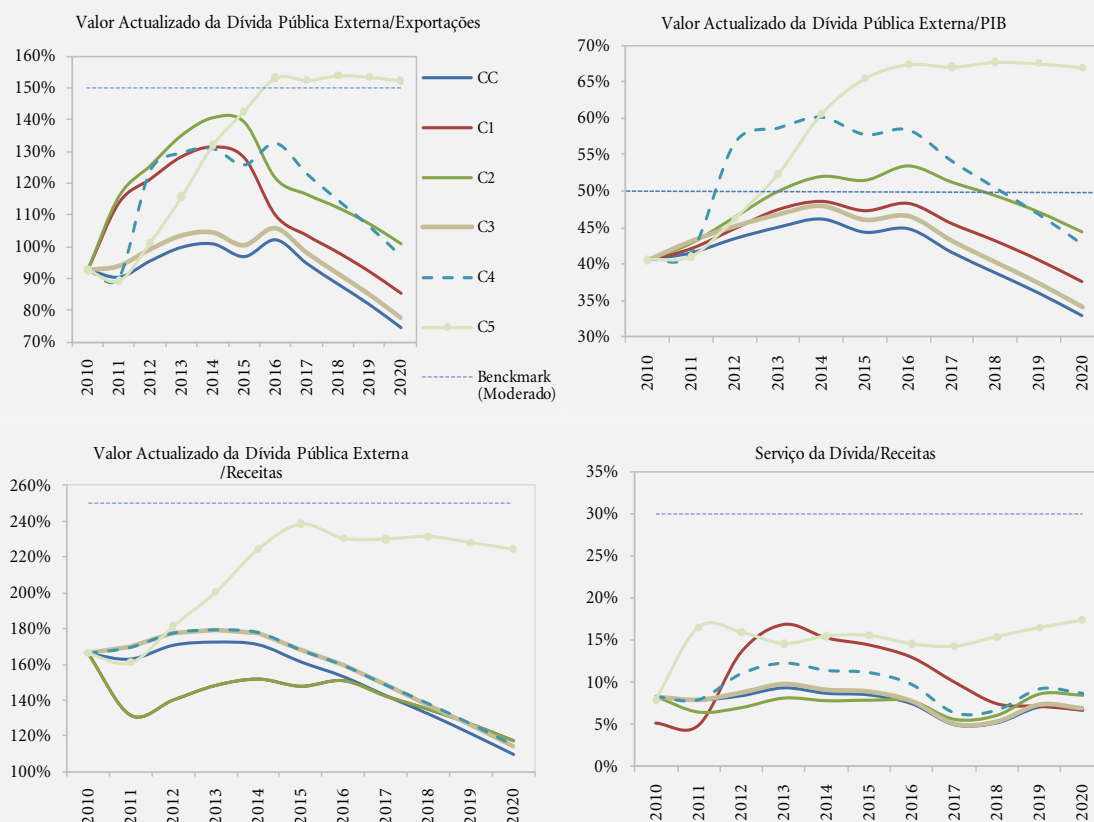
A avaliação da sustentabilidade da dívida pública externa sustenta-se no cálculo da expressão acima, com base em estimativas sólidas das estatísticas das finanças públicas e projecções consistentes da dinâmica de longo prazo das variáveis de política (receitas, despesas, saldo primário, saldo global e dívida) e das variáveis endógenas, como taxas de juro, taxas de crescimento, etc.

Dado o grau de incerteza das projecções das variáveis macroeconómicas e tendo em consideração a imprevisibilidade da ocorrência de choques que podem condicionar ou mesmo inviabilizar o cenário central, o quadro para a avaliação da sustentabilidade prevê o impacto nos indicadores de sustentabilidade de um conjunto de situações adversas:

1. Crescimento real do PIB igual à média histórica, o que permite, de certa forma, avaliar a consistência do cenário central.
2. Crescimento real do PIB abaixo da média histórica por meio desvio padrão, o que simula o impacto de um choque negativo permanente. Esta hipótese não é de todo irrealista, se atendermos ao facto de alguns analistas económicos defenderem que a actual crise económica e financeira global deverá ter um impacto na trajectória do PIB potencial de muitas economias.
3. Simulando os efeitos de uma derrapagem temporária da política orçamental, assumiu-se uma evolução do saldo primário abaixo do nível médio histórico por um desvio padrão, no primeiro período. Os efeitos de primeira ordem estendem-se ao *stock* de dívida externa.
4. Desvalorização em 30 por cento da taxa de câmbio efectiva real, também com efeitos expressivos ao nível da acumulação da dívida e do montante do serviço da dívida.
5. Aumento dos fluxos geradores de dívida pública em mil milhões de escudos, que simula um choque de passivos contingentes e condições de financiamento menos favoráveis a partir de 2012.

Estas simulações correspondem, respectivamente, aos cinco cenários alternativos apresentados nos gráficos da página seguinte.

Figura 22. Análise de Sustentabilidade da Dívida Pública Externa



Fonte: Dados do Ministério das Finanças de Novembro de 2011; Cálculos do Banco de Cabo Verde.

Notas:

CC- Cenário Central;

C1-Crescimento real do PIB = média histórica;

C2-Crescimento real do PIB = média histórica - meio desvio padrão;

C3-Saldo primário histórico - um desvio padrão;

C4-Desvalorização da taxa de câmbio efectiva real em 30 por cento;

C5-Aumento de fluxos geradores da dívida pública em mil milhões de CVE.

No contexto do cenário central (CC), o indicador de solvência externa - valor actualizado da dívida sobre o PIB – aproxima-se progressivamente do valor crítico de risco moderado (50 por cento). De acordo com as estimativas e projecções, desde 2010 este indicador ultrapassa os 40 por cento e mantém-se crescente até 2014, quando atinge 46 por cento. Os outros indicadores de solvência, os rácios valor actualizado da dívida sobre as exportações de bens e serviços e valor actualizado da dívida sobre as receitas geradas internamente mantêm-se bem abaixo dos limiares de risco.

Neste cenário, o *stock* da dívida pública externa deverá rondar os 70 por cento do PIB em 2012. Este resultado pode ser explicado pela expansão do endividamento externo para financiar programas de investimentos públicos, particularmente a partir de 2009, na perspectiva do aproveitamento das condições de financiamento concessional altamente favoráveis, que deverão vigorar até 2015.

Embora os níveis de endividamento do país sejam relativamente elevados, o seu grau de concessionalidade explica o facto do valor esperado das receitas internamente geradas e das exportações de bens e serviços serem mais que suficientes para fazer face às obrigações com o serviço da dívida, no horizonte temporal analisado. Entretanto, o rácio valor actualizado da dívida externa/receitas internas ultrapassa os níveis que foram considerados historicamente insustentáveis pelo *Debt Relief International*, conforme o quadro seguinte.

**Quadro 19. Indicadores de Sustentabilidade da Dívida do Governo Central
(em percentagem)**

Indicadores	Limiars de Sustentabilidade da Dívida Vs Capacidade Institucional e Qualidade das Políticas			Níveis histórica-mente insustentáveis
	Forte	Médio	Fraco	
Liquidez				
Serviço da Dívida Pública Externa/Exportações de Bens e Serviços	25	20	15	13
Serviço da Dívida Pública Externa/Receitas Geradas Internamente	35	30	25	12
Solvência				
Valor Actual da Dívida Pública Externa/PIB	50	50	30	
Valor Actual da Dívida Pública Externa/Exportações de Bens e Serviços	200	150	100	140
Valor Actual da Dívida Pública Externa/Receitas Internamente Geradas	300	250	200	151

Fonte: Fundo Monetário Internacional; Banco Mundial e *Debt Relief International*.

Os cenários alternativos atestam a robustez da avaliação realizada. Com efeito, apenas o indicador que compara o custo presente do endividamento com a produção da economia (valor actual da dívida sobre o PIB) ultrapassa o limiar de sustentabilidade em três cenários⁶.

No cenário de evolução do PIB nominal igual ao ritmo de crescimento da média dos últimos 10 anos, a *performance* dos indicadores valor actualizado da dívida sobre PIB e valor actualizado da dívida sobre as exportações piora comparativamente ao cenário central. Estes resultados poderão ser explicados pelo facto do PIB nominal ter crescido a um ritmo inferior ao projectado no cenário central no período 2000-2010, devido à evolução da inflação. Registe-se que na última década houve dois períodos de deflação (em 2000 e 2004) e a média do crescimento dos preços foi de dois por cento no período.

No *worst case scenario* - cenário que simula a materialização dos riscos relacionados com os passivos contingentes - tanto o valor actualizado da dívida sobre o PIB como o valor actualizado da dívida sobre as exportações de bens e serviços ultrapassam os valores críticos de risco moderado. Entretanto, embora crescendo exponencialmente, o indicador valor actualizado da dívida sobre as receitas mantém-se, no período de análise, abaixo do limiar de sustentabilidade.

A nível dos indicadores de liquidez, os resultados sugerem que o rácio do serviço da dívida (serviço da dívida/exportações de bens e serviços) e o rácio do serviço orçamental (serviço da dívida/receitas) deverão evoluir, nos próximos anos, abaixo dos limiares de sustentabilidade. Contudo, o serviço da dívida/receitas internas ultrapassa os níveis considerados historicamente insustentáveis (13 por cento) em dois cenários, já em 2012.

De acordo com os resultados e à luz dos pressupostos sobre a dinâmica de longo prazo das variáveis de política e de outras endógenas consideradas na avaliação da sustentabilidade da dívida pública externa, pode-se concluir que, em termos gerais, o país ainda não atingiu os limiares considerados de risco moderado, embora se aproxime dos valores críticos. Considera-se que o nível de endividamento soberano junto ao sector externo é relativamente grande. Face aos riscos crescentes que resultam da própria conjuntura económica nacional e internacional e considerando a grande vulnerabilidade externa da economia de Cabo Verde, aconselha-se alguma prudência na contratação de novos empréstimos, ainda que em condições concessionais, e sugere-se um monitoramento eficaz dos indicadores de solvência e de liquidez.

⁶ Os resultados deste indicador poderão estar, em certa medida, condicionados pelas estimativas do PIB. Registe-se que o BCV realiza as suas estimativas, normalmente mais conservadoras, com base na evolução dos indicadores de tendência da actividade económica, para colmatar a inexistência de dados oficiais das contas nacionais desde 2007.

PARTE II

SUPERVISÃO DO SISTEMA FINANCEIRO

Capítulo 5. Sistema Bancário

5.1. Estrutura do Sistema Bancário e Parabancário

O sistema bancário representa mais de 80 por cento dos activos do sistema financeiro. A manutenção de uma situação sólida em termos de rendibilidade, solvabilidade, provisionamento de riscos e gestão da liquidez tem permitido ao sector sustentar o desenvolvimento da sua actividade.

Depois de uma significativa expansão em 2010, a cobertura bancária do país manteve-se estável ao longo de 2011. Assim, no mercado *onshore*, o sector comportava oito instituições de crédito: Banco Comercial do Atlântico – BCA; Caixa Económica de Cabo Verde – CECV; Banco Interatlântico – BI; Banco Cabo-Verdiano de Negócios – BCN; Banco Africano de Investimentos – BAI; Novo Banco de Cabo Verde; Ecobank – Cabo Verde e Banco Espírito Santo – Cabo Verde – BESC.V. Na vertente parabancária, encontravam-se autorizadas dez instituições: uma sociedade gestora de capital de risco – A Promotora; três agências de câmbio – Cotacâmbios de Cabo Verde, Arisconta – Câmbios, Lda. e Girassol – Câmbios, Lda.; uma sociedade emissora de cartões de crédito e de intermediação bancária do sistema de pagamentos – SISP; uma sociedade de *leasing* – *Promoleasing* – Sociedade de Locação Financeira, S.A; três sociedades gestoras de fundos mobiliários – *Innovation Box*, Sociedade de Gestão de Fundos de Habitação de Interesse Social e Novagest, SA; e uma agência de transferência de dinheiro – *Global Money Transfer* – Cabo Verde, S.A., em processo de registo.

No mercado *offshore*, somavam nove as instituições licenciadas para operar, sendo oito em actividades bancárias, e uma actuando como sociedade de gestão de fundos.

A rede de cobertura de serviços bancários viu-se reforçada com a criação de mais duas novas agências, uma do Banco Espírito Santo - Cabo Verde, em Santa Maria, Ilha do Sal, e outra do Novo Banco de Cabo Verde, em Mindelo, São Vicente, bem como com o alargamento dos postos de atendimento nos estabelecimentos dos Correios de Cabo Verde, pelo Novo Banco, que assim se fez representar nos principais concelhos do país.

5.2. Evolução do Balanço Agregado do Sistema Bancário

Em 2011, a actividade do sector bancário, medida pelo volume total de activos líquidos, registou um crescimento contínuo, tendo o saldo agregado ascendido a 155,2 mil milhões de escudos, o que representa um crescimento de cerca de dez por cento face ao exercício do ano transacto (nove por cento em 2010).

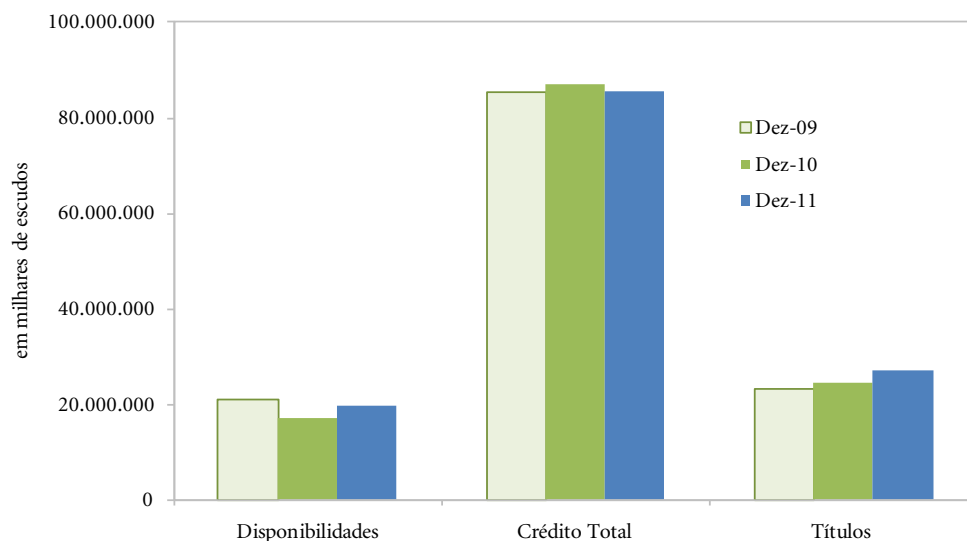
Evolução do Activo

A estrutura das aplicações do activo líquido não apresentou alterações significativas,

continuando o crédito e os títulos a representar quase a totalidade do activo (58,4 por cento e 17,4 por cento, respectivamente).

Em termos de evolução, de notar que a carteira de crédito sem imparidades cresceu 7,5 por cento, para 85,7 mil milhões de escudos. Os títulos, que representam o segundo maior produto de aplicação dos bancos, cresceram 10,3 por cento, com o alargamento da carteira de títulos públicos, na medida em que o volume de títulos privados na posse dos bancos apresentou uma ligeira redução.

Figura 23. Evolução das Principais Rubricas do Activo



Fonte: Relatórios e balancetes dos Bancos Comerciais; Cálculos do Banco de Cabo Verde.

As disponibilidades cresceram 15,4 por cento. Algumas instituições apresentaram, no entanto, situações de pressão de liquidez.

Análise da Evolução da Carteira de Crédito e da Imparidade

A qualidade do activo, a avaliar pela evolução do crédito vencido, evidenciou uma deterioração. O peso dessa componente na estrutura do crédito total registou um aumento de 2,7 pontos percentuais, para 6,9 por cento. Do ponto de vista da imparidade, os créditos e juros vencidos aumentaram 156,4 por cento.

Quadro 20. Evolução dos Créditos e Provisões

	em milhares de escudos			
	Dez-09	Dez-10	Dez-11	variação em %
Crédito Total	78.076.339	87.075.687	97.158.851	-10,4
Crédito Normal	74.911.517	83.397.286	90.440.216	-7,8
Crédito e Juros Vencidos	3.164.822	3.678.402	6.718.636	-45,3
Provisões para Crédito	4.541.746	5.357.993	6.472.154	-17,2
Crédito vencido/Crédito total (%)	4,2	4,2	6,9	2,7 p. p.

Fonte: Relatórios e Balancetes dos Bancos Comerciais; Cálculos do Banco de Cabo Verde.

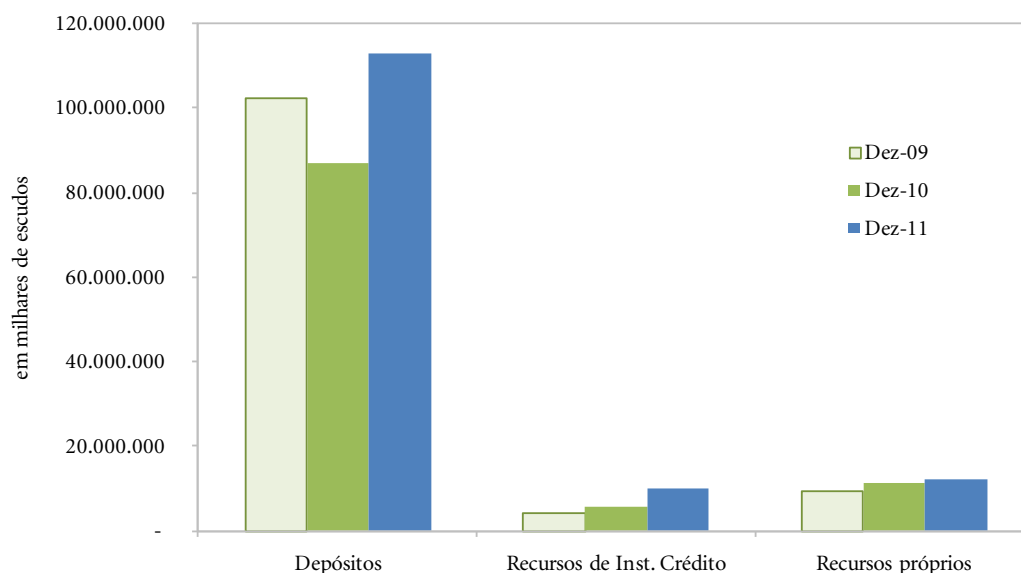
Relativamente às provisões para crédito e juros vencidos, registou-se um aumento de 20,8 por cento, contudo, muito aquém do nível de deterioração da carteira de crédito e juros vencidos.

Evolução do Passivo

Os recursos de clientes mantiveram-se como a principal fonte de financiamento dos bancos. Em 2011, os depósitos de clientes, que representam 72,7 por cento do total do passivo do sistema, ascenderam a 112,9 mil milhões de escudos, aumentando 2,6 por cento.

Por seu turno, os recursos de instituições de crédito aumentaram 81,6 por cento, com as instituições internas a contribuírem com 25 por cento desse valor. A evolução dos recursos das instituições de crédito indicia um contínuo desenvolvimento do mercado monetário interbancário interno, enquanto fonte de *funding* das instituições bancárias.

Figura 24. Evolução das Principais Rubricas do Passivo



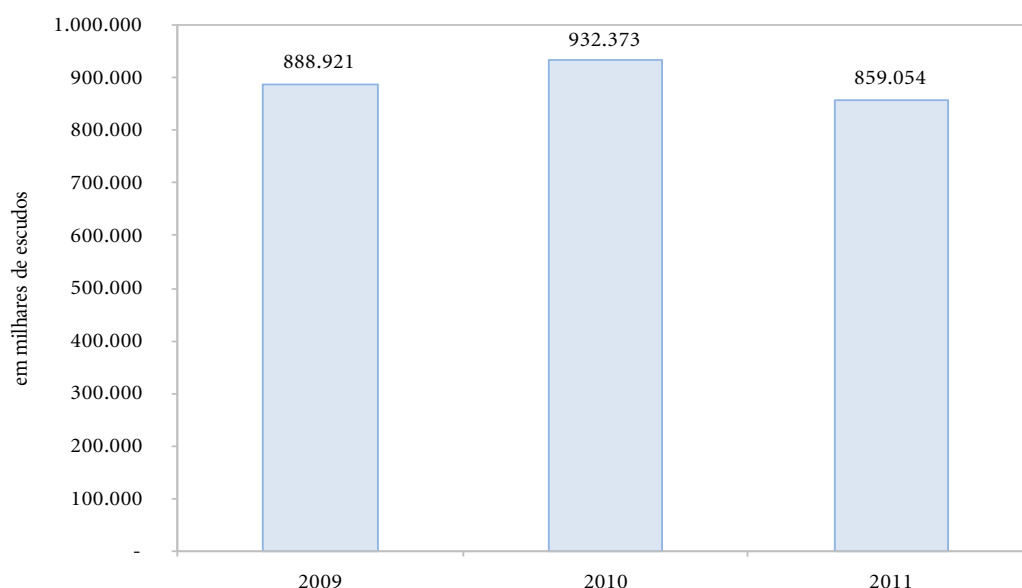
Fonte: Relatórios e Balancetes dos Bancos Comerciais; Cálculos do Banco de Cabo Verde.

Os recursos próprios, compostos por capital social, reservas, resultados transitados e resultados líquidos do exercício, cresceram 6,3 por cento (23,7 por cento em 2010), devido à política de retenção parcial dos resultados do exercício habitualmente praticada pelos bancos.

Análise dos Resultados

Os resultados do exercício de 2011 ascenderam a 859 milhões de escudos, traduzindo uma variação negativa de 7,9 por cento relativamente a 2011. A margem financeira abrandou consideravelmente (de 10,5 para 4,9 por cento), enquanto a margem complementar, um importante sinalizador da dinâmica da actividade, aumentou 1,3 por cento, depois de ter reduzido cerca de 12 por cento em 2010.

Figura 25. Evolução dos Resultados Líquidos do Sector



Fonte: Relatórios e Balancetes dos Bancos Comerciais; Cálculos do Banco de Cabo Verde.

O produto bancário, contrabalançando o efeito da variação positiva da margem complementar sobre a margem financeira, manteve-se estável, em torno de 4 por cento.

Os custos com pessoal e os gastos administrativos apresentaram crescimentos a taxas de 8 e 4,9 por cento, respectivamente, para os quais contribuíram a actualização salarial e a inflação relativamente elevada, além do aumento de efectivos e da expansão da rede de atendimento, em comparação com o exercício de 2010.

Os indicadores de rentabilidade apresentaram-se inferiores aos níveis do ano transacto, evidenciando um nível de desempenho abaixo do de 2010. Com efeito, a taxa de Rentabilidade dos Activos (ROA) e a taxa de Rentabilidade dos Capitais Próprios (ROE) diminuíram de 0,2 pontos percentuais e dois pontos percentuais, respectivamente, para 0,6 por cento e 7,1 por cento.

5.3 Regulação e Supervisão

A acção de regulação e supervisão bancária nacional tem sido, nos últimos anos, objecto de constantes reformas, visando novos caminhos e formas de aproximação às melhores práticas e padrões internacionalmente reconhecidos. Assim, em 2011, para além das acções com vista a uma melhor *performance* e consolidação da vertente da supervisão comportamental, pôs-se muita ênfase na preservação do capital, na fiscalização e na transparência do mercado e, sobretudo, na reforma dos mecanismos de supervisão, tendo como objectivo a transição para o modelo de supervisão baseada no risco. Para o efeito, foi já concluída uma primeira etapa do processo, que resultou na definição de estratégias e elaboração de um plano de transição, com apoio do Banco Central do Brasil, no quadro da cooperação técnica existente.

Foram, igualmente, reforçados e desenvolvidos alguns instrumentos de gestão de risco, designadamente, de risco de liquidez e de risco de taxa de juros, ferramentas importantes da supervisão prudencial.

Na vertente da supervisão comportamental, foram realizados encontros com instituições bancárias e sessões de trabalho com equipas técnicas dos bancos, sobre a temática do preçário, tendo sido emitidas orientações através de Circular.

Encontra-se em fase de conclusão o novo regulamento que, entre outros aspectos, pretende introduzir o conceito de serviços bancários essenciais.

Foram também feitas divulgações, nos meios de comunicação social, de aspectos relacionados com a estrutura do sistema financeiro cabo-verdiano e a protecção dos consumidores de produtos e serviços financeiros.

Até o primeiro semestre de 2011, deram entrada no BCV oitenta reclamações, tanto através dos livros de reclamação como por via do site do banco central. Ainda via site, deram entrada cerca de quarenta pedidos de informação, sobretudo de emigrantes. A maior parte das reclamações registada até 31 de Julho de 2011 (95 por cento) refere-se a serviços prestados pelas instituições bancárias. Quatro por cento e um por cento, respectivamente, foram relativas a instituições parabancárias e seguradoras.

A maioria das reclamações incidiu sobre preçários, qualidade de atendimento, bloqueio e movimentação de contas, incumprimento generalizado do dever de informação, incidentes de cheques e incidentes com cartões (VISA & VINTi4). Foram realizadas inspecções às instituições visadas, com base em reclamações e denúncias, que resultaram no encerramento de um estabelecimento que exercia, sem autorização do BCV, a actividade parabancária de *money transfer*.

Foram, também, emitidas recomendações e determinações específicas a três instituições de crédito, para procederem: à reconstituição de contas de depósitos a prazo, desmobilizadas irregularmente; à devolução de mais de um milhão e cem mil escudos transferidos via *Western Union*, pagos a pessoas diferentes dos legais destinatários, com base na falsificação de documentos; e à reconstituição de saldos de contas à ordem de clientes, movimentadas por terceiros mediante falsificação de documentos. Foram, na sequência, emitidos quatro pedidos de informação e realizados três encontros com o Director do Arquivo Nacional de Identificação Civil e Criminal sobre a origem e a autenticidade dos documentos apresentados nos actos de levantamento de dinheiro.

No quadro da supervisão comportamental foi, ainda, apresentada uma comunicação sobre a Estrutura do Sistema Financeiro Cabo-Verdiano e a Protecção dos Consumidores, num seminário realizado em S. Vicente, organizado pela Associação para a Defesa dos Consumidores (ADECO).

5.4 Avaliação do Risco e da Estabilidade do Sistema Bancário

Em 2011, os riscos macroeconómicos para a estabilidade financeira acentuaram-se, em decorrência do agravamento do enquadramento externo da economia e do ligeiro abrandamento da actividade nacional. Em consequência, o crescimento da actividade bancária, medido pela expansão do crédito à economia, foi acompanhado por uma evolução desfavorável da qualidade da carteira de crédito.

O nível de provisões constituídas para riscos de crédito, o principal risco do sistema bancário nacional, não acompanhou a significativa deterioração da qualidade dos activos bancários, induzindo a uma queda do índice de cobertura do crédito vencido pelas provisões, de 145,7 por cento para 96,3 por cento.

Em termos estruturais, salienta-se a concentração relativamente elevada da carteira de empréstimos em actividades relacionadas com a construção. O crédito à construção representou 41,6 por cento do total da carteira de empréstimos ao sector privado, representando os empréstimos bancários a particulares para aquisição de habitação 34,3 por cento e os empréstimos concedidos a empresas do sector da construção 7,3 por cento do total.

Em termos institucionais, registe-se uma concentração do crédito concedido às sociedades não financeiras, que se manifesta em exposições de montantes elevados e níveis superiores a 10 por cento dos fundos próprios, em cerca de um terço das instituições bancárias. De notar, igualmente, um elevado grau de exposição da banca nacional a um conjunto de devedores, muitas vezes pertencentes ao mesmo sector de actividade, o que contribui para o aumento do risco de contágio do sistema. Em particular, registe-se - que, em finais de 2011, 67 por cento das instituições bancárias possuíam exposições face ao sector imobiliário em valores superiores à exposição média do sector. Entretanto, metade das instituições exibiu um nível de cobertura de grandes riscos pelos fundos próprios acima da média do sector.

Não obstante a avaliação positiva da cobertura, a concentração continua a representar um grande risco para o sistema bancário, capaz de comprometer a estabilidade e a solvabilidade das instituições bancárias cabo-verdianas.

Os fundos próprios dos bancos situaram-se em 12,9 mil milhões de escudos em 2011, tendo registado uma redução de 2,1 por cento, relativamente a 2010.

Cerca de 96 por cento do capital do sistema correspondeu ao TIER 1, o que confere aos fundos próprios um elevado nível de qualidade. À redução, embora ligeira, dos fundos próprios, contrapôs-se um aumento dos activos de risco, em 9,3 por cento. Consequentemente, o rácio de solvabilidade e o rácio TIER I/Activo ponderado diminuíram 1,6 e um ponto percentual, respectivamente, para 13,9 por cento e 13,4 por cento. Note-se que, não obstante a redução, o rácio de solvabilidade manteve-se acima do mínimo regulamentar (dez por cento).

Capítulo 6. Sector Segurador

Em 2011, a actividade seguradora manteve o seu peso relativo na actividade económica em 1,7 por cento, com a produção de seguro directo a crescer 4,6 por cento em termos globais, para um montante de 2.258 milhões de escudos.

O valor do prémio *per capita* estimado para 2011 foi de 54,0 dólares, o que representa um aumento de 1,4 dólares, em relação ao ano anterior.

Quadro 21. Taxa de Penetração e Densidade do Seguro

	2009	2010	2011
Taxa de Penetração do Seguro na Economia	1,8%	1,7%	1,7%
Prémios de Seguro Directo <i>per capita</i> em USD	50,7	52,9	54,0

Fonte: Banco de Cabo Verde.

6.1. Carteira de Prémios

Com prémios de 101,9 milhões de escudos e uma taxa de crescimento de 15,9 por cento, o segmento “Vida” representou 4,5 por cento do total da carteira de prémios.

Quadro 22. Evolução e Estrutura da Carteira

	2010			2011		
	milhões de escudos	variação em %	Peso em %	milhões de escudos	variação em %	Peso em %
Vida	87,9	14,8	4,1	101,9	15,9	4,5
Acidentes e Doença	254,5	14,3	11,8	279,1	9,7	12,4
Incêndio e Outros Danos	354,0	18,0	16,4	421,2	19,0	18,7
Automóvel	950,1	-1,7	44,0	932,9	-1,8	41,3
Transportes	334,5	-1,0	15,5	365,1	9,1	16,2
Responsabilidade Civil	138,6	1,5	6,4	118,6	-14,4	5,3
Diversos	38,4	17,0	1,8	39,2	2,1	1,7
Totais	2158,0	4,1	100,0	2258,0	4,6	100,0

Fonte: Banco de Cabo Verde.

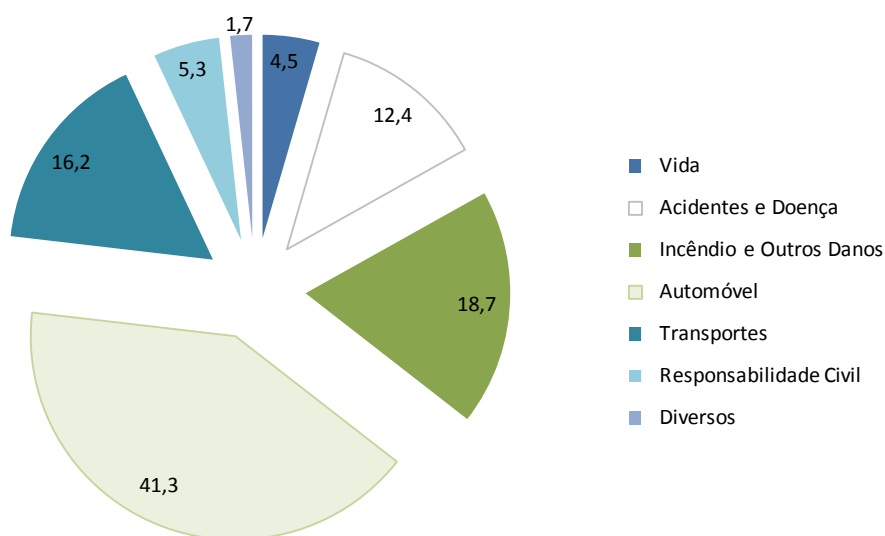
No segmento “Não Vida”, o volume de prémios atingiu 2.156 milhões de escudos, crescendo 4,1 por cento em relação a 2010.

O segmento “Vida”, embora continuando a exibir valores absolutos baixos, vem apresentando, ao longo dos últimos anos, expressivo crescimento, essencialmente devido ao aumento da venda de seguros ligados ao crédito à habitação.

A evolução do segmento “Não Vida” reflectiu o desempenho dos seus principais ramos, a saber:

- O ramo acidentes e doença, que inclui, entre outros, o seguro obrigatório e facultativo de acidentes de trabalho, entre outros, arrecadou prémios no montante de 279,1 milhões de escudos, o que representa uma variação positiva de 9,7 por cento. Os seguros obrigatórios de acidentes de trabalho representaram 62,7 por cento do total deste ramo, seguidos pelos seguros de viagem, com uma representatividade de 20 por cento;
- O ramo incêndio e outros danos atingiu um montante de prémios de 421,2 milhões de escudos, o que traduz um aumento de 19 por cento;
- O ramo automóvel, que é o ramo mais representativo na carteira de seguros, responsável por 41,3 por cento dos prémios, apresentou uma redução de 1,8 por cento;
- O ramo transportes registou um aumento de prémios de 9,1 por cento e contribuiu em 16,2 por cento para o total dos prémios;
- O ramo responsabilidade civil obteve prémios no montante de 118,6 milhões de escudos, contra 138,6 milhões de escudos em 2010;
- O ramo diversos, que inclui os seguros de crédito e caução, processou prémios no montante de 39,2 milhões de escudos, na sua totalidade, do seguro de caução.

Figura 26. Estrutura Vida e Não Vida



Fonte: Banco de Cabo Verde.

6.2. Resseguro Cedido

Os prémios de resseguro cedidos passaram de 1.214 milhões de escudos, para 1.207 milhões de escudos em 2011.

A taxa de cedência global, medida pelo rácio prémios de resseguro cedidos/prémios brutos emitidos, situou-se em 53,5 por cento em 2011, contra 56,3 por cento em 2010.

Quadro 23. Evolução da Taxa de Cedência por Ramos de Seguro

	Prémios Brutos Emitidos		Prémios de Resseguro Cedidos		Taxas de Cedência	
	em milhões de escudos				em percentagem	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011
Vida	87,9	101,9	45,4	52,0	51,6	51,0
Acidentes e Doença	254,5	279,1	82,3	90,9	32,3	32,6
Incêndio e Outros Danos	354,0	421,2	296,8	358,3	83,8	85,1
Automóvel	950,1	932,9	377,4	321,9	39,7	34,5
Transportes	334,5	365,1	294,4	286,8	88,0	78,6
Responsabilidade Civil	138,6	118,6	117,7	97,1	84,9	81,9
Diversos	38,4	39,2	0,0	0,0	0,0	0,0
Total	2.158,0	2.258,0	1.214,0	1.207,0	56,3	53,5

Fonte : Banco de Cabo Verde.

No que diz respeito ao volume de prémios cedidos, o ramo incêndio e outros danos ocupou o primeiro lugar, seguido pelos ramos automóvel e transportes. No que se refere à taxa de cedência, o ramo incêndio e outros danos foi de 85,1 por cento, o ramo responsabilidade civil de 81,9 por cento, o ramo transportes de 78,6 por cento e os restantes ramos de menos de 60 por cento.

6.3. Sinistralidade

Os custos com sinistros atingiram 817,6 milhões de escudos, dos quais 656,4 milhões de escudos (80,2 por cento) foram do ramo automóvel. Em relação ao ano anterior, os custos com sinistros aumentaram 2,3 por cento, consequência do aumento de 15,5 por cento registado no ramo automóvel.

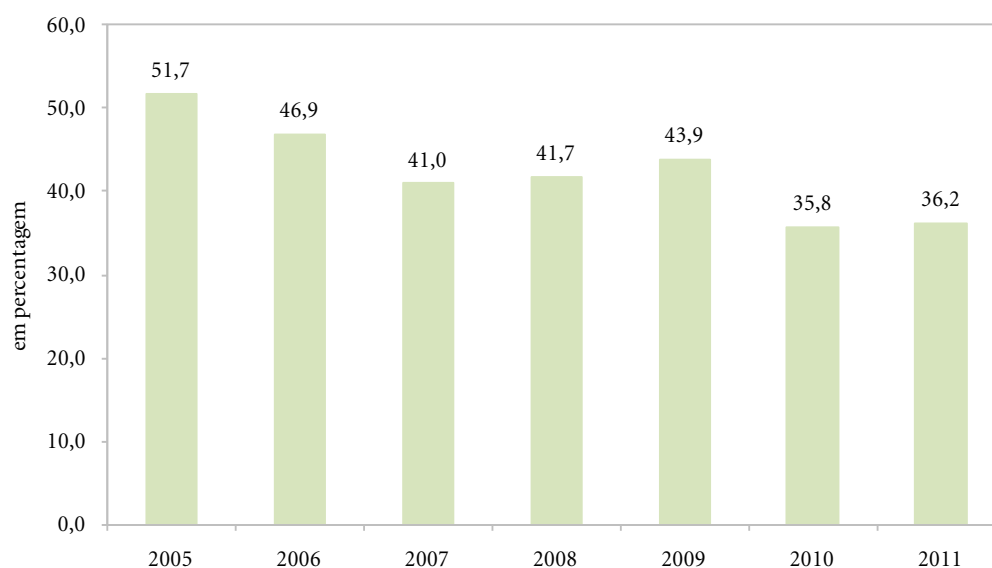
Quadro 24. Evolução dos Custos com Sinistros

	2010			2011		
	milhões de escudos	variação em %	Peso em %	milhões de escudos	variação em %	Peso em %
Vida	26,8	59,9	3,0	55,7	107,8	6,8
Acidentes e Doença	88,0	10,1	9,7	78,2	-11,1	9,6
Incêndio e Outros Danos	63,9	-13,9	7,1	10,5	-83,6	1,3
Automóvel	568,3	-19,4	62,9	656,4	15,5	80,3
Transportes	21,9	327,3	2,4	2,8	-87,2	0,3
Responsabilidade Civil	9,6	41,4	1,1	41,7	334,4	5,1
Diversos	20,7	41,0	2,3	-27,7	-233,8	-3,4
Totais	799,2	-11,5	100,0	817,6	2,3	100,0

Fonte: Banco de Cabo Verde.

A taxa de sinistralidade global, medida pelo rácio custos com sinistros/prémios adquiridos, manteve-se nos 36 por cento.

Figura 27. Taxa de Sinistralidade Global



Fonte: Banco de Cabo Verde.

6.4. Aspectos Técnico-Financeiros

O resultado líquido do exercício atingiu 263,5 milhões de escudos, valor ligeiramente superior ao registado no ano anterior.

As provisões técnicas ascenderam a 1.895,4 milhões de escudos, o que significa um aumento de 4,9 por cento em relação ao ano anterior.

Quadro 25. Evolução das Provisões Técnicas Brutas

	2010			2011		
	milhões de escudos	crescimento em %	Peso em %	milhões de escudos	crescimento em %	Peso em %
Provisão para Prémios não Adquiridos	410,1	10,8	22,7	428,1	4,4	22,6
Provisão para Seguros e Operações do Ramo Vida	73,7	39,6	4,1	81,7	10,9	4,3
Provisão para Sinistros	1323,7	4,7	73,2	1.364,5	3,1	72,0
De Vida	9,3	2322,2	0,6	12,1	30,1	0,6
De Acidentes de Trabalho	243,5	14,9	14,4	237,3	-2,5	12,5
De Automóvel	863,2	-5,2	51,1	929,1	7,6	49,0
De Outros Ramos	207,7	46,2	12,3	186,0	-10,4	9,8
Provisões para Participação nos Resultados	-	-	-	3,5	-	0,2
Provisão para Riscos em Curso	-	-	-	17,6	-	0,9
Total	1807,5	7,1	100,0	1895,4	4,9	100,0

Fonte: Banco de Cabo Verde.

De destacar, o peso da provisão para sinistro no total das provisões técnicas que, no período em análise, atingiu 72,0 por cento. Na provisão para sinistros, tal como nos períodos anteriores, o ramo automóvel teve maior expressividade (cerca de 68,1 por cento).

O montante das provisões técnicas representou 83,9 por cento dos prémios emitidos, contra 83,7 por cento do exercício anterior.

Quadro 26. Cobertura das Provisões Técnicas por Activos

	em milhões de escudos		
	2009	2010	2011
1. Provisões Técnicas	1.687,7	1.807,4	1.895,8
2. Activos	2.420,1	2.803,3	3.231,4
Grau de Cobertura (2\1)	143,4	155,1	170,5

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Os activos disponíveis para representação das provisões técnicas excederam as responsabilidades assumidas, aumentando a taxa de cobertura para 170,5 por cento.

Os investimentos em carteira passaram de 2.803 para 3.228 milhões de escudos em 2011, representando um aumento de 15,1 por cento. Os títulos de rendimento variável representaram 36,9 por cento do total da carteira, seguidos por terrenos e edifícios com 30,6 por cento, depósitos em instituições de crédito com 17,2 por cento e títulos de rendimento fixo com 15,3 por cento.

Quadro 27. Composição dos Investimentos

	2010		2011	
	milhões de escudos	Peso em %	milhões de escudos	Peso em %
Terrenos e Edifícios	1.021,0	36,4	989,0	30,6
Títulos de Rendimento Fixo	480,0	17,1	494,0	15,3
Títulos de Rendimento Variável	883,0	31,5	1.191,0	36,9
Depósitos em Instituições de Crédito	420,0	15,0	554,0	17,2
Total	2.803,0	100,0	3.228,0	100,0

Fonte : Banco de Cabo Verde.

Os capitais próprios elegíveis asseguraram a cobertura da margem de solvência em 279 por cento, contra 298 em 2010.

Quadro 28. Margem de Solvência

	em milhões de escudos		
	2009	2010	2011
1. Elementos Constitutivos da Margem	1.413,1	1.574,0	1.632,0
2. Montante da Margem a Constituir	524,2	528,0	585,0
Rácio de Solvência (1\2)	269,6	298,0	279,2

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Capítulo 7. Mercado de Valores Mobiliários

7.1. Evolução do Mercado de Capitais

O Mercado de Valores Mobiliários reflectiu, ao longo de 2011, os efeitos de uma conjuntura externa menos favorável, marcada por uma grande instabilidade nos mercados financeiros.

Assim, no mercado primário não houve qualquer emissão de acções ou de títulos de dívida, não obstante a ocorrência de um pedido de oferta pública de subscrição, que não cumpria os requisitos formais do processo de registo. Também, no mercado secundário, ao contrário da dinâmica registada em 2010, o volume de transacções caiu cerca de 33 por cento, para 737,9 milhões de escudos.

A expressiva queda das transacções no segmento accionista explica o comportamento desfavorável do mercado secundário, na medida em que o volume de transacções no mercado obrigacionista continuou a crescer (cerca de 5 por cento em 2011).

Quadro 29. Volume Total de Transacções no Mercado Secundário

Títulos	Segmentos	em escudos		
		2009	2010	2011
		volume de transacções		
Caixa Económica de Cabo Verde (CECV)	Accionista	4.248.000	79.535.410	1.712.800
ENACOL	Accionista	71.356.455	331.158.977	6.421.000
Sociedade Caboverdiana de Tabacos (SCT)	Accionista	27.556.315	15.185.100	7.797.840
Banco Comercial do Atlântico (BCA)	Accionista	30.041.040	32.410.186	42.873.890
Direito de Subscrição BCA	Accionista	14.644.508	-	-
Direito de Subscrição CECV	Accionista	23.976.510	-	-
Obrigação A - ELECTRA	Obrigacionista	86.110.885	35.000	7.009.000
Obrigação B - ELECTRA	Obrigacionista	75.016.050	-	-
Obrigação C - TECNICIL	Obrigacionista	-	-	50.000.000
Obrigação TECNICIL INDÚSTRIA	Obrigacionista	1.675.000	20.250.000	36.893.250
Obrigação SOGEI	Obrigacionista	129.584.985	346.878.000	326.502.386
Obrigação Banco Interatlântico (BI)	Obrigacionista	2.140.000	1.035.000	980.000
Obrigação Cabo Verde Fast Ferry	Obrigacionista	16.092.100	119.945.850	44.952.500
Obrigação IFH	Obrigacionista	-	200.000	350.000
Obrigação TECNICIL IMOBILIÁRIA	Obrigacionista	-	159.030.000	202.099.750
Obrigação BCA	Obrigacionista	-	-	4.002.000
Obrigação Banco Africano Investimentos	Obrigacionista	-	-	6.300.000
Total		488.423.197	1.105.663.523	737.894.416

Fonte: Bolsa de Valores de Cabo Verde; Auditoria Geral do Mercado de Valores Mobiliários.

Refira-se que no segmento accionista, inversamente ao cenário dos anos anteriores, o título da Empresa Nacional de Combustíveis (ENACOL) sofreu uma queda muito sig-

nificativa no volume de negócios, passando as ações do Banco Comercial do Atlântico (BCA) a registar o maior volume de negócios (no montante total de 42,9 milhões de escudos). O título da Caixa Económica de Cabo Verde, ao contrário, registou o menor volume de negócios (1,7 milhões de escudos).

Em consequência da evolução desfavorável dos mercados accionista e da dívida pública, a capitalização bolsista caiu cerca de nove por cento, depois de ter aumentado significativamente em 2010 (20,5 por cento).

Quadro 30. Capitalização Bolsista

Segmento	2009		2010		2011	
	em milhares de escudos	Estrutura	em milhares de escudos	Estrutura	em milhares de escudos	Estrutura
Accionista	9.362.933	45,2%	10.162.950	40,7%	8.331.232	36,9%
Obrigações Corporate	10.211.065	49,3%	13.654.740	54,7%	13.651.987	60,4%
Dívida Pública	1.130.000	5,5%	1.130.000	4,5%	623.250	2,8%
Total	20.703.998	100%	24.947.690	100%	22.606.470	100%

Fonte: Bolsa de Valores de Cabo Verde; AGMVM.

7.2. Modernização do Quadro Legal e Regulamentar

Ao longo de 2011, a Auditoria Geral do Mercado de Valores Mobiliários (AGMVM) continuou a trabalhar, em parceria com a Bolsa de Valores de Cabo Verde, na criação de condições para a capacitação institucional do mercado de capitais, como fonte alternativa de financiamento e de investimento em Cabo Verde.

Em particular, a actividade da AGMVM centrou-se, sobretudo, na implementação de mecanismos de acompanhamento do mercado e na avaliação dos riscos emergentes do próprio mercado. Neste quadro, a AGMVM acompanhou o cumprimento das obrigações contratuais dos emitentes, bem como as suas responsabilidades com o dever de informação.

No concernente à mitigação dos riscos, a AGMVM trabalhou no sentido de reforçar a capacidade de gestão dos emitentes, iniciando o processo de identificação de prováveis riscos para cada emitente e melhorou o acompanhamento do emitente com maior grau de risco.

Ainda no âmbito das suas atribuições, a AGMVM:

- avaliou dois pedidos de registo especial em intermediação financeira em valores mobiliários, tendo emitido um registo. O outro ficou suspenso por incumprimento dos requisitos formais;
- apreciou e concedeu um registo de perito avaliador de imóveis;
- instituiu encontros quinzenais com vários intervenientes no processo da implementação da plataforma financeira para a emissão da dívida pública através da Bolsa de Valores, tendo para o efeito aprovado duas instruções técnicas;
- deu continuidade às reformas legais, nomeadamente à regulamentação do plano de contas para os fundos de investimento e à publicação do Novo Código do Mercado de Valores Mobiliários e;
- deu sequência à padronização dos actos da AGMVM.

7.3. Actividade de Supervisão

Ao longo do ano, o Banco de Cabo Verde reforçou os mecanismos de supervisão prudencial e comportamental, em linha com os desenvolvimentos internacionais, relacionados com uma nova arquitectura do sistema de supervisão do sistema financeiro. Neste quadro, a AGMVM implementou mecanismos adequados a favorecer a supervisão prudencial, nomeadamente, a recolha diária de toda a informação sobre os emitentes, que circula na imprensa nacional.

Na sequência das acções de supervisão, foram notificados alguns emitentes para procederem à regularização de situações de incumprimento, sobretudo em relação ao dever de informação, nos termos do Código do Mercado de Valores Mobiliários e do Regulamento 1/2009, que consubstancia as informações privilegiadas a serem comunicadas ao mercado. As acções de fiscalização centraram-se, sobretudo, na verificação da existência de mecanismos adequados para a efectiva identificação, avaliação e controlo dos riscos inerentes às actividades exercidas pelos emitentes e pelos intermediários financeiros.

De acordo com os objectivos estabelecidos no plano de acção para 2011, a AGMVM intensificou o seu trabalho de protecção dos investidores e da integridade do mercado. Também a AGMVM esteve, durante todo o ano, empenhada em melhorar a qualidade da informação prestada pelas empresas cotadas, em particular, no que toca à informação financeira. Neste quadro, foi possível intensificar o processo de acompanhamento da situação financeira dos emitentes e reforçar a acção na área do governo das sociedades.

A AGMVM iniciou um processo de implementação de mecanismos para abertura de processos de contra-ordenação, ligados à violação do dever de informação ou das regras relativas à divulgação de informação privilegiada.

7.4. Promoção do Mercado de Capitais

A AGMVM tem vindo a privilegiar a educação financeira como forma de capacitar os agentes cabo-verdianos. Neste quadro, promoveu três seminários, em parceria com a Cooperação Luxemburguesa, que contou com a participação de representantes de todo o sistema financeiro, a saber:

- “Mercados Financeiros – Disponibilidades, Obrigações e Derivados”;
- “Controlo Interno, Auditoria Externa e *Compliance* ” e;
- “*Fundamentals of Risk Management*”.

Igualmente, promoveu, em parceria com a Bolsa de Valores e o *Fund Manager*, um colóquio sobre a Gestão de Fundos de Investimento Mobiliário e propiciou a apresentação pública do Projecto de Decreto-Lei sobre Fundos de Investimento em Cabo Verde.

Ainda, visando a promoção do mercado de capitais em Cabo Verde:

- Realizaram-se encontros com os principais intervenientes do mercado de valores mobiliários, nomeadamente com os intermediários financeiros e as empresas emitentes, advertindo para a necessidade da assunção plena dos respectivos deveres, em conformidade com o Código do Mercado de Valores Mobiliários;
- Melhorou-se o sistema de acompanhamento das actividades da Bolsa de Valores e dos intermediários financeiros;

- Procedeu-se à actualização do cadastro de todos os registos individuais dos mandatários dos bancos comerciais;
- Fez-se o acompanhamento e a actualização do *link* da AGMVM, aperfeiçoando a gestão dos conteúdos no renovado *layout* da página do BCV;
- Procedeu-se à preparação das estatísticas ligadas ao mercado de capitais.

PARTE III

ACTIVIDADES DO BANCO CENTRAL

Capítulo 8. Operações do Banco Central e Outras Actividades

8.1. Execução da Política Monetária e Gestão das Reservas Externas

Num contexto de redução do excesso de liquidez no sistema bancário, a gestão da política monetária direccionou-se para a promoção da estabilidade da liquidez do sistema bancário, visando garantir a estabilidade de preços e a dinamização dos mecanismos de transmissão da política monetária, sobretudo, dos canais do crédito e da taxa de juros. Neste quadro, o Banco de Cabo Verde (BCV) efectuou, ao longo de 2011, um conjunto de intervenções no mercado com recurso às operações *open market type* e às facilidades permanentes de liquidez.

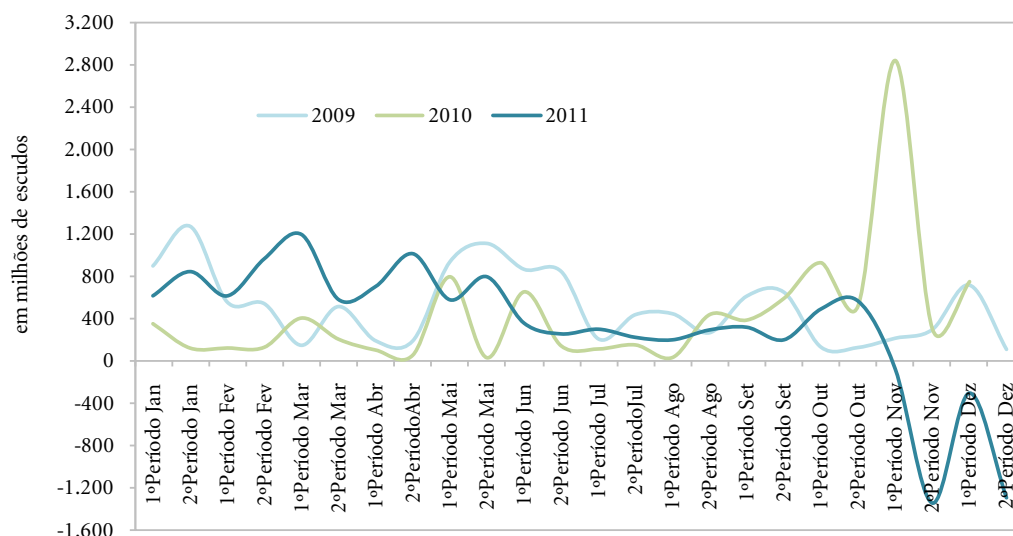
O exercício de previsão diária da liquidez fundamentou as intervenções no sentido da cedência ou da absorção da liquidez. Igualmente, para a gestão da liquidez bancária, foram consideradas as metas para a acumulação das reservas internacionais líquidas e dos activos internos líquidos do BCV, acordadas no âmbito do programa *Policy Support Instrument* (PSI), firmado com o Fundo Monetário Internacional.

As intervenções do BCV resultaram num decréscimo da liquidez excedentária média anual de 22,8 por cento, o que representa um total absoluto de 98 milhões de escudos. A procura de liquidez média do sistema bancário, medida pelo valor médio diário das Disponibilidades Mínimas de Caixa (DMC), atingiu os 15.889,5 milhões de escudos, enquanto a oferta de liquidez média, medida pelos depósitos médios diários dos bancos ascendeu aos 16.223,6 milhões de escudos, traduzindo-se em decréscimos de 0,25 por cento e 0,84 por cento, respectivamente, em relação ao ano anterior.

Em 2011, observou-se, em termos gerais, uma relativa estabilidade da liquidez, contrariamente ao sucedido em 2010, quando se registou um excesso de liquidez em todos os períodos de manutenção das DMC. Os níveis de liquidez reduziram-se a partir de Julho, em resultado de situações de défice de liquidez de algumas instituições bancárias e devido ao impacto da implementação de medidas de política monetária e prudenciais pelo BCV.

Os factores autónomos também influenciaram a evolução da liquidez, movimentando-se na sua maioria no sentido da absorção. De destacar, o impacto das “operações cambiais”, por via do grande volume de vendas de moeda estrangeira efectuadas às instituições financeiras, e da “dívida pública”, ou seja, do saldo positivo das emissões em relação aos reembolsos de títulos e à liquidação de juros.

Figura 28. Liquidez Bancária por Manutenção das Disponibilidades Mínimas de Caixa



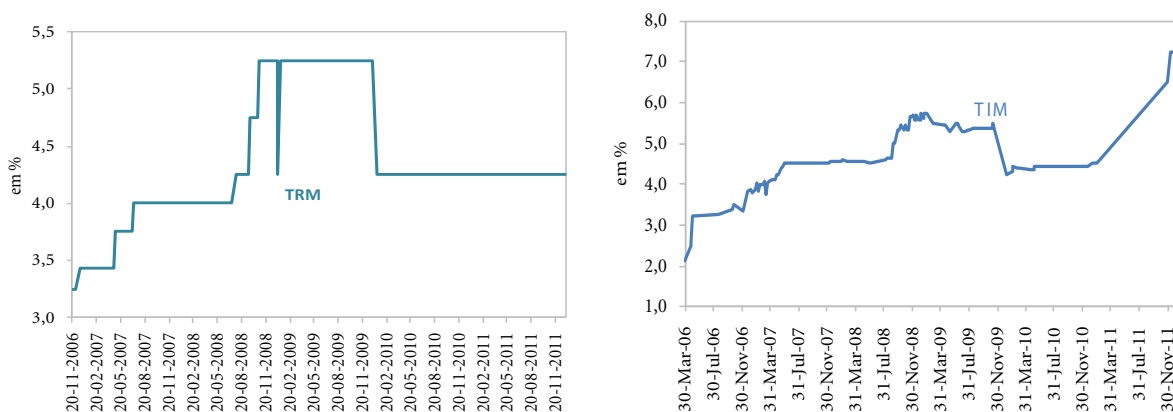
Fonte: Banco de Cabo Verde.

Operações de Tipo Mercado Aberto

As operações do tipo *open market* materializaram-se, sobretudo, na emissão de Títulos de Regularização Monetária (TRM), à taxa directora de 4,25 por cento e maturidade até 14 dias. As emissões de TRM ascenderam a 38.329 milhões de escudos, que compara aos 84.184 milhões de escudos emitidos em 2010, enquanto os Títulos de Intervenção Monetária (TIM) totalizaram 675 milhões de escudos, valor muito inferior aos 2.030 milhões de escudos registados em 2010.

A redução substancial das emissões de TIM e TRM ficou a dever-se aos desequilíbrios de liquidez no sistema bancário e reflectiu, em boa medida, o impacto na economia nacional de uma conjuntura financeira internacional menos favorável.

Figura 29. Taxas de Variação dos Títulos do Banco Central



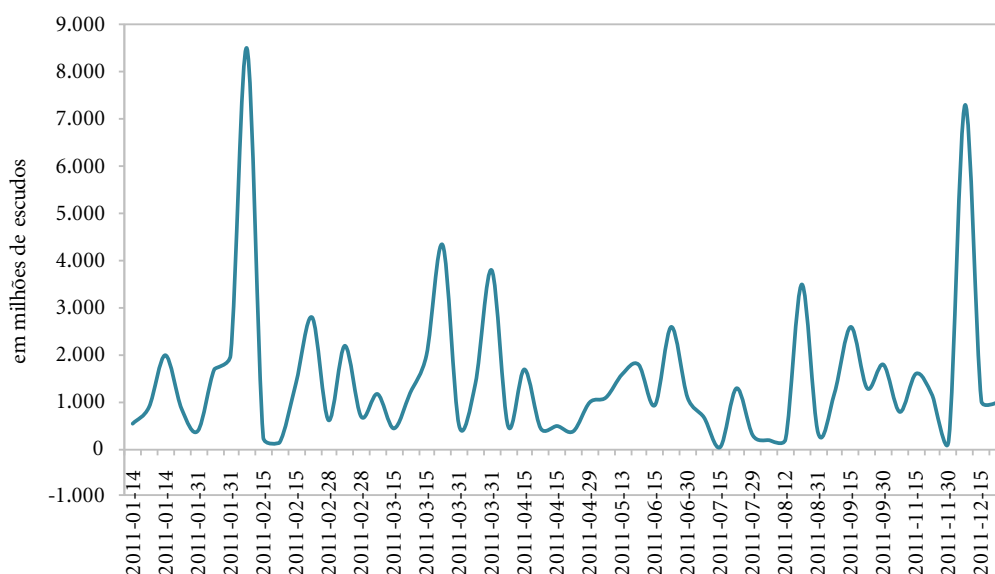
Fonte: Banco de Cabo Verde.

Em situações pontuais de défice de liquidez, o BCV fez intervenções de cedência de fundos ao sistema bancário através de operações de *reverse repo*, num total de 7.163,45 milhões de escudos.

Facilidades Permanentes de Liquidez

Em 2011, as aplicações dos excedentes de fundos dos bancos comerciais nas facilidades permanentes de absorção de liquidez totalizaram 81.642,3 milhões de escudos, o que representou um decréscimo de 20 por cento face ao valor de 2010. Não obstante a baixa taxa de juros (1,75 por cento), a permanência de alguma instabilidade de liquidez no mercado justifica a utilização frequente das facilidades de absorção por parte das instituições de crédito.

Figura 30. Facilidade Permanente de Absorção de Liquidez – Depósitos Overnight



Fonte: Banco de Cabo Verde.

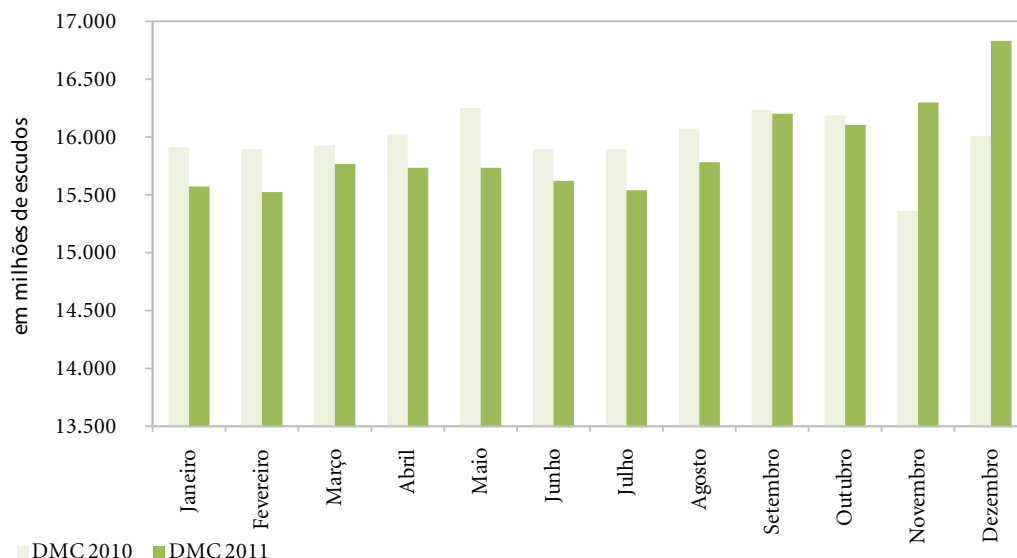
Com o objectivo de fazer face às dificuldades pontuais de liquidez e para o cumprimento das reservas mínimas, os bancos comerciais recorreram à facilidade permanente de cedência de liquidez. Os fundos cedidos aumentaram dos 47.406,5 milhões de escudos em 2010, para os 117.793 milhões de escudos, um acréscimo de 148,5 por cento. Paralelamente, registou-se um grande dinamismo no Mercado Monetário Interbancário (MMI), o que resultou numa troca total de fundos entre os bancos de 63.263 milhões escudos. A taxa média das transacções através do MMI foi de 6,1 por cento e os prazos variaram entre um dia e três meses.

Disponibilidades Mínimas de Caixa

O coeficiente das Disponibilidades Mínimas de Caixa (DMC) permaneceu inalterado nos 16 por cento, ao longo do ano. No entanto, o BCV deliberou no sentido da inclusão dos depósitos do Sector Público Administrativo na base de incidência das DMC, numa

proporção de 50 por cento e de 100 por cento, respectivamente em Julho e Dezembro. O montante das reservas mínimas requeridas acompanhou a evolução da base de incidência, que registou uma subida acentuada a partir do segundo semestre do ano.

Figura 31. Disponibilidades Mínimas de Caixa



Fonte: Banco de Cabo Verde.

Nota: DMC - Disponibilidades Mínimas de Caixa.

Gestão de Reservas

Em 2011, as reservas cambiais registaram uma queda na ordem dos 12 por cento face ao período homólogo, totalizando cerca de 253 milhões de euros, em Dezembro.

O *stock* cambial apresentou uma tendência de decréscimo ao longo do ano, tendo alcançado o valor mais baixo em Novembro, quando atingiu os 205 milhões de euros, explicado, essencialmente, pelos movimentos registados na carteira de liquidez.⁷ Em Dezembro, entretanto, as reservas registaram um aumento considerável, em resultado de compras avultadas de moeda estrangeira aos bancos comerciais e de entradas de divisas a favor do Estado. Em consequência, o *stock* cambial da carteira de liquidez atingiu os 141,7 milhões de euros, enquanto o da carteira de investimentos totalizou os 111,4 milhões de euros.

Entre outros, destacam-se os seguintes movimentos com impacto negativo na evolução das reservas externas no conjunto do ano: o serviço da dívida pública externa, num total de 11,6 milhões de euros e 19,9 milhões de dólares, e diversos pagamentos do Estado (relacionados com a execução de projectos, funcionamento das embaixadas no exterior, quotas e outros pagamentos), que totalizaram cerca de 24 milhões de euros e 5 milhões de dólares. Em termos globais, as operações de compra e venda de cambiais aos bancos comerciais resultaram numa venda líquida na ordem dos 51 milhões de euros.

⁷ As reservas externas do Banco de Cabo Verde são geridas através de duas carteiras, a carteira de liquidez, internamente, e a carteira de investimentos, por uma entidade externa.

As saídas de divisas foram compensadas, em parte, por entradas na ordem dos 30 milhões de euros a favor do Tesouro, no âmbito do apoio orçamental e do financiamento externo, e por operações através da Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamentos (SISP), num total de 25 milhões de euros. De assinalar, a entrada de aproximadamente 4,4 milhões de euros provenientes dos rendimentos do *Trust Fund*.

Num ano marcado por uma elevada volatilidade nos mercados financeiros internacionais, a autoridade monetária adoptou algumas medidas visando a protecção das reservas cambiais do país. Nesse sentido, o BCV implementou, em Outubro, algumas medidas de contingência, tendo em vista a melhoria da qualidade de crédito da carteira de liquidez. Estas se consubstanciaram na fixação de um limite mínimo de 75 por cento, para investimentos realizados nos bancos centrais e um máximo de 25 por cento nos bancos comerciais, e a limitação dos prazos das operações até três meses. Em conformidade com as taxas de juro praticadas no mercado monetário internacional, a rendibilidade global das reservas atingiu 0,7 por cento, que compara com o nível de 0,5 por cento registada em 2010. Esta evolução ficou a dever-se ao aumento das rendibilidades da carteira de liquidez, de 0,4 por cento para 0,5 por cento, e da carteira de investimento, de 0,7 por cento para 0,9 por cento.

8.2. Sistemas de Pagamentos

No domínio dos sistemas de pagamentos, o Banco de Cabo Verde manteve, em 2011, a firme aposta no desenvolvimento de actividades visando o reforço da capacidade de acção e de intervenção institucionais e da consolidação das infra-estruturas de pagamento.

Manteve-se a mesma tendência de evolução e crescimento dos meios e instrumentos de pagamento, caracterizada pela crescente utilização de instrumentos escriturais e electrónicos, particularmente cheques e cartões de pagamento.

Em termos do movimento global nas contas de depósito e de liquidação, registou-se um crescimento do total de operações processadas no sistema, quer em quantidade, quer em valor. Durante o ano, o sistema de liquidação processou 5.951.232 operações, no valor de 935 mil milhões de escudos, tendo o Sistema de Compensação Interbancária e Liquidação (SICIL) contribuído em cerca de 99 por cento para o total das operações liquidadas e 19,6 por cento para o total do valor processado.

Infra-estruturas de Pagamento

O sector bancário é um dos sectores com maior incorporação das tecnologias de informação e comunicação, o que se tem traduzido na constante alteração da sua actividade a todos os níveis, seja na melhoria dos produtos/serviços financeiros disponibilizados, de novos canais de distribuição e, conseqüentemente, de uma forte reestruturação organizacional. A conjugação dessas inovações tem sido o impulsionador do desenvolvimento e modernização dos sistemas de pagamentos, sobretudo na criação e consolidação de infra-estruturas de pagamentos, seguras e eficientes, que garantem uma transferência rápida de fundos entre os participantes do sistema, na linha das grandes tendências internacionais.

Neste quadro, a par das infra-estruturas e dos canais tradicionais de acesso aos serviços e meios de pagamento, como as agências/balcões, o sistema disponibiliza outros canais de distribuição de serviços (Redes de ATM, POS, *Homebanking*, *Mobile Banking*, etc) assente em tecnologias de informação e comunicação modernas.

Redes de Pagamento

No final de 2011, a rede Vinti4 contava com um total de 2.764 terminais, dos quais 151 ATM e 2.613 POS, representativos de um crescimento de 7,1 por cento e 31,6 por cento, respectivamente, quando comparado com 2010. Em média, nos últimos cinco anos, o número de ATM e de POS cresceu 20,5 por cento e 47,8 por cento, respectivamente. No total, foram efectuadas, em 2011, 11.493.821 operações na rede, das quais 74,1 por cento realizadas através dos ATM, 23,2 por cento nos POS e restantes 2,7 por cento através de outros canais de acesso à rede (Vinti4net e Televinti4).

O serviço de caixa automática é o segmento de maior procura, sendo responsável por aproximadamente 8,6 milhões de operações. Em termos relativos, verificou-se um aumento de 15,9 por cento em quantidade e 10,3 por cento em valor, face ao registado no exercício anterior. Tal facto deve-se não só ao aumento do número de cartões, como também à expansão da rede de terminais em zonas não cobertas anteriormente e ao reforço da concentração em zonas já cobertas.

Quadro 31. Cartões e Terminais da Rede Vinti4

	2008	2009	2010	2011
	Unidade			
Número de Terminais	1.115	1.518	2.126	2.764,0
Caixas Automáticas - ATM	109	122	141	151
Terminais de Pagamento - POS	1.006	1.396	1.985	2.613
Cartões emitidos	103.029	119.159	116.889	82.142
Cartões Vinti4	100.279	114.088	109.108	75.169
Cartões de crédito	2.750	5.071	7.781	6.973
	taxa de crescimento em %			
Número de Terminais	37,8	50,7	57,8	30,0
Caixas Automáticas - ATM	25,3	11,9	15,6	7,1
Terminais de Pagamento - POS	39,3	38,8	42,2	31,6
Cartões emitidos	24,5	13,8	-4,4	-29,7
Cartões Vinti4	26,3	13,8	-4,4	-31,1
Cartões de Crédito	-18,3	84,4	53,4	-10,4

Fonte: Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamentos; Instituições de Crédito.

O serviço de pagamento automático tem conhecido, igualmente, uma evolução positiva ao longo dos anos. Reflexo da boa aceitabilidade pela população, registou-se um aumento do número de terminais instalados, na ordem dos 24 por cento, em 2011, tendo sido realizadas através destes terminais cerca de 2,8 milhões de operações, no valor global de 12,6 mil milhões de escudos.

O serviço de TeleVinti4 é outro canal de acesso ao serviço da rede, que aos poucos vem conquistando espaço no seio da população cabo-verdiana, somando mais de 19 mil utilizadores associados. Este serviço registou, em finais de 2011, um total de 305.034 operações.

A rede de pagamentos automáticos coloca, ainda, à disposição dos seus utilizadores o serviço Vinti4net. No final de 2011, o serviço tinha registado um total de 2.017 operações, das quais 8,7 por cento correspondiam a operações sem movimentação de fundos e 91,3 por cento a operações de transacção de fundos, designadamente pagamentos de serviços, transferências e recarga móvel.

A rede de comunicação internacional SWIFT – *Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunications* – impõe-se como um dos pilares da estratégia de desenvolvimento e modernização do sistema de pagamentos cabo-verdiano. Implementada em Cabo Verde em finais de 1999, a rede SWIFT engloba uma série de vantagens que lhe concede primazia sobre outras formas de comunicação interbancária, nomeadamente, custos reduzidos, flexibilidade, fácil armazenamento, facilidades de consulta e segurança.

No final de 2011, aumentou para oito o número de membros de pleno direito e participantes do sistema, com a adesão de mais duas instituições de crédito, facto este que evidencia a preocupação das instituições de crédito em dar uma resposta às solicitações dos seus clientes, particularmente a nível do serviço de transferências internacionais, contribuindo ainda para uma melhor comunicação entre os bancos.

Meios e Instrumentos de Pagamento

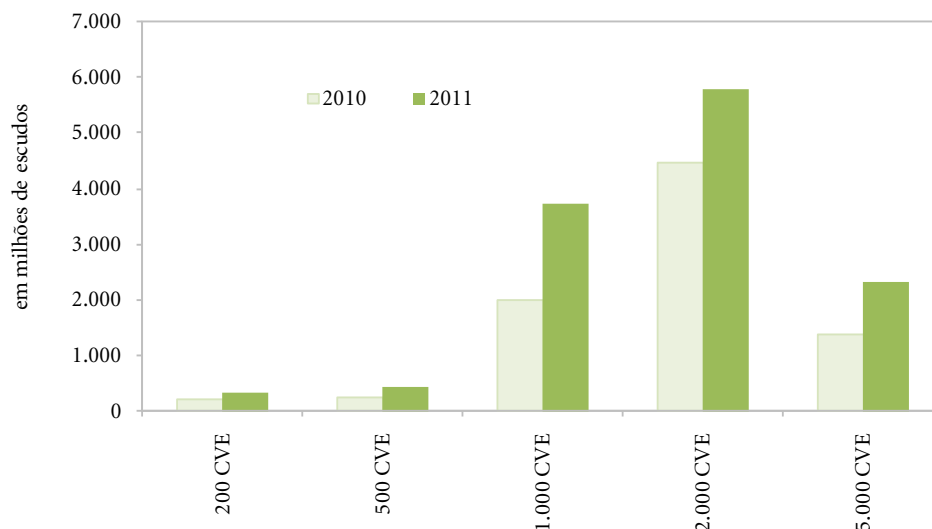
A evolução dos meios e instrumentos de pagamento em Cabo Verde continua a caracterizar-se por uma alteração contínua no comportamento associado aos pagamentos, com maior utilização de instrumentos escriturais e electrónicos. Esta evolução tem sido estimulada, acima de tudo, pelas acções desenvolvidas no contexto do processo de reforma e modernização do sistema de pagamentos cabo-verdiano, alicerçadas numa forte cooperação interbancária, no quadro da qual foi criada a Comissão Interbancária e Sistema de Pagamentos (CISP) em 1997, mais tarde, em 2004, redefinida com a designação de Comissão de Coordenação para o Desenvolvimento do Sistema de Pagamentos (CCSP).

Numerário

O numerário prevalece como o meio de pagamento mais utilizado pela população, embora a análise de alguns rácios, particularmente os que relacionam a circulação com os agregados monetários M1- peso da circulação monetária- e M2- preferência pela moeda do banco central- bem como com o PIB, sugira a tendência para uma preferência crescente pelos instrumentos de pagamento escriturais e electrónicos.

A circulação monetária registou, no final de 2011, uma diminuição de seis por cento face ao ano de 2010, tendo as notas e moedas em circulação atingido o montante de 8,1 mil milhões de escudos. Do total, as notas representaram 96 por cento, das quais 76 por cento corresponderam às denominações de mil e dois mil escudos, as únicas denominações, por enquanto, distribuídas através dos caixas automáticos da rede Vinti4.

Figura 32. Notas em Circulação por Denominação em Valor (2011)



Fonte: Banco de Cabo Verde.

Cheques

O cheque, depois dos cartões bancários, é o instrumento mais utilizado pela população bancarizada. Em 2011 foram processados um total de 1,7 milhões de cheques, no valor de 229,9 mil milhões de escudos. Comparativamente ao ano de 2010, o número e o montante de cheques processados diminuiu 6,2 e 1,4 por cento, respectivamente.

No período em análise, o sistema bancário registou uma média de 6.918 cheques/dia pagos, correspondente a um valor de 912,4 milhões de escudos. Os cheques pagos directamente nos balcões, embora acusam uma diminuição em quantidade (8,7 por cento) e em valor (11,3 por cento), continuam a ter maior representatividade no universo dos cheques (79,1 por cento). Por seu turno, os cheques processados através do sistema de compensação acusaram um ligeiro aumento em quantidade (0,1 por cento) e em valor (0,7 por cento).

Transferências Bancárias

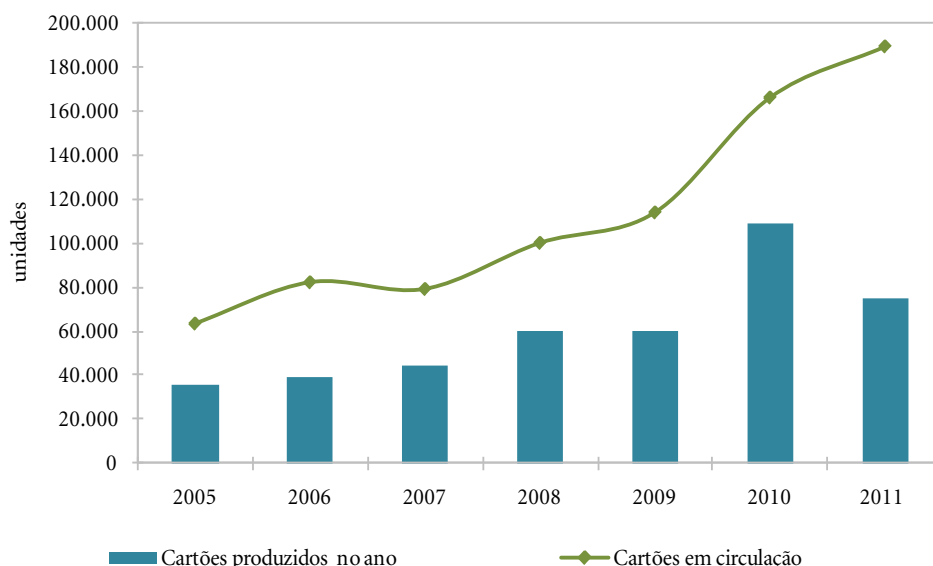
No decurso de 2011 foram processadas 1,5 milhões de transferências bancárias, no valor de 167 mil milhões de escudos. Comparativamente a 2010, as transferências bancárias apontam para uma diminuição de 8,7 por cento em quantidade e 23,7 por cento em valor. A diminuição verificada nas transferências processadas ficou a dever-se, particularmente, à queda acentuada nas transferências intra-bancárias, na ordem dos 11,3 por cento e 36,7 por cento, em quantidade e valor, respectivamente.

Cartões de Pagamento

A introdução dos cartões de débito da rede Vinti4 teve um forte impacto no sistema bancário nacional e uma excelente aceitação por parte da população bancarizada. Em

2011 foram emitidos e reconhecidos na rede Vinti4 189.387 cartões de pagamento, o que traduz um crescimento de 13,9 por cento face ao número registado em 2010. O número de cartões produzidos desde o início do funcionamento da rede ascende a 517.423, sendo que 35,1 por cento correspondem a cartões activos.

Figura 33. Evolução Anual de Cartões Produzidos em Circulação



Fonte: Banco de Cabo Verde.

Nos últimos cinco anos, o número de cartões produzidos cresceu 7,7 por cento, em termos médios anuais, e o número de cartões reconhecidos na rede cresceu 14,5 por cento.

A utilização de cartões na rede Vinti4 apresentou um crescimento expressivo em 2011. Foram efectuadas 11,6 milhões de operações, o que corresponde a um aumento de 20 por cento relativamente a 2010, representativo de uma média diária de 32.004 operações. Do total das operações com cartões Vinti4, 73,3 por cento foram efectuadas nos ATM, 24,1 por cento nos POS e 2,6 por cento através da televinti4 e vinti4net. O valor total transaccionado na rede situou-se em torno dos 39 mil milhões de escudos, mais 6,5 mil milhões de escudos que no ano transacto.

Em média, cada cartão activo efectuou 45 operações nos ATM e 15 nos POS, o que corresponde a uma diminuição de 26,7 por cento e aumento de 6,7 por cento, respectivamente, em comparação com o ano de 2010.

8.3. Sistemas de Compensação e de Liquidação Interbancária

O Banco de Cabo Verde, no quadro das suas atribuições estatutárias, assegura a gestão e o funcionamento do Sistema Integrado de Compensação Interbancária e Liquidação (SICIL), que integra os subsistemas de compensação de cheques e documentos afins, de transferências interbancárias, de operações da rede Vinti4 e da Bolsa de Valores, e é o operador e gestor do Sistema de Gestão de Depósitos e Liquidação (SGDL).

Os fluxos de pagamento entre as instituições participantes no SICIL e SGDL realizam-se através de contas únicas de liquidação domiciliadas no Banco de Cabo Verde, com carácter irrevogável e incondicional, sendo que no SICIL a liquidação processa-se por compensação dos saldos, enquanto no SGDL as operações são processadas numa base individual. No primeiro sistema, faz-se o processamento de operações de baixo valor, consequentemente de risco sistémico limitado, e no segundo faz-se o processamento de operações de montantes avultados.

Sistema de Gestão de Depósitos e Liquidação – SGDL

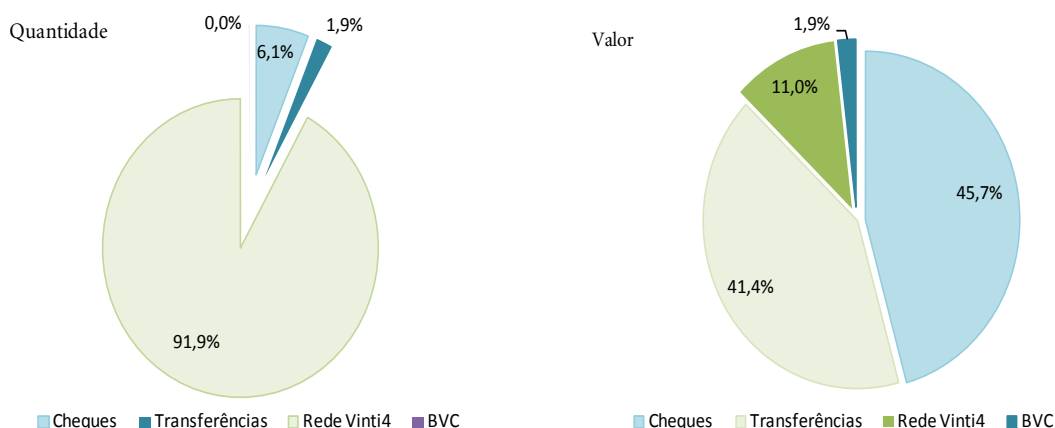
Durante o ano de 2011, o SGDL liquidou 5,9 milhões de operações, no valor de 935,0 mil milhões de escudos, a que corresponde um aumento de 33,1 por cento em quantidade e 2,1 por cento em valor, comparativamente ao ano de 2010. Estes desenvolvimentos sugerem que o sistema de liquidação cabo-verdiano segue a tendência internacional de os sistemas de liquidação por bruto processarem pequenas quantidades de pagamentos. O valor médio por operação liquidada no SGDL, em 2011, foi de 90,1 milhões de escudos (116,7 milhões de escudos, em 2010).

A média diária global de operações liquidadas cresceu 31,8 por cento em quantidade, no ano de 2011, passando de 12.823 operações/dia para 16.902 operações/dia. Este crescimento ficou a dever-se às operações de compensação do mercado cambial, sobretudo pelas instruções de pagamento do Estado de e para o exterior, bem como do mercado monetário.

Sistema Integrado de Compensação Interbancária e Liquidação - SICIL

As transacções processadas através do SICIL, em 2011, comprovam a mesma tendência de variação positiva verificada em 2010. Foram processadas 5,9 milhões de operações, no valor de 183,3 mil milhões de escudos no SICIL, em 2011, o que reflecte um crescimento de 33,1 por cento e de 2,3 por cento, em quantidade e valor, respectivamente, face ao ano de 2010. Esse crescimento pouco expressivo no valor total justifica-se pelo facto dos valores processados de cheques e transferências praticamente não terem sofrido alterações (variação positiva de 0,7 por cento e 1,2 por cento, respectivamente).

Figura 34. Sistema Integrado de Compensação Interbancária e Liquidação em 2011



Fonte: Banco de Cabo Verde.

A rede Vinti4 destaca-se com uma representatividade bastante significativa, de 91,9 por cento, não obstante alcançar apenas 11 por cento do valor total das operações processadas no SICIL. Os subsistemas de cheques e documentos afins e de transferências interbancárias continuam a ter um peso significativo no SICIL, representando, no seu conjunto, cerca de 87,1 por cento dos valores compensados, muito embora tenham mantido uma tendência decrescente em valor, nos últimos anos (2010: 88,3 por cento; 2009: 90,7 por cento; 2008: 94 por cento). Com uma contribuição ainda pouco expressiva (0,02 por cento), a Bolsa de Valores teve um crescimento em termos de valor na ordem de 12,9 por cento.

Compensação de Cheques e Documentos Afins

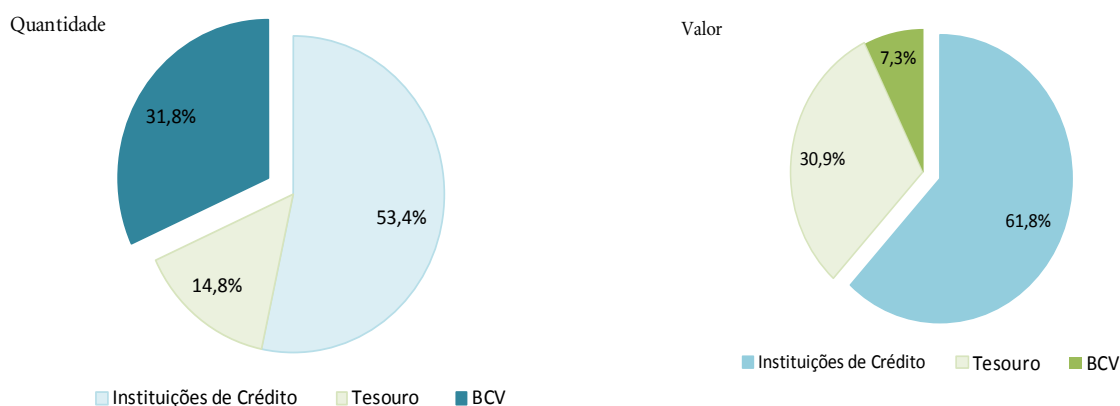
Analisando a *performance* do subsistema de cheques e documentos afins no SICIL, registou-se uma quebra na sua comparticipação em quantidade (24,8 por cento) e em valor (1,6 por cento). Durante o ano de 2011, o número de cheques processados e devolvidos através da compensação atingiu 368.300, no valor de 84,5 mil milhões de escudos, o que se traduz numa pequena diminuição de 0,03 por cento em quantidade e um ligeiro aumento no valor, de 0,2 por cento.

Ainda assim, o cheque continua a apresentar-se como o instrumento mais expressivo em termos do valor total processado, continuando a garantir uma parcela substancial do valor total global liquidado por compensação (45,7 por cento). Face à evolução inexpressiva verificada nos cheques, o valor médio tem-se mantido em cerca de 0,2 milhões de escudos por cheque, nos últimos três anos.

Compensação de Transferências Interbancárias

O movimento registado no sistema de transferências interbancárias continuou a crescer em 2011, tendo sido processados 115.669 transacções, no valor de 75,9 mil milhões de escudos, o que corresponde a um aumento de 37,6 por cento em quantidade e de 1,2 por cento em valor. Em termos de peso, o subsistema contribuiu com 1,9 por cento em quantidade e 41,4 por cento em valor, no total dos documentos processados no SICIL.

Figura 35. Transferências Apresentadas à Compensação por Participantes em 2011



Fonte: Banco de Cabo Verde.

Não obstante o cenário de evolução positiva, uma análise ao valor médio processado em 2011 evidencia uma diminuição comparativamente a 2010, tendo passado de 0,9 milhões de escudos para 0,7 milhões de escudos. A média diária situou-se em 459 transferências, no valor de 301,4 milhões de escudos.

A análise das transferências apresentadas à compensação por participantes revela que as instituições de crédito continuam contribuindo em maior proporção, seja em quantidade (53 por cento), seja em valor (61,6 por cento). De notar, um aumento da representatividade do BCV, de 29,0 por cento, em 2010, para 32,1 por cento, em 2011, em termos de quantidade. Contudo, em termos de valor, o Tesouro continua a destacar-se, com uma elevada comparticipação no sistema (31,3 por cento). O valor médio de transferências apresentado pelo Tesouro manteve-se em 1,5 milhões de escudos, em 2011, continuando, ainda assim, superior à média das transferências processadas (0,9 milhões de escudos).

Liquidação das Operações da Rede Vinti4 e da Bolsa de Valores

O subsistema da rede Vinti4 apresentou o maior número de operações processadas, representando 91,9 por cento da quantidade de operações liquidadas através do SICIL em 2011, o que confirma a intensificação do seu uso pela população. Efectivamente, foram processados por compensação 5.461.194 operações, no valor de 20,1 mil milhões de escudos. Estas operações referem-se a transacções interbancárias efectuadas nos ATM, POS, TeleVinti4 e Vinti4net.

O crescimento dos negócios contratados através da Bolsa de Valores (BVC) tem tido impacto directo nas operações liquidadas no Banco de Cabo Verde, facto este evidenciado pela evolução crescente das quantidades e valores processados neste subsistema. Com efeito, em 2011, foram liquidadas 1.116 operações, no valor de 3,5 mil milhões de escudos, sendo que 28,3 por cento refere-se a operações liquidadas por bruto (no valor de 386,2 milhões de escudos). As restantes operações, nomeadamente as liquidadas por compensação e as comissões a favor da BVC totalizaram 71,7 por cento, no valor de 3.076,1 milhões de escudos.

8.4. Emissão e Tesouraria

No final do ano de 2011, o valor das notas emitidas pelo Banco de Cabo Verde ascendia a 12.568,5 milhões de escudos, representando uma diminuição de 17,0 por cento face ao valor registado no final de 2010. Em valor absoluto, essa diminuição foi de 2.576,3 milhões de escudos.

Observa-se uma variação negativa em todas as denominações, com maior incidência nas denominações de quinhentos escudos (18,5 por cento), mil escudos (14,3 por cento) e dois mil escudos (23,7 por cento). Esta evolução resultou, sobretudo, da implementação do processo de automatização do serviço de escolha e saneamento, cuja entrada em funcionamento ocorreu em finais do primeiro trimestre, o que permitiu uma redução substancial do período de deferimento verificado no tratamento de notas retornadas ao Banco de Cabo Verde, com efeito directo na diminuição da necessidade de emissão de notas. Outrossim, é de se realçar a adopção, desde 2010, de uma gestão comedida do *stock* da denominação de dois mil escudos.

Quadro 32. Evolução da Emissão de Notas

Denominação CVE	milhares de escudos				variação em %
	2008	2009	2010	2011	
200	313.536	252.302	346.226	316.227	-8,7
500	444.281	342.215	518.786	422.783	-18,5
1.000	3.313.802	3.265.901	4.339.273	3.718.206	-14,3
2.000	7.654.609	8.535.771	7.574.089	5.777.891	-23,7
5.000	2.529.795	2.558.220	2.366.540	2.333.455	-1,4
Total	14.256.023	14.954.409	15.144.914	12.568.562	-17,0

Fonte: Banco de Cabo Verde.

De igual modo, as denominações de duzentos e quinhentos escudos, por se tratarem de denominações de valor facial baixo e naturalmente muito circuladas, devido à sua função de moeda de troco, têm merecido uma atenção especial, de forma a manter-se a qualidade de circulação satisfatória dessas denominações.

Durante o ano de 2011 foram emitidas e colocadas em circulação 4,1 milhões de notas no valor de 3.734,7 milhões de escudos. Do total de notas emitidas, as denominações de duzentos e quinhentos escudos representaram, no conjunto, 43,9 por cento, a denominação de mil escudos 39,3 por cento e a de 2.000 escudos 15,0 por cento. A denominação de cinco mil escudos comparticipou com 1,8 por cento.

Analogamente, no referido período, foram retiradas da circulação 5,9 milhões de notas no valor de 6.311,1 milhões de escudos, por não oferecerem qualidade para serem recolocadas em circulação. Para tal contribuíram em 36,4 por cento as denominações de duzentos e quinhentos escudos, 37,1 por cento a denominação de mil escudos, 25,2 por cento a de dois mil escudos e apenas 1,36 por cento a denominação de cinco mil escudos.

O valor das notas emitidas pelo Banco de Cabo Verde, no final de 2011, distribuía-se entre 4.441,3 milhões de escudos na posse do sistema bancário e 8.127,2 milhões de escudos afectos à circulação, representando, em quantidade, o total de 6,1 milhões de notas.

No cômputo das notas colocadas em circulação, à semelhança dos anos anteriores, as denominações de mil e dois mil escudos representavam, no seu conjunto, uma maior predominância, com cerca de 67,7 por cento em quantidade e 76,6 por cento em valor, assumindo-se como as denominações-padrão do sistema de pagamentos de numerário em Cabo Verde.

Quadro 33. Circulação de Notas

Denominação CVE	2010				2011				variação em %
	Emissão	Notas em Caixa		Circulação	Emissão	Notas em Caixa		Circulação	
		BCV	Bancos			BCV	Bancos		
200	346.226	89.763	38.663	217.800	316.227	50.548	30.328	235.351	8,06
500	517.786	198.682	68.027	251.077	422.783	110.856	60.561	251.366	0,12
1.000	4.342.273	1.970.752	386.107	1.985.414	3.718.206	1.400.744	307.410	2.010.052	1,24
2.000	7.572.089	2.634.886	479.558	4.457.645	5.777.891	1.183.273	375.722	4.218.896	-5,36
5.000	2.366.540	831.363	146.880	1.388.297	2.333.455	762.315	159.595	1.411.545	1,67
Total	15.144.914	5.725.446	1.119.235	8.300.233	12.568.562	3.507.736	933.616	8.127.210	-2,08

Fonte : Banco de Cabo Verde.

Por outro lado, a denominação de maior valor facial, cinco mil escudos, representa 4,6 por cento da quantidade de notas em circulação e 17,4 por cento do valor, enquanto a denominação de menor valor facial, duzentos escudos, figura com um comportamento inverso na estrutura das notas em circulação, ou seja, 19,4 por cento em quantidade e 2,9 por cento em valor.

Numa análise individualizada, constata-se que as maiores variações das denominações em circulação se situam a nível da denominação de duzentos escudos, com um acréscimo de 8,1 por cento, e da denominação de dois mil escudos que reflecte um decréscimo de 5,4 por cento.

Do ponto de vista da circulação de moedas, estas registaram um acréscimo de 5,5 por cento, no valor de 23,9 milhões de escudos, comparativamente ao verificado em 2010. Das moedas correntes em circulação, as maiores variações ocorreram a nível das denominações de um, vinte e cinquenta escudos.

Quadro 34. Depósitos/Levantamentos

	em milhões de escudos		em %
	Depósitos	Levantamentos	Rácio Depósitos/ Levantamentos
Janeiro	1.788	1.014	176,3
Fevereiro	1.257	1.028	122,3
Março	1.281	1.169	109,6
Abril	1.177	1.150	102,3
Maio	1.331	1.238	107,5
Junho	1.360	1.307	104,0
Julho	1.209	1.548	78,1
Agosto	1.547	1.514	102,2
Setembro	1.625	1.213	133,9
Outubro	1.208	1.166	103,6
Novembro	1.358	1.098	123,7
Dezembro	1.398	2.641	53,0
Total	16.539	16.086	102,8

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Os registos dos movimentos totais dos depósitos e dos levantamentos realizados, em valor, pelas instituições de crédito junto da tesouraria do Banco de Cabo Verde e das Instituições Executantes do Protocolo de Tesouraria, em 2011, evidenciaram variações positivas em ambos os indicadores, face a 2010. Os depósitos totais, no valor de 16.539,1 milhões de escudos, cresceram 24,0 por cento, enquanto nos levantamentos o acréscimo foi ligeiramente inferior, 18,3 por cento. As operações de levantamento de numerário totalizaram 16.085,9 milhões de escudos.

O rácio depósito/levantamento fixou-se em 102,8 por cento, uma variação positiva de 4,7 por cento relativamente ao verificado em 2010 (98,1 por cento), resultado do crescimento dos depósitos em maior proporção que os levantamentos, facto observado praticamente em todos os meses.

Durante o ano de 2011, foram trocadas no Banco de Cabo Verde 10.604 notas da família de notas de 1989/92, retirada de circulação através dos Decretos-Lei n.ºs 6/2006 e 44/2008, de 23 de Janeiro de 2006 e 1 de Dezembro de 2008, respectivamente, no valor de 9,7 milhões de escudos.

Do total das notas trocadas, cerca de 92,1 por cento correspondia à denominação de mil escudos, no valor equivalente a 8,9 milhões de escudos.

Encontrava-se ainda na posse do público 640.779 notas, correspondentes a 296,3 milhões de escudos. De referir que, do total de notas na posse do público, as denominações de cem e duzentos escudos representam 56,5 por cento, no conjunto. As denominações de quinhentos escudos, mil escudos e dois mil e quinhentos escudos representavam 18,9 por cento, 22,3 por cento e 2,4 por cento, respectivamente.

As notas de mil escudos e dois mil escudos continuam a ser as denominações mais contrafeitas apreendidas através do sistema bancário, com um total de 140 contrafacções detectadas. As denominações de duzentos, quinhentos e cinco mil escudos participaram com um total de 20 contrafacções, menos duas da quantidade registada em 2010.

Quadro 35. Confracção de Notas (Circuladas)

Denominação CVE	2010		2011		variação em %
	Quantidade (unidade)	Valor (escudos)	Quantidade (unidade)	Valor (escudos)	
200	4	800	1	200	-75,0
500	15	7.500	13	6.500	-13,3
1.000	77	77.000	52	52.000	-32,5
2.000	87	174.000	88	176.000	1,1
2.500	0	0	0	0	-
5.000	2	10.000	6	30.000	200,0
Total	185	269.300	160	264.700	-13,5
Notas Estrangeiras	0	0	11		0

Fonte: Banco de Cabo Verde.

8.5. Estudos Económicos e Estatísticas

O Departamento de Estudos Económicos e Estatísticas (DEE) tem uma dupla missão, no quadro das competências e atribuições do Banco de Cabo Verde (BCV). As áreas estatísticas respondem pela produção e difusão das estatísticas monetárias e financeiras, bem como das estatísticas do sector externo. Por seu turno, a área de estudos económicos tem por missão a preparação técnica da actuação do BCV, no domínio das suas atribuições principais, designadamente na definição das políticas monetária e cambial e na defesa da estabilidade financeira.

As actividades desenvolvidas pelo Departamento em 2011 podem ser sintetizadas em sete pontos:

1. Colaboração na definição e execução da Política Monetária

O departamento elaborou e apresentou, mensalmente, no Comité de Política Monetária, o Boletim de Análise da Conjuntura, que resume a evolução dos indicadores macroeconómicos e financeiros nacionais e internacionais. No ano, foi dada especial atenção à melhoria da análise das contas externas, com base em informações de liquidações cambiais, bem como dos indicadores financeiros (taxa de juros, crédito e depósitos), com informações que passaram a ser recolhidas através de um novo inquérito mensal.

2. Programação Monetária e Financeira

O exercício da programação monetária e financeira, que suporta as decisões de política monetária do BCV, é realizado com base na metodologia do *Financial Programming Approach* do Fundo Monetário Internacional (FMI). Em síntese, consiste na projecção de curto prazo da evolução dos quatro sectores da economia (real, externo, orçamental e monetário). Em 2011, foram realizadas as estimativas para 2010; foram revistas, trimestralmente, as projecções para 2011 e foram elaboradas as projecções preliminares para 2012. Os resultados do exercício foram publicados nos Relatórios de Política Monetária de Maio e de Novembro e divulgados *online* na página do Banco de Cabo Verde

Além dos exercícios de projecção de curto prazo, o departamento trabalhou as metodologias de suporte às projecções de longo prazo (20 anos).

3. Avaliação da Vulnerabilidade Externa e da Sustentabilidade da Dívida do Governo Central

No quadro da avaliação da sustentabilidade externa e orçamental, o DEE elaborou um estudo econométrico sobre a sustentabilidade do défice da balança corrente, consolidou a base de dados dos créditos comerciais e da dívida externa e aperfeiçoou o *framework* para avaliação da sustentabilidade da dívida externa pública.

O exercício de *Sustainability Analysis* da dívida externa do Governo Central foi realizado no quarto trimestre do ano.

No que concerne à dívida pública interna, realizou-se um trabalho de consolidação da base de dados e efectuou-se um exercício de avaliação da sua sustentabilidade, com base em critérios estabelecidos pelos organismos internacionais.

4. Produção de Estatísticas

O departamento elegeu a melhoria da qualidade da produção das estatísticas como um objectivo prioritário. Neste contexto, as áreas estatísticas desenvolveram esforços para melhorar a qualidade dos *reportings* dos bancos e alargar a cobertura a todos os bancos residentes. Foram, neste âmbito, realizadas visitas de sensibilização e de esclarecimento de metodologias e desenvolveu-se uma rotina de trabalho diário com os pontos focais de cada banco.

A Área das Estatísticas Monetárias e Financeiras lançou dois novos inquéritos aos bancos, um qualitativo que visa recolher trimestralmente as informações sobre a política de crédito, e um segundo inquérito, quantitativo, com a finalidade de recolher informações detalhadas sobre taxas de juros praticadas e montantes de depósitos e créditos, por maturidade e sector institucional. Este último inquérito, de periodicidade mensal, foi desenvolvido na sequência da missão de assistência técnica sobre os Mecanismos de Transmissão da Política Monetária orientada pelo FMI, em Dezembro de 2010.

A Área das Estatísticas da Balança de Pagamentos implementou, ao longo do ano, as recomendações efectuadas no quadro de uma análise exhaustiva às estatísticas compiladas em 2008, 2009 e 2010, resultando numa redução significativa dos erros e omissões das balanças analíticas. A Área desenvolveu esforços para cobrir nos inquéritos trimestrais pelo menos 80 por cento do volume de negócios de cada sector da actividade e trabalhou no sentido de melhorar a taxa de resposta dos inquéritos. A amostra foi estabilizada em torno de 50 entidades e a taxa de resposta aumentou dos 73 por cento registados no segundo trimestre para 90 por cento no quarto trimestre.

Foram, igualmente, trabalhadas e disseminadas na página do BCV as séries longas dos agregados monetários e das taxas de juro, uma primeira etapa para a construção e disseminação de uma base de dados de estatísticas económicas e financeiras pelo BCV. Também, no quadro deste objectivo, foi desenvolvida uma compilação de estatísticas relacionadas com o turismo e produziu-se um boletim com estatísticas económicas e financeiras anuais de 1991 a 2010.

Fez-se um trabalho primário de definição da amostra (a partir do universo das empresas que operam em Cabo Verde), de desenho do modelo de questionário e dos *outputs* pretendidos para as estatísticas da central de balanços, que o departamento deverá começar a produzir.

Além das estatísticas do sector externo e das estatísticas monetárias e financeiras, o departamento também compilou, analisou e projectou a inflação e os principais indicadores das finanças públicas. Também, construiu alguns novos indicadores de conjuntura, nomeadamente os indicadores associados para os agregados da procura interna e externa. Para o efeito, foram realizados estudos estatísticos e testes econométricos de robustez dos indicadores.

5. Produção de Estudos

Visando o aprofundamento do conhecimento da economia nacional, a Área de Estudos Económicos trabalhou oito *working/issue papers*:

- Mecanismo de Transmissão Monetária, que visa avaliar a eficiência e a eficácia da transmissão monetária;

- Repercussão dos Investimentos Públicos no Investimento Privado, com o objectivo de analisar se o investimento público tem um efeito de *crowding-in* ou de *crowding-out* no investimento privado e no crescimento;
- Método de Estimação das Contas Nacionais Trimestrais, que propõe uma metodologia para estimação trimestral do PIB pela óptica da procura;
- Indicador Coincidente para Cabo Verde, que sugere uma metodologia para a construção de um indicador coincidente que permitirá aperfeiçoar a análise da conjuntura;
- Determinantes das Transferências de Emigrantes;
- Determinantes da Procura das Reservas Internacionais;
- Análise Estatística do Endividamento das Famílias Cabo-Verdianas e
- Análise da Eficiência do IVA na Economia Cabo-Verdiana.

6. Publicação e Difusão

Ao longo do ano o departamento publicou os boletins de estatísticas trimestrais e mensais e de 20 anos, os boletins de indicadores económicos e financeiros, de periodicidade mensal, actualizou os quadros estatísticos *online* e passou a publicar metadados para as estatísticas monetárias e estatísticas do sector externo.

As informações estatísticas produzidas pelo DEE e os respectivos metadados também foram disseminadas pelo FMI. Os dados foram disponibilizados ao Departamento de Estatísticas do FMI, em diferentes formatos, na periodicidade requerida, através do *Integrated Correspondence System* (ICS). Os metadados, que descrevem as metodologias de todo o processo de produção das estatísticas, no âmbito do *General Data Dissemination System*, foram actualizados em inícios de 2011.

As estatísticas produzidas pelo DEE foram reportadas, de acordo com a periodicidade e formato requeridos, às instituições nacionais e internacionais, nomeadamente ao Ministério das Finanças e Planeamento, ao Instituto Nacional de Estatísticas, ao Departamento Africano do Fundo Monetário Internacional (FMI), à Agência Monetária dos Estados da África Ocidental, à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, ao Banco Mundial e ao Banco de Portugal.

As informações estatísticas e os indicadores produzidos constituíram suportes fundamentais das análises económicas e financeiras da conjuntura mensal apresentada ao Comité de Política Monetária, do Relatório Anual do Banco de Cabo Verde e do Relatório de Política Monetária, entre outros documentos produzidos pelo departamento.

7. Outros

Sendo parte da Comissão de Seguimento do programa *Policy Support Instrument* (PSI) firmado com o FMI, o departamento participou activamente nas reuniões do grupo, partilhou estatísticas e colaborou na elaboração dos relatórios mensais e trimestrais e coordenou, em paralelo com a Direcção Nacional de Planeamento, as missões de seguimento do Fundo Monetário Internacional.

Ainda no quadro das suas atribuições, o DEE participou em reuniões e forneceu in-

formações macroeconómicas a diversas organizações, técnicos e consultores nacionais e internacionais, entre os quais ao Grupo de Apoio Orçamental, *Fitch Rating* e *Standard & Poors*. Participou no seguimento do Acordo de Cooperação Cambial, colaborando na elaboração do Relatório de Conjuntura Macroeconómica e acompanhando os trabalhos da Comissão de Acompanhamento Macroeconómico do Acordo de Cooperação Cambial (COMACC). Colaborou, ainda, no Seminário sobre as Implicações da Graduação de Cabo Verde à Organização Mundial do Comércio, promovida pelo Ministério das Relações Exteriores, e na Conferência para os jornalistas organizada pelo BCV, com apresentações sobre a Estrutura da Economia de Cabo Verde e Evolução da Economia Internacional e suas Implicações na Economia Cabo-Verdiana, respectivamente.

8.6. Comunicação Externa e Relações Internacionais

A visão de um banco fortemente engajado com a capacitação e comprometido com a sua comunidade faz com que a vertente comunicação e relações externas seja um factor crucial no desenvolvimento da instituição.

A consolidação e o desenvolvimento do sistema financeiro nacional são uma preocupação premente do Banco de Cabo Verde. Neste sentido, foi desenvolvida ao longo do ano uma série de acções de capacitação, sob as mais diversas formas, destacando-se as conferências e seminários, realizados em parceria com a Auditoria Geral do Mercado de Valores Mobiliários (AGMVM), a saber: a Conferência sobre “Fundos de Investimentos em Cabo Verde: Perspectivas de Evolução”; Seminários sobre “Princípios da Gestão de Risco”; “Mercados Financeiros: Disponibilidades, Obrigações e Derivados” e “Controlo Interno, Auditoria Externa e *Compliance*”.

Visando a revisão no quadro do *Policy Support Instrument*, o BCV recebeu em Maio e em Novembro missões do FMI, que tiveram como objectivo a avaliação da execução dos critérios quantitativos e *benchmarks* estruturais acordados. As missões reconheceram os esforços das autoridades no sentido de reforçar o quadro legislativo para o sector financeiro e incentivaram o reforço da supervisão das instituições financeiras, considerando os elevados riscos internos e internacionais existentes.

No ano de 2011, o BCV manteve um olhar atento sobre os parceiros, através da elaboração de *dossiers* informativos, bem como através do seguimento de actividades relevantes dos mesmos, sendo aqui de destacar o FMI, Banco de Portugal, Banco Central do Brasil e Banco do Luxemburgo.

O Banco de Cabo Verde tem vindo a privilegiar o reforço das relações externas, com o desenvolvimento de novas parcerias e implementação de novos acordos, tendo alguns departamentos beneficiado de acções de assistência técnica e visitas de estudo/estágios no âmbito dos acordos de cooperação firmados com os parceiros.

Assim, no âmbito da cooperação com o Banco Central do Luxemburgo, foi realizada uma missão de assistência técnica ao Departamento de Mercados e Gestão de Reservas, durante a qual foi feito o levantamento do estado actual da gestão de reservas realizada internamente pelo BCV, bem como uma análise ao sistema integrado de gestão, SIGER, em fase de desenvolvimento. No seguimento do projecto de cooperação com o Banco Central do Brasil, foram realizadas seis missões de assistência técnica aos Departamentos de Supervisão e Estabilidade do Sistema Financeiro, de Tesouraria e Sistemas de Pagamentos e de Contabilidade, tendo ainda técnicos do Banco de Cabo Verde sido beneficiados com vi-

sitas de estudo, que proporcionaram aos mesmos conhecimentos e experiências valiosos. No âmbito dos acordos com o Banco de Portugal, foram realizadas algumas missões de assistência técnica e várias visitas de trabalho e estágios, bem como cursos de curta duração, de que beneficiaram técnicos de diversos departamentos do Banco. No quadro de acções multilaterais com bancos centrais da CPLP foi realizado em Cabo Verde o XIII Encontro de Recursos Humanos dos Bancos Centrais dos Países de Língua Portuguesa, que decorreu de 24 a 25 de Março na Cidade da Praia, tendo como objectivo a promoção da reflexão e discussão das temáticas de Gestão de Recursos Humanos nos bancos centrais, com vista ao enriquecimento dos profissionais e à procura de estratégias e soluções conjuntas.

A participação em diversos encontros e fóruns internacionais constituiu uma importante vertente de aproximação à comunidade financeira internacional. De entre eles importa destacar:

- XXI Encontro de Lisboa, entre as delegações do Banco de Portugal e dos Bancos Centrais dos Países de Língua Portuguesa e Timor Leste;
- Assembleias Conjuntas do FMI/Banco Mundial, em Washington;
- XIII Fórum de Sistemas e Tecnologias de Informação e Comunicação dos Bancos Centrais dos Países de Língua Portuguesa, em Moçambique;
- XV Conferência e 8ª Assembleia-Geral da Associação de Supervisores de Seguros Lusófonos (ASEL), em Angola;
- Reunião Anual do *Bank for International Settlements* (BIS), Basileia - Suíça;
- XXX Encontro de Emissão e Tesouraria, Luanda – Angola;
- I Encontro de Supervisão Bancária, Lisboa – Portugal;
- X Jornada de Auditoria e Gestão – Basileia III e os Novos Desafios para os Supervisores e Gestores, Lisboa - Portugal;
- IV Conferência dos Responsáveis de Auditoria dos Países Francófonos, Dakar – Senegal;
- XXX e XXXI reuniões da Comissão de Acompanhamento do Acordo de Cooperação Cambial com Portugal (COMACC), realizadas em Lisboa e Praia, respectivamente.

No ano de 2011 quatro grandes objectivos continuaram a nortear a política de comunicação do Banco de Cabo Verde:

- Intensificar a comunicação e a divulgação de informações, visando uma maior aproximação à comunidade;
- Promover a educação financeira, nomeadamente no tocante às funções e actividades do banco central, bem como à política económica;
- Cumprir o dever de *accountability*;
- Reforçar e salvaguardar a credibilidade do banco central, enquanto autoridade monetária e supervisor do sistema financeiro.

Tendo presente a visão do Banco de Cabo Verde de “ser reconhecido interna e internacionalmente como um banco central credível, devido à qualidade e autonomia das suas políticas e competência dos seus recursos humanos”, privilegiou-se o *site* como o meio de

comunicação por excelência do BCV com o exterior. Uma das estratégias utilizadas na apresentação dos conteúdos/publicações no *site* foi o destaque dado sempre na *homepage* dos diferentes temas constantes das publicações, como forma de chamar a atenção dos leitores, de uma forma geral, e dos jornalistas, em particular, para um aprofundamento dos conteúdos produzidos pela instituição. Existe o grande desafio de comunicar os conteúdos económicos e financeiros produzidos de forma apelativa e acessível. Os Serviços de Comunicação e Imagem do BCV fizeram ao longo do ano o atendimento telefónico e *online* de pedidos de informações gerais, pedidos de dados estatísticos, assim como o atendimento aos pedidos de informações e entrevistas por parte da imprensa.

O Conselho de Administração aprovou uma norma interna sobre procedimentos no relacionamento com a comunicação social, que visa organizar a relação com a imprensa e proteger a imagem e prestígio do Banco Central.

Tendo em vista a continuação da formação/capacitação dos jornalistas, foi organizada, por ocasião do trigésimo sexto aniversário do Banco, em parceria com a Associação dos Jornalistas de Cabo Verde, um seminário sobre “Informação Económica e Financeira na Imprensa”, com o objectivo principal de preparar os profissionais da comunicação para uma melhor cobertura das matérias económicas e financeiras e informação/formação do cidadão. Ainda em termos de educação financeira, foram reeditados e editados cadernos de educação financeira, que foram distribuídos ao público através dos bancos comerciais e dos serviços de recepção do BCV.

Tendo presente o enorme desafio de continuar a dar a conhecer as actividades do Banco Central, foi utilizada este ano a agenda oferecida às entidades como meio de comunicação, através da sua personalização, quer em termos de conteúdo, falando das diferentes actividades dos departamentos do BCV, quer em termos de ilustração.

Na área da comunicação interna, e em parceria com o Departamento de Recursos Humanos, foi levada a cabo uma formação em comunicação interna, tendo sido posteriormente elaborado um questionário sobre esta matéria.

8.7. Recursos Humanos

Mantendo a perspectiva da melhoria constante dos seus recursos humanos, o BCV continuou, em 2011, a apostar na contratação de técnicos especializados, na promoção da formação, tanto a nível académico quanto técnico-profissional, e na actualização e reforço dos seus instrumentos de gestão de recursos humanos, como forma de dar resposta aos desafios que se colocam à instituição.

No final de 2011, o BCV contava com um total de 131 funcionários efectivos, mais nove do que no final de 2010, sendo 112 pertencentes ao quadro de pessoal, 18 contratados e um requisitado.

O Banco de Cabo Verde tem adoptado a política de recrutar técnicos com sólida formação superior e o ano de 2011 não fugiu a esta orientação estratégica. A percentagem de funcionários do BCV habilitados com formação superior é de 61 por cento. O Banco continua a política de incentivos para estudos, concedendo apoio aos trabalhadores estudantes, participando no pagamento de propinas e na aquisição de materiais didácticos. Esta política gera o desenvolvimento de novas competências técnicas e pessoais que funcionam como uma mais-valia para a instituição.

Quadro 36. Nível Académico

	Homem	Mulher	Total
Mestrado	10	11	21
Pós-graduação/Licenciatura	25	32	57
Bacharelato	-	3	3
Ensino Secundário	11	19	30
Ensino Básico	11	9	20
Total	55	76	131

Fonte: Banco de Cabo Verde.

A componente da formação é importante para o Banco de Cabo Verde e, nesse âmbito, principalmente nas áreas financeiras, o Banco tem apostado em formações específicas em que pelo menos 54,7 por cento dos funcionários participaram nessas acções.

Quadro 37. Participação em Acções de Formação

	N.º de Funcionários
Banco de Portugal – estágios, cursos e visita de trabalho	35
Formação em áreas específicas	53
Total	88

Fonte: Banco de Cabo Verde.

8.8. Organização e Informática

No quadro dos objectivos fixados nos domínios de Planeamento e Organização para o ano de 2011, foram desenvolvidas várias acções, das quais se destacam as seguintes:

- Elaboração do diagnóstico da estrutura orgânica, enquanto um dos instrumentos de implementação do Plano Estratégico;
- Preparação da proposta e discussão com os directores e membros do Conselho de Administração (CA) de um novo organigrama;
- Elaboração, com base no organigrama, da proposta do Manual de Organização;
- Apresentação ao CA da proposta de nova estrutura orgânica e do novo manual de organização;
- Criação, através da Circular Informativa nº15/2011, de 22 de Fevereiro, da Comissão Interdepartamental para a Organização e Planeamento (CIOP). Tanto as competências como a coordenação e o funcionamento encontram-se regulados nessa Circular Informativa. Esta Comissão reúne-se, ordinariamente, trimestralmente e extraordinariamente sempre que convocada pelo seu Coordenador. É um órgão que visa reforçar a comunicação interdepartamental, onde se apreciam os planos e os balanços de actividades das diversas Unidades Orgânicas do Banco de Cabo Verde;
- Visita de trabalho ao Banco Central do Brasil, tendo a mesma incidido sobre as áreas de Planeamento, Organização e Gestão dos Recursos Humanos;

- Concepção e implementação de um novo modelo para elaboração do Plano de Actividades das unidades organizacionais do BCV, tendo em consideração a estrutura do Plano Estratégico vigente. De igual modo, foi desenvolvido e implementado um novo modelo para elaboração do Balanço de Actividades, alinhado com o Plano de Actividades;
- Desenvolvimento de uma aplicação informática que facilitará a elaboração do plano e balanço de actividades das diversas Unidades Orgânicas e do BCV como um todo.

No domínio dos Sistemas de Informação, destacam-se as seguintes acções:

- Acompanhamento do desenvolvimento da aplicação Sistema Integrado de Gestão de Reservas (SIGER) e realização de reajustes necessários;
- Acompanhamento do desenvolvimento da aplicação Gestão Orçamental;
- Operacionalização da aplicação Transferências Electrónicas Interbancárias (TEI);
- Aprovação da consultoria para implementação de projectos de evolução dos Sistemas de Informação (âmbito de segurança). Desenho do projecto de reformulação da cablagem de rede do edifício da sede do Banco de Cabo Verde;
- Implementação do plano de substituição de equipamentos informáticos;
- Digitalização de todos os processos (em suporte papel) na Área de Recursos Humanos;
- Selecção e aquisição do *Software* de gestão integrada dos Recursos Humanos;
- Migração do sistema SWIFT;
- Extensão da central *online* de gestão de risco de crédito (operacionalização das afinações).

8.9. Contabilidade e Controlo Financeiro

O Departamento de Contabilidade e Controlo Financeiro, no quadro da sua missão, orientou as suas acções, em 2011, para a consolidação dos projectos iniciados em anos anteriores.

Neste quadro, foi desenvolvido o seguinte conjunto de actividades:

- Consolidação do projecto de convergência para as *International Financial Reporting Standards* (IFRS), abarcando a reestruturação e difusão das demonstrações financeiras de acordo com os normativos internacionais;
- Implementação de um sistema de controlo interno integrado que visa salvaguardar o activo da instituição e conferir maior transparência e credibilidade à informação económico-financeira;
- Consolidação do projecto de reforma do sistema de gestão orçamental do BCV, projecto que visa a definição dos circuitos processuais, o desenvolvimento de um *software* de gestão e a elaboração de um manual de procedimentos;
- Elaboração mensal da “Situação Patrimonial e Financeira” de acordo com o novo paradigma internacional, incluindo a execução mensal do orçamento de exploração;

- Preparação e elaboração dos orçamentos de exploração e de investimentos de 2012;
- Elaboração do relatório e contas de 2011, bem como dos anexos às contas;
- Elaboração do relatório da execução dos orçamentos de exploração e de investimentos de 2011;
- Actualização da página do BCV com informações de natureza económico-financeira.

8.10. Auditoria Interna

A estrutura de governação do Banco de Cabo Verde inclui três funções essenciais para a monitorização e avaliação do controlo interno: por um lado, a auditoria externa, fundamental para assegurar a fiabilidade, integridade, transparência e credibilidade da informação financeira; por outro lado, e enquadrados na orgânica do BCV, o Conselho Fiscal e a Auditoria Interna.

Relativamente à função da Auditoria Interna, compete fornecer ao Governador e ao Conselho de Administração uma opinião independente sobre a efectividade dos sistemas de gestão de risco e controlo interno em vigor no Banco de Cabo Verde.

De realçar que, em 2011, foi dada especial atenção ao reforço do serviço da auditoria interna com a criação e actualização de instrumentos de base para a prática da auditoria no BCV. Assim, em cooperação com o Banco de Portugal, procedeu-se à actualização do Manual de Procedimentos para a actividade de auditoria interna, que inclui a matriz de riscos e o código de ética dos auditores internos. Igualmente, foi revisto o estatuto (carta) de auditoria interna.

As exigências colocadas a nível dos sistemas informáticos e a necessidade do reforço do quadro de pessoal culminaram no recrutamento de um auditor informático, que tem como objectivos principais integrar a equipa de auditoria interna e proceder a acções de auditorias à infra-estrutura tecnológica e aos sistemas de informação de suporte às actividades do BCV.

No quadro das acções de auditoria– avaliações realizadas em 2011, destacam-se:

- Conferências trimestrais de valores na Tesouraria;
- Acompanhamentos parciais de actividades no âmbito da introdução do novo equipamento de escolha e contagem de numerário;
- Auditoria ao Fundo Social dos trabalhadores do BCV;
- Auditoria às operações de Pagamentos e Recebimentos no âmbito de “Caixa de Tesouro”;
- Conferência do imobilizado no Departamento de Supervisão e Estabilidade do Sistema Financeiro.

As actividades desenvolvidas no âmbito de assessoria/consultoria resumem-se nas seguintes:

- Acompanhamento dos trabalhos finais de auditoria externa ao encerramento das contas de 2010 e fecho preliminar das contas de 2011;
- Acompanhamento da situação financeira mensal do BCV, no âmbito do reforço da auditoria contínua contabilístico/financeira.
- Apoio ao Departamento de Recursos Humanos na elaboração da Norma de Aplicação Permanente referente a abates de bens do imobilizado;

- Emissão de diversos pareceres relacionados com o desreconhecimento contabilístico de bens registados na rubrica de imobilizado, regularização de terrenos, entre outros.

Ocorreram também participações em comissões e grupos de trabalho de diversa natureza, nomeadamente:

- CIOP - Comissão Interdepartamental para a Organização e Planeamento, no âmbito do balanço de actividades e revisão do regulamento orgânico;
- CASI – Comissão de Acompanhamento do Sistema de Informação;
- CSC - Comité de Segurança e *Compliance*, incluindo a dinamização e participação nas reuniões e apresentação de alguns temas;
- Grupo de Trabalho, com objectivo de elaboração de um documento sobre a situação financeira do BCV;
- Fundo de Pensões, no âmbito da actualização das responsabilidades com o Fundo de Pensões, Prémio de Antiguidade, Assistência Médica;
- Plano de Continuidade de Negócios, com a análise da situação actual e perspectivas futuras.

Ainda no âmbito de acções de verificação do adequado cumprimento das recomendações resultantes de trabalhos realizados pela auditoria interna e pelo relatório de controlo interno emitido pelos auditores externos, foi desenvolvido um conjunto de iniciativas com o objectivo de definir os planos de implementação e respectiva monitorização e avaliação.

Com o objectivo da promoção e divulgação das melhores práticas utilizadas a nível internacional, a auditoria interna apoiou a Auditoria Geral do Mercado de Valores Mobiliários na organização e realização do seminário sobre os temas auditoria interna e externa, controlo interno e *compliance*, ministrado pela Agência de Transferência de Tecnologia Financeira (ATTF).

8.11. Serviços Jurídicos

Durante o ano de 2011, o Gabinete Jurídico, dando cumprimento ao definido na matriz de objectivos do BCV, executou um conjunto de acções de modo a concretizar a sua missão fundamental de prestação de serviços jurídicos em todas as matérias de relevância jurídica suscitadas no Banco de Cabo Verde.

O Gabinete Jurídico, por solicitação das demais unidades orgânicas do BCV, emitiu um conjunto de pareceres e informações (orais e escritos), em número superior a uma centena, abrangendo assuntos de natureza diversa, quais sejam: constituição de instituições de crédito e parabancárias; autorização para intermediação financeira; registo de membros de órgãos sociais das instituições de crédito e parabancárias; transmissão de participação qualificada, de entre outros.

Emitiu, ainda, pareceres sobre a regulamentação da lei da segurança privada, alteração do diploma legal sobre a Unidade de Informação Financeira; projecto de portaria sobre as condições mínimas de seguro de responsabilidade civil na actividade de promoção imobiliária, na vertente das solicitações externas; e apreciou e/ou preparou diversos Avisos editados pelo Banco de Cabo Verde.

O Gabinete Jurídico instruiu 14 processos de contra-ordenação, sendo a maior parte ligados às infracções cambiais, tendo resultado, na sua maioria, em condenação de seus autores em coimas.

Este Gabinete esteve representado em vários grupos de trabalho criados pelo Banco de Cabo Verde, ou por indicação desta instituição, tendo integrado, designadamente, o Grupo de Trabalho para a Reforma da Legislação do Sector Financeiro; Grupo de Trabalho para a Construção da Nova Sede do Banco de Cabo Verde; Grupo de Trabalho (Comissão) para a Aquisição de Bens e Serviços.

Representou o Banco de Cabo Verde na “Reunião dos Altos Representantes” dos Ministérios, em diversas ocasiões em que foram apreciadas propostas de diplomas cuja iniciativa partiu do BCV; fez o acompanhamento e cobrança dos créditos em carteira do Banco de Cabo Verde, que datam de antes da separação da função comercial; apreciou vários contratos relativos a pedidos de crédito à habitação dos trabalhadores do Banco de Cabo Verde, com a aposição dos respectivos vistos; actualizou, com as legislações publicadas, a secção legislação da página do Banco de Cabo Verde.

8.12. Micro-Finanças

Ao longo de 2011, o Gabinete desenvolveu algumas actividades, com especial destaque para as seguintes:

- Iniciou os trabalhos para materialização do projecto “Introdução dos Dados das Instituições de Micro Finanças na Central de Risco de Crédito do BCV”, através da aplicação “*Finance Solution*”;
- Participou no Fórum permanente para o sector das Micro Finanças;
- Analisou e fez o encaminhamento dos pedidos de inscrição das Instituições de Micro Finanças junto do Banco de Cabo Verde;
- Participou no Seminário sobre “Supervisão de Instituições Financeiras não Bancárias em matéria de luta contra o branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo na Região Oeste Africana, que decorreu entre 4 e 6 Outubro de 2011, na Gâmbia.

PARTE IV

RELATÓRIO E CONTAS

Capítulo 9. Relatório e Contas

As demonstrações financeiras do Banco foram preparadas em conformidade com o Plano de Contas do Banco de Cabo Verde (PCBCV). As bases para a preparação das demonstrações financeiras, contempladas no actual PCBCV assentam nas orientações técnicas relativas ao reconhecimento e mensuração dos activos e passivos, baseadas nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS).

No exercício de 2011, em decorrência do reconhecimento de ganhos e perdas actuariais do plano de benefício definido e reavaliação da participação e responsabilidades para com o FMI, o Banco reexpressou as Demonstrações Financeiras (DF's) de 2010, em conformidade com o IAS 8 -Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros-, de forma a permitir a comparabilidade das DF's.

A 31 de Dezembro de 2011, o Activo Líquido do Banco ascende a 39.206.373 milhares de escudos e evidencia um decréscimo de 8,7 por cento face ao período homólogo do ano anterior, espelhando, basicamente, o comportamento desfavorável dos activos sobre o exterior. Estes, que representam 76,3 por cento do agregado, diminuem em 11,3 por cento, reflectindo a cedência de divisas às Instituições de Crédito, no âmbito da execução da política monetária, e os pagamentos correntes ao exterior, pese embora a apreciação nominal da divisa norte-americana no mercado internacional.

O Passivo, no valor de 40.243.880 milhares de escudos, decresce na ordem dos 8,1 por cento e repercute, essencialmente, a variação negativa das responsabilidades sobre residentes, que representam 57,4 por cento, e das notas e moedas em circulação, que caracterizam 23,7 por cento do agregado.

As responsabilidades para com residentes atingem 23.110.734 milhares de escudos e acusam um decréscimo de 11,9 por cento, reflectindo a redução das responsabilidades para com Instituições Financeiras e para com o Estado, esta associada aos pagamentos correntes efectuados.

As responsabilidades para com Instituições Financeiras, que representam 70,7 por cento das responsabilidades para com residentes, decrescem na ordem de 14,4 por cento, repercutindo a compra de divisas ao banco central e um menor recurso às facilidades permanentes de absorção de liquidez.

As responsabilidades para com as Instituições Financeiras atingem 16.339.905 milhares de escudos e representam os depósitos das Instituições Bancárias decorrentes da constituição das Disponibilidades Mínimas de Caixa, os depósitos *overnight* e as operações passivas de Política Monetária, no combate à liquidez excedentária no sistema. Enquanto autoridade monetária, cambial e supervisora do sistema financeiro cabo-verdiano, o banco central continua empenhado na criação de condições mais favoráveis para a execução da política monetária e, é exemplo disso, a criação de facilidades permanentes de cedência e absorção de liquidez e a emissão de títulos próprios. A 31 de Dezembro de 2011 as responsabilidades para com os Títulos de Intervenção e de Regularização Monetária ascendem a 542.939 e 1.199.581 milhares de escudos, respectivamente.

Por seu turno, as “Notas e moedas em circulação”, no valor de 9.549.816 milhares de escudos, acusam uma diminuição de 3,38% face a 2010, que poderá ser justificada pela massificação do uso de meios electrónicos de pagamentos e pelo esgotamento dos efeitos das emissões anteriores.

Os Capitais Próprios cifram-se nos 1.037.507 milhares de escudos negativos, que, comparados aos 852.082 milhares de escudos negativos de 2010, reflectem, essencialmente, a deterioração das reservas de reavaliação associada à reavaliação desfavorável do justo valor da participação no FMI e do resultado líquido. Este ascende a 142.878 milhares de escudos negativos, cerca de 133.074 milhares de escudos abaixo do montante apurado em 2010, reflectindo a queda significativa do resultado em operações cambiais num contexto internacional adverso, o agravamento dos custos administrativos associados à política de progressão e promoção na carreira, ao reforço do quadro de pessoal e à actualização salarial, bem como à contratação de serviços de consultoria e serviços especializados.

Espelhando o resultado económico do Banco de Cabo Verde de modo a proporcionar maior transparência, o rendimento integral de 2011 cifra-se nos 185.424 milhares de escudos negativos, contra os 126.606 milhares de escudos negativos de 2010, e evidencia os ganhos e perdas reconhecidos directamente no capital próprio.

BALANÇO A 31 DE DEZEMBRO DE 2011

Rubricas	Nota	Activo Bruto	Imparidades e amortizações	Activo Líquido 31-12-2011	Activo Líquido 31-12-2010 Reexpresso	Milhares de escudos	
						Varição	%
						Valor	
ACTIVO							
<i>Activos sobre o Exterior</i>		29.918.149	0	29.918.150	33.739.733	(3.821.584)	-11,33
Disponibilidades e aplicações	4	18.245.352	0	18.245.352	20.395.903	(2.150.551)	-10,54
Títulos estrangeiros	5	9.721.920	0	9.721.920	11.177.550	(1.455.630)	-13,02
Activos financeiros detidos para negociação		0	0	0	11.177.550	(11.177.550)	-100,00
Activos financeiros disponíveis para venda		9.721.920	0	9.721.920	0	9.721.920	100,00
Activos sobre Organismos Internacionais	6	1.950.877	0	1.950.877	2.166.280	(215.403)	-9,94
Activos sobre Organismos Internacionais ME		1.950.877	0	1.950.877	2.166.280	(215.403)	-9,94
Activos sobre Organismos Internacionais MN		0	0	0	0	0	0,00
<i>Activos sobre Residentes</i>		8.337.646	0	8.337.646	8.629.938	(292.292)	-3,39
Crédito e outros valores a receber		641.843	0	641.843	620.582	21.261	3,43
Crédito a Instituições Financeiras		0	0	0	0	0	0,00
Crédito ao Estado	7	98.541	0	98.541	98.541	0	0,00
Crédito a outras entidades	8	543.302	0	543.302	522.041	21.261	4,07
Títulos nacionais	9	7.556.950	0	7.556.950	7.869.506	(312.556)	-3,97
Activos financeiros disponíveis para venda		7.556.950	0	7.556.950	7.869.506	(312.556)	-3,97
Investimentos em Associadas	10	138.853	0	138.853	139.850	(998)	-0,71
<i>Outros activos</i>		1.557.066	(606.487)	950.579	571.523	379.057	66,32
Medalhística/Numismática	11	105.213	0	105.213	107.954	(2.741)	-2,54
Activos Fixos Tangíveis e Activos Intangíveis	12	977.864	(606.487)	371.377	336.212	35.165	10,46
Outros	13	473.989	0	473.989	127.356	346.633	272,18
TOTAL ACTIVO		39.812.861	(606.487)	39.206.374	42.941.194	(3.734.820)	-8,70

Fonte: Banco Cabo Verde.

BALANÇO A 31 DE DEZEMBRO DE 2011

				milhares de escudos	
Rubricas	Nota	31-12-2011	31-12-2010 Reexpresso	Variação	
				Valor	%
PASSIVO					
Notas e Moedas em Circulação	14	(9.549.816)	(9.884.217)	334.402	-3,38
Responsabilidades sobre o Exterior	15	(3.462.473)	(3.571.419)	108.946	-3,05
Responsabilidades sobre o exterior em ME		(2.839.499)	(2.990.262)	150.763	-5,04
Responsabilidades sobre o exterior em MN		(622.974)	(581.157)	(41.817)	7,20
Responsabilidades sobre Residentes		(23.110.734)	(26.244.889)	3.134.155	-11,94
Responsabilidades sobre residentes em ME		(540.814)	(1.013.792)	472.978	-46,65
Responsabilidades para com Instituições Financeiras	16	(1.340)	(1.333)	(8)	0,57
Responsabilidades para com o Estado	17	(539.474)	(1.012.459)	472.986	-46,72
Responsabilidades internas em MN		(22.569.920)	(25.231.097)	2.661.177	-10,55
Responsabilidades para com Instituições Financeiras	16	(16.338.565)	(19.092.561)	2.753.996	-14,42
Responsabilidades para com o Estado	17	(6.231.355)	(6.138.536)	(92.819)	1,51
Responsabilidades para com pensões e outros benefícios	18	(3.686.197)	(3.684.053)	(2.143)	0,06
Outros passivos	19	(434.661)	(408.699)	(25.963)	6,35
TOTAL PASSIVO		(40.243.881)	(43.793.276)	3.549.395	-8,10
CAPITAIS PRÓPRIOS		1.037.507	852.082	185.424	21,76
Capital	20	(200.000)	(200.000)	0	0,00
Reservas	20	(26.128)	(160.371)	134.243	-83,71
Resultados Transitados	20	1.120.757	1.202.650	(81.893)	-6,81
TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		(39.206.375)	(42.941.194)	3.734.819	-8,70

Fonte: Banco de Cabo Verde.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Rubricas	Nota	31-12-2011	31-12-2010 Reexpresso	Variação Homóloga	
				Valor	%
Juros e proveitos equiparados		(627.473)	(588.624)	(38.849)	6,60
Juros e custos equiparados		73.389	158.898	(85.509)	-53,81
Resultado líquido de juros e de custos e proveitos equiparados	21	(554.084)	(429.725)	(124.359)	28,94
Resultado realizado em operações cambiais		42.484	(44.897)	87.380	-194,63
Ganhos em operações financeiras		(30.262)	(133.142)	102.881	-77,27
Perdas em operações financeiras		78.288	317.372	(239.084)	-75,33
Resultado líquido em operações financeiras	22	90.509	139.333	(48.823)	-35,04
Comissões recebidas		(10)	(891)	881	-98,93
Comissões pagas		41.189	39.211	1.978	5,04
Resultado líquido de comissões	23	41.179	38.320	2.858	7,46
Rendimentos de instrumentos de capital	24	(135.570)	(174.294)	38.724	-22,22
Resultado em empresas associadas	25	(13.976)	(13.603)	(373)	2,74
Resultado de reavaliação cambial	26	(81.038)	(296.824)	215.786	-72,70
Outros resultados de exploração	27	(24.330)	(24.527)	197	-0,80
TOTAL DE PROVEITOS E GANHOS LÍQUIDO		(677.310)	(761.319)	84.010	-11,03
Custos com pessoal	28	601.321	568.545	32.776	5,76
Fornecimento e serviços de terceiros	29	158.794	157.108	1.685	1,07
Depreciações e amortizações	12	60.072	44.478	15.593	35,06
Total de custos administrativos		820.186	770.132	50.054	6,50
Custos com emissão e destruição de notas e moedas	30	2	991	(989)	-99,80
TOTAL DE CUSTOS E PERDAS LÍQUIDO		820.188	771.123	49.065	6,36
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	31.1	142.878	9.804	133.074	1357,38
Realizado		191.928	150.781	41.147	27,29
Não realizado		(49.050)	(140.977)	91.927	-65,21

Fonte: Banco de Cabo Verde.

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL A 31 DEZEMBRO DE 2010 REEXPRESSO

milhares de escudos

Rubricas	Notas	31-12-2011	31-12-2010 Reexpresso	Variação	
				Valor	%
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		142.878	9.804	133.074	1357,4
Itens Reconhecidos Directamente na Demonstração do Rendimento Integral		42.547	469.036	(426.490)	-90,9
(Ganhos)/perdas reconhecidos nas Reservas de Re-avaliação	3.4	134.243	292.919	(158.676)	-54,2
Activos Disponíveis para Venda					
Participação em Organismos Internacionais ME		10.126	(10.450)	20.576	-196,9
Componente cambial		(34.333)	(2.451)	(31.882)	1300,9
Outras componentes		44.459	(7.999)	52.458	-655,8
Títulos Nacionais		124.117	303.369	(179.252)	-59,1
Instrumentos monetários		33.626	280.125	(246.498)	-88,0
Instrumentos não monetários		90.490	23.244	67.246	289,3
(Ganhos)/perdas actuariais	3.3	(91.697)	176.117	(267.814)	-152,1
RENDIMENTO INTEGRAL DO EXERCÍCIO		185.424	478.840	(293.416)	-61,3

Fonte: Banco Cabo Verde.

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO 2011

milhares de escudos

	Capital	Reserva de re-avaliação de justo valor	Resultados transitados	Resultado do exercício	Capitais próprios
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	(200.000)	(314.552)	602.313	(417.050)	(329.289)
Aplicação de resultados			(417.050)	417.050	0
Variação líquida de activos financeiros disponíveis para venda		292.919			292.919
Correcções dos ajustamentos IFRS			(32.306)		(32.306)
Resultado do exercício				(4.520)	(4.520)
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	(200.000)	(21.633)	152.958	(4.520)	(73.196)
Ajustes de Activos sobre Organismos Internacionais ME		(138.738)			(138.738)
Ajustes de Responsabilidades para com o exterior em ME				18.818	18.818
Ajustes de Responsabilidades para Pensões e Outros Benefícios			1.049.692	(4.494)	1.045.198
Saldo em 31 de Dezembro de 2010 Ajustado	(200.000)	(160.371)	1.202.650	9.804	852.083
Aplicação de resultados			9.804	(9.804)	0
Desvios actuariais em Pensões e Outros Benefícios			(91.697)		(91.697)
Correcções dos ajustamentos IFRS		134.243			134.243
Resultado do exercício				142.878	142.878
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	(200.000)	(26.128)	1.120.756	142.878	1.037.507

Fonte: Banco de Cabo Verde.

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA DE OPERAÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA 2011

milhares de escudos			
	Nota	2011	2010
Fluxos de caixa das actividades operacionais		3.088.132	(1.160.176)
Recebimento de juros e comissões		497.648	408.890
Depósitos		95.149	85.503
Títulos		399.201	320.626
Outros		3.298	2.760
Pagamento de juros e comissões		(81.759)	(79.504)
Compra/venda de títulos		1.231.248	(894.754)
Compra/venda de moeda estrangeira		(5.899.545)	(8.295.179)
Aplicação/reembolso de depósito a prazo		5.397.155	(2.429.136)
Pagamentos/recebimentos por conta do Tesouro		(1.010.668)	5.397.692
Outros pagamentos/recebimentos		2.954.053	4.727.416
Organismos Financeiros Internacionais		0	4.397
Fluxos de caixa das actividades de investimento		66.753	(87.600)
Compra de activos fixos tangíveis e intangíveis		66.753	(87.600)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		(216.637)	(189.073)
Pagamento de empréstimos		(216.637)	(189.073)
Alocação de SDR			
Fluxo de caixa		2.938.248	(1.436.850)
Efeito da variação cambial em caixa e equivalentes de caixa		80.559	121.060
Total		3.018.807	(1.315.789)
Variação de caixa e equivalentes de caixa		3.018.807	(1.315.789)
Caixa e equivalentes no início do período		3.298.653	4.614.442
Caixa e equivalentes no fim do período	32	6.317.460	3.298.653

Fonte: Banco Cabo Verde.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2011 (Valores expressos em milhares de escudos cabo-verdianos - CVE)

NOTA 1 – NOTA INTRODUTÓRIA

O Banco de Cabo Verde (BCV ou Banco) foi criado pela decisão com força de Lei n.º 13/76 de 26 de Junho, publicada no Boletim Oficial n.º 26, de 27 de Junho de 1976. A Lei Orgânica do Banco foi posteriormente revogada sucessivamente pelos Decretos-lei n.º 52-D/90 de 4 de Julho e n.º 42/93 de 16 de Julho, pela Lei n.º 2/V/96 de 1 de Julho e, finalmente, pela Lei n.º 10/VI/2002 de 15 de Julho. Segundo esta última, o BCV é uma pessoa colectiva de direito público dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

Até 31 de Agosto de 1993, o Banco exerceu as funções de banco central, comercial e de desenvolvimento. Naquela data, através de um processo de cisão, foram destacadas do Banco as vertentes comercial e de desenvolvimento, as quais deram origem ao Banco Comercial do Atlântico, SARL, tendo sido atribuído ao Banco de Cabo Verde, exclusivamente, as funções de banco central.

O Banco tem sede na cidade da Praia, Ilha de Santiago, podendo ter agências noutras localidades e estabelecer delegações no estrangeiro.

As atribuições do Banco de Cabo Verde são as de banco central da República de Cabo Verde, devendo, nessa qualidade, assegurar e regular a criação, a circulação e o valor da moeda nacional. Enquanto banco central, o BCV tem como atribuição principal a ma-

manutenção da estabilidade dos preços e, como objectivo secundário, promover, no país, a liquidez, a solvência e o funcionamento adequado de um sistema financeiro assente na estabilidade do mercado e nunca de forma incompatível com o seu objectivo principal. O Banco deve ainda (i) colaborar na execução da política económica global do Governo, para além de colaborar na definição da política monetária e cambial, tendo em vista a manutenção da estabilidade dos preços; (ii) executar, de forma autónoma, a política monetária e cambial; e (iii) deter e gerir as reservas de câmbio oficiais e agir como intermediário nas relações internacionais do Estado.

O BCV detém o exclusivo da emissão de notas e moedas, incluindo as comemorativas e desempenha as funções de conselheiro financeiro do Governo.

No exercício das suas funções no que respeita à execução da política monetária e cambial, compete ao BCV orientar e supervisionar os mercados monetário, financeiro e cambial, cabendo-lhe, entre outras, as seguintes atribuições:

- Regular o funcionamento dos mercados monetário, financeiro e cambial;
- Emitir, se necessário, normas temporárias de emergência que regulem o volume de crédito e as taxas de juro de operações bancárias de natureza comercial;
- Exigir que as instituições de crédito mantenham depósitos junto do Banco, em montantes mínimos estabelecidos e relacionados com a dimensão, tipo ou maturidade dos depósitos respectivos, empréstimos e outras responsabilidades;
- Exercer a supervisão das instituições de crédito e parabancárias e;
- Exercer a supervisão da actividade seguradora, resseguradora, mediação de seguros e fundos de pensões, de actividades conexas ou complementares daquelas, bem como de outras que a lei determinar.

De acordo com o estabelecido no artigo n.º 64 da Lei Orgânica, o Banco está isento de todas as contribuições, impostos, taxas, emolumentos e demais imposições, nos mesmos termos que o Estado, não estando sujeito à fiscalização preventiva do Tribunal de Contas.

Conforme estabelecido no artigo n.º 58 da Lei Orgânica, estas demonstrações financeiras foram aprovadas em Março de 2012 e encontram-se publicadas no site do BCV (www.bcv.cv).

NOTA 2 – BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Bases de apresentação

As demonstrações financeiras do Banco foram preparadas em conformidade com o Plano de Contas do Banco de Cabo Verde (PCBCV). As bases para a preparação das demonstrações financeiras contempladas no actual PCBCV assentam nas orientações técnicas relativas ao reconhecimento e mensuração dos activos e passivos, baseadas nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS).

Embora o PCBCV não contemple regras específicas sobre as divulgações a efectuar no anexo ao balanço e à demonstração de resultados, o Conselho de Administração, ao reportar a situação financeira do Banco, os seus resultados e operações, segue os princípios e práticas internacionalmente aceites para o sector financeiro, na extensão em que tais

práticas sejam consideradas apropriadas no contexto das funções e responsabilidades de um banco central. Assim, as demonstrações financeiras do Banco podem apresentar um menor detalhe sobre os seus activos, passivos, responsabilidades, contingências e riscos que as das instituições financeiras comerciais.

Resumo das principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas e critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras com referência a 31 de Dezembro de 2011 são os seguintes:

Especialização do exercício

O Banco segue o princípio contabilístico da especialização do exercício em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras, nomeadamente no que se refere aos juros das operações activas e passivas que são registadas à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Conversão de activos, passivos e resultados denominados em moeda estrangeira

A moeda funcional e de apresentação destas demonstrações financeiras é o escudo cabo-verdiano.

Os activos e passivos monetários do Banco em moeda estrangeira são convertidos para escudos cabo-verdianos com base nas taxas de câmbio médio, em vigor na data das demonstrações financeiras.

	31-12-2011	31-12-2010
EUR	110,265	110,265
USD	85,550	83,031
SDR	131,342	127,871

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Por sua vez, os custos e proveitos em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio em vigor à data de liquidação das operações.

O Direito de Saque Especial (SDR) é a unidade contabilística utilizada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI).

Operações em moeda estrangeira e apuramento de resultado cambial

O apuramento de ganhos ou perdas cambiais de operações realizadas em moeda estrangeira é efectuado diariamente e por referência ao custo médio ponderado (CMP). De acordo com este método, o câmbio médio ponderado de cada divisa é apenas alterado pelos movimentos de entradas de divisas em moeda estrangeira.

Nos termos da NAP 02/2007, o resultado cambial é calculado com base nos seguintes princípios:

- No caso de ocorrer, durante um dia, um volume superior de saídas de moeda do que de entradas de moeda, então as saídas de moeda do dia até ao equivalente das

entradas de moeda do dia são valorizadas ao custo médio das entradas de moeda do dia. As restantes saídas de moeda do dia (saídas líquidas) são valorizadas ao custo médio ponderado do dia anterior;

- No caso de ocorrer, durante um dia, um volume superior de entradas de moeda do que de saídas de moeda, então a totalidade das saídas de moeda do dia são valorizadas ao custo médio das entradas do dia. As restantes entradas de moeda do dia afectam o custo médio ponderado do dia anterior ao custo médio das entradas.

O Banco apenas realiza operações cambiais à vista, sendo estas registadas contabilisticamente na data de liquidação das operações. As compras à vista de moeda estrangeira contra a venda de escudos cabo-verdianos são registadas à taxa de câmbio da transacção. As compras à vista de moeda estrangeira contra a venda de outra moeda estrangeira são registadas em escudos cabo-verdianos pelo contravalor em escudos cabo-verdianos da moeda vendida na data de contrato à taxa de câmbio oficial (“spot”).

Os ganhos e as perdas provenientes de alterações na taxa de câmbio são levados às contas de resultados, de modo a se cumprir com o disposto na IAS 21 - Efeitos de alteração em taxas de câmbio-, com excepção dos ganhos e perdas não realizados de instrumentos não monetários de activos financeiros disponíveis para venda que são reconhecidos em reservas.

Reconhecimento de ganhos e perdas em activos e passivos

De acordo com as IFRS, os ganhos e perdas provenientes da variação do justo valor são levados às contas de resultados, com excepção da variação de preços dos activos disponíveis para venda, que são reconhecidos nas reservas de reavaliação.

Quando um declínio no justo valor de um activo financeiro disponível para venda tenha sido reconhecido directamente no capital próprio e houver prova objectiva de que o activo está em imparidade, a perda acumulada que tinha sido reconhecida directamente no capital próprio deve ser removida e reconhecida em resultados do exercício, ainda que o activo financeiro não tenha sido desreconhecido. Na alienação desses activos, os ganhos ou perdas também são transferidos para a conta de resultados.

Activos financeiros

Os activos financeiros são reconhecidos na data-valor e são desreconhecidos quando:

- Expiram os direitos contratuais do Banco de receber os seus fluxos de caixa;
- O Banco tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detecção; ou
- Não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detecção, tenha transferido o controlo sobre os activos.

Os activos financeiros são registados ao preço de transacção e contabilizados nas contas ao *clean price* (preço de transacção excluindo quaisquer abatimentos ou juros corridos, mas incluindo os custos de transacção inerentes ao preço).

As comissões de custódia e de gestão de conta corrente e outros custos indirectos não são considerados custos de transacção, sendo inscritos na conta de resultados. Também não são considerados como parte integrante do custo médio de determinado activo financeiro.

A classificação dos activos financeiros depende da intenção subjacente à aquisição do investimento e é definida no momento do reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias:

Activos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta categoria inclui (i) activos financeiros detidos para negociação e (ii) activos financeiros ao justo valor através de resultados - activos designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor.

Activos financeiros de negociação são títulos transaccionados em mercados activos, adquiridos com o objectivo de venda ou compra no curto prazo.

Os activos financeiros detidos para negociação e os activos financeiros ao justo valor através de resultados são mensurados inicialmente ao justo valor. Os ganhos e perdas decorrentes da valorização subsequente ao justo valor são reconhecidos em resultados.

O Banco não tem instrumentos financeiros derivados.

Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda incluem instrumentos monetários e não monetários, que não sejam classificados como activos financeiros detidos para negociação ao justo valor através de resultados, investimentos detidos até à maturidade ou crédito e outros valores a receber.

Os activos financeiros disponíveis para venda são mensurados inicialmente ao justo valor. Os ganhos e perdas relativos à variação subsequente do justo valor são reflectidos em reservas de reavaliação, até que os activos sejam desreconhecidos, ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas são transferidos para resultados.

Nesta categoria de activos estão classificados os títulos nacionais e estrangeiros e as participações financeiras em Organismos Internacionais.

Investimentos detidos até à maturidade

Os investimentos detidos até à maturidade são activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidade definida, que uma entidade tem a intenção positiva e a capacidade de deter até à maturidade.

Os investimentos detidos até maturidade são mensurados ao custo amortizado, isto é, deduzidos de prémios ou adicionados de descontos, deduzidos de perdas por imparidade. Os prémios ou descontos são tratados como juros, sendo amortizados à taxa efectiva até à maturidade desses títulos.

Créditos e outros valores a receber

Estes activos são mensurados ao custo amortizado com base no método da taxa efectiva, sendo deduzidos de perdas de imparidade.

O custo amortizado é a quantia pela qual o activo ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa usando o método de juro efectivo de qualquer diferença entre a quantia inicial e a quantia na maturidade, menos qualquer redução de imparidade.

O método da taxa efectiva é o método de calcular o custo amortizado de um activo ou passivo financeiro e de imputar o rendimento dos juros ou o gasto dos juros durante o

período relevante. A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

Participações financeiras

As participações financeiras são classificadas como disponíveis para venda, o que implica o seu reconhecimento ao justo valor, com as variações das mesmas, incluindo as variações cambiais, a serem reconhecidas na reserva de reavaliação do justo valor.

Na valorização das participações do Banco, dada a ausência de cotação e de modelos de valorização, utilizou-se o Método de Equivalência Patrimonial na determinação da estimativa do justo valor das participações, com recurso ao relatório e contas das participadas. Entende-se por método de equivalência patrimonial o método contabilístico em que um investimento é inicialmente reconhecido ao custo e ajustado posteriormente pela percentagem detida nos capitais próprios da participada. Os resultados do investidor incluem a sua participação proporcional nos resultados da participada.

Os dividendos são reconhecidos na data em que são recebidos.

Imparidade

O Banco avalia com regularidade se existe evidência objectiva de imparidade na sua carteira de activos. Para activos financeiros que apresentam sinais de imparidade é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro ou grupo de activos financeiros encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação e, (ii) para títulos não cotados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro ou grupo de activos financeiros que possa ser estimado com razoabilidade.

Considera-se indicador de imparidade quando o decréscimo for superior a 20 por cento ou quando este perdurar por um período prolongado (superior a 6 meses).

No que se refere aos investimentos detidos até maturidade, as perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do activo e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação), descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro. Estes activos são apresentados no balanço, líquidos de imparidade. Caso os activos tenham uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respectiva perda de imparidade é a taxa de juro efectiva actual determinada com base nas regras de cada contrato. Se num período subsequente o montante da perda por imparidade diminuir e esta diminuição estiver objectivamente relacionada com o evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor, deduzida de qualquer perda de imparidade no activo an-

teriormente reconhecido em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda por imparidade diminuir, a perda por imparidade anteriormente reconhecida de instrumentos monetários é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objectivamente relacionado com o evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade.

As perdas por imparidade em instrumentos não monetários não podem ser revertidas.

Para activos categorizados como créditos e saldos a receber, as perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados do exercício, caso, num período posterior, o montante da perda estimada diminua.

Investimento em associadas

São classificadas como associadas todas as empresas sobre as quais o Banco detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo. Normalmente é presumido que o Banco exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20 por cento dos direitos de voto da associada. Mesmo quando os direitos de voto sejam inferiores a 20 por cento, poderá o Banco exercer influência significativa através da participação na gestão da associada ou na composição dos Conselhos de Administração com poderes executivos.

Os investimentos em associadas são registados pelo método de equivalência patrimonial, desde o momento em que o Banco adquire a influência significativa até ao momento em que a mesma termina.

Quando o valor das perdas acumuladas incorridas por uma associada e atribuíveis ao Banco iguala ou excede o valor contabilístico da participação e de quaisquer outros interesses de médio e longo prazo nessa associada, o método da equivalência patrimonial é interrompido, excepto se o Banco tiver a obrigação legal ou construtiva de reconhecer essas perdas ou tiver realizado pagamentos em nome da associada.

Activos intangíveis e activos fixos tangíveis

Os activos intangíveis e fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, com excepção dos equipamentos e mobiliário, transitados para o Banco de Cabo Verde aquando do processo de cisão em 1993, tendo sido avaliados nessa altura.

O custo de aquisição corresponde ao preço de compra acrescido de eventuais gastos suportados, directa ou indirectamente, na colocação do bem no local do destino.

Os custos subsequentes são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Banco. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidos como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As amortizações são calculadas em base duodecimal segundo o método de quotas constantes, aplicando ao custo histórico as taxas anuais máximas permitidas para efeitos fiscais. Com excepção das alterações às taxas de amortização definidas na Circular Interna (CI) n.º. 96/93, de 27 de Maio de 1993 (decorrentes do processo de separação do Banco Comercial do Atlântico), para bens reavaliados, veículos ligeiros/pesados-mistos e equi-

pamentos informáticos, a legislação aplicável no que respeita às taxas de amortização está contemplada na Portaria n.º 3/84 de 28 de Janeiro e na NAP 4/89. Considera-se que estas taxas não diferem substancialmente da vida útil estimada dos bens:

	Anos
• Imóveis	25
• Obras em imóveis	25
• Equipamento informático e de escritório	4 a 5
• Mobiliário e instalações interiores	6 a 12
• Viaturas	5

Os terrenos e património artístico não são amortizados.

Na ausência de uma avaliação, o valor dos terrenos foi calculado com base na estimativa fiscal, correspondente a 25% do total do valor dos edifícios ao serviço próprio.

O activo intangível do Banco é composto essencialmente por despesas com aquisição de sistemas de tratamento automático de dados, cujo impacto se repercute para além do exercício em que são gerados. Estas imobilizações são amortizadas no período de 3 anos pelo método das quotas constantes.

O imobilizado em curso encontra-se registado pelo valor total dos custos já incorridos pelo Banco, cuja transferência para o imobilizado firme é efectuada quando o bem estiver disponível, iniciando a sua amortização.

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, é estimado o valor de recuperação do activo, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido do activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados.

O valor recuperável é o mais elevado entre o valor de venda líquido e o valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Locação financeira

A locação é classificada como financeira se ela transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade; caso contrário é considerada como operacional.

Como locador

Os contratos de locação financeira são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor equivalente ao investimento líquido realizado nos bens locados. Os juros incluídos nas rendas debitadas aos clientes são registados como proveitos, enquanto as amortizações de capital também incluídas nas rendas são deduzidas ao valor do crédito concedido. O reconhecimento dos juros é feito com base numa taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

Como locatário

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo/passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que

é debitado em resultados e, (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

À data de referência, o Banco detém dois apartamentos, cujos contratos de arrendamento a terceiros configuram como uma locação financeira.

Medalhística e numismática

Os activos referentes a medalhística e numismática são reconhecidos segundo os seguintes critérios:

Normal

Inclui nesta categoria todos os materiais numismáticos (notas e moedas com curso legal, estojos com moedas em ouro, prata, medalhas, álbuns com moedas corrente, medalhas em prata e bronze) adquiridos pelo BCV junto de determinados fabricantes, que se destinam à comercialização junto de colecionadores, tanto dentro como fora do país.

Especial

Agrega alguns materiais numismáticos recebidos em doação ou ofertados pelo fabricante ao BCV:

- Placas acrílicas com algumas notas do BCV incorporadas;
- Notas e moedas retiradas de circulação que se encontram completamente amortizadas (notas do Banco Nacional Ultramarino, as 1^{as} emissões de notas e moedas do BCV);
- Espécimes de notas do BCV oferecidas pelo fabricante no momento da produção das mesmas.

Acervo

Espelha amostras ou exemplares de todos os materiais numismáticos, incluindo notas e moedas para o futuro museu do Banco. A valorização contabilística destas moedas segue a mesma lógica aplicada nas duas divisões anteriores, dependendo do tipo do qual foi originada, ou seja:

- Materiais numismáticos ao preço de custo;
- Notas e moedas correntes ao valor facial;
- Numismática especial (produtos ofertados), ao preço estipulado superiormente.

Benefícios a empregados

Os empregados admitidos pelo Banco até Setembro de 1993, bem como todos os seus Administradores, beneficiam de pensões de reforma e de sobrevivência de benefício definido. Os empregados admitidos pelo Banco após Setembro de 1993 encontram-se abrangidos pelo Regime de Previdência Social.

Adicionalmente, os empregados que ingressaram na Instituição até Setembro de 1993 e os Administradores do Banco beneficiam durante o período de vida activa e na reforma de um plano de assistência médica.

Benefícios a empregados - pós emprego

- Pensões de reforma e de sobrevivência

As pensões de reforma e de sobrevivência atribuídas aos empregados admitidos até Setembro de 1993 e aos Administradores constituem um plano de benefícios definidos, sem fundo autónomo constituído.

O Banco determina anualmente o valor actual das responsabilidades passadas através de avaliação efectuada por actuário independente, utilizando o método de “*Project Unit Credit*”. Os pressupostos actuariais (financeiros e demográficos) utilizados têm por base expectativas à data do balanço para o crescimento dos salários e a tábua de mortalidade que se adequa à população do Banco. A taxa de desconto é determinada com base em taxas de mercado de obrigações de empresas de baixo risco, de prazo semelhante ao da liquidação das responsabilidades.

O passivo reconhecido no balanço relativamente a responsabilidades com benefícios de reforma e sobrevivência corresponde ao valor presente da obrigação do benefício determinado à data do balanço.

Os ganhos ou perdas actuariais são reconhecidos na íntegra no período em que ocorrem como Outro Rendimento Integral. O acréscimo de responsabilidades com os serviços passados é reconhecido como custos em resultados no período em que ocorrem.

As pensões de reforma e de sobrevivência dos empregados abrangidos pelo Regime de Previdência Social constituem um plano de contribuição definida, sendo as contribuições reconhecidas como custos em resultados do período em que são devidas. O Banco não terá qualquer obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não tiver activos suficientes para pagar todos os benefícios dos empregados relacionados com os serviços prestados no período corrente ou em períodos anteriores.

- Assistência médica

As responsabilidades assumidas referentes à assistência médica constituem um plano de benefícios definidos à semelhança de pensão de reforma e de sobrevivência.

Estas responsabilidades são estimadas anualmente por actuário independente, sendo utilizado o método de “*Project Unit Credit*”.

O valor presente da obrigação do benefício definido é determinado pelo desconto dos pagamentos futuros dos benefícios, utilizando a taxa de desconto determinada com base em taxas de mercado de obrigações de empresas de baixo risco, de maturidade que se aproxima da responsabilidade assumida.

Os ganhos ou perdas actuariais são reconhecidos na íntegra no período em que ocorrem como Outro Rendimento Integral. O acréscimo de responsabilidades com os serviços passados é reconhecido como custos em resultados no período em que ocorrem.

Benefícios a empregados - emprego

- Prémio de antiguidade

Em conformidade com a NAP nº12/2005, o Banco assumiu o compromisso de pagar aos seus trabalhadores no activo, quando estes completam 10, 20 e 30 anos ao serviço da instituição, prémio de antiguidade de valor correspondente a uma, duas ou três vezes, respectivamente, o salário mensal recebido à data de pagamento destes prémios.

Os prémios de antiguidade são contabilizados de acordo com a IAS 19, como outros benefícios de longo prazo a empregados. O valor das responsabilidades do Banco com prémio de antiguidade é reconhecido anualmente, à data do balanço, com base no estudo actuarial.

O aumento da responsabilidade com prémios de antiguidade, incluindo ganhos e perdas actuariais é reconhecido nos resultados.

Despesas com fabrico de notas e moedas

As despesas com emissão de notas e moedas são reconhecidas como custo quando são liquidadas ao fornecedor.

Notas e moedas em circulação

O valor de notas e moedas em circulação corresponde à diferença entre os montantes de notas e moedas emitidas, as existências em caixa no Banco de Cabo Verde e as notas e moedas em trânsito.

As moedas retiradas de circulação, enquanto responsabilidade do Banco perante os detentores das mesmas, são registadas numa conta de Exigibilidades diversas, até que sejam atingidos os respectivos prazos de prescrição.

Reservas

De acordo com o n.º3 do artigo 57º da Lei Orgânica, o Banco deverá constituir uma Reserva Geral, à qual afectará no final de cada exercício financeiro: (i) um quarto do resultado líquido, quando a Reserva Geral não exceder o capital mínimo realizado ou (ii) um sexto do resultado líquido quando a Reserva Geral exceder o capital mínimo e não exceder quatro vezes o seu capital realizado.

Caso o Banco incorra em prejuízo num qualquer exercício, o mesmo deve ser imputado à Reserva Geral e se esta for inadequada para cobrir o montante total do prejuízo, o saldo do prejuízo deverá ser levado para a conta de resultados transitados, a qual deverá ser coberta pelo Governo, num prazo máximo de 60 dias, através da entrega de fundos, títulos negociáveis datados e nos termos, condições e câmbios determinados pelo mercado de montante ou montantes necessários para corrigir o défice.

Metodologia de avaliação

ACTIVO	Metodologia de avaliação/fonte de informação
Disponibilidades e aplicações	Valor nominal, convertido à taxa de câmbio médio do final do período
Activos financeiros detidos para negociação	Justo valor - Banco Central do Luxemburgo
Activos financeiros disponíveis para venda	Justo valor - Banco Central do Luxemburgo
Direitos de Saque Especiais	Valor nominal, convertido à taxa de câmbio médio do final do período
Participação em Org. Internacionais ME	Valor nominal, convertido à taxa de câmbio médio do final do período
Crédito às Instituições Financeiras	Custo amortizado, deduzido de eventuais perdas de imparidade
Crédito ao Estado	Custo amortizado
Crédito a outras entidades	Custo amortizado, deduzido de eventuais perdas de imparidade
Activos financeiros disponíveis para venda	Custo
Investimento em Associadas	<i>Equity method</i> , deduzido de eventuais perdas de imparidade - SISP
Medalhística/Numismática	Valor nominal - as IFRS não determinam regras específicas
Activos intangíveis e activos fixos tangíveis	Custo de aquisição, deduzido da respectiva amortização e de eventuais perdas de imparidade
Proveitos a receber	Custo amortizado, deduzido de eventuais perdas de imparidade
Despesas com custos diferidos	Custo amortizado, deduzido de eventuais perdas de imparidade
Outras contas de regularização activa	Custo amortizado, deduzido de eventuais perdas de imparidade
PASSIVO	Metodologia de avaliação/fonte de informação
Notas e moedas em circulação	Valor nominal
Responsabilidades para com o exterior ME	Valor nominal, convertido à taxa de câmbio médio do final do período
Responsabilidades para com o exterior MN	Valor nominal
Responsabilidades para com residentes ME	Valor nominal, convertido à taxa de câmbio médio do final do período
Responsabilidade para com residentes MN	Valor nominal
Responsabilidades para com pensões e outros benefícios	Valor presente das responsabilidades determinadas de acordo com estudo actuarial
Outros passivos	Valor nominal

Comparabilidade das Demonstrações Financeiras

No exercício de 2011, na sequência das situações descritas nas notas 3.1, 3.2, 3.3 e 3.4 abaixo, o Banco reexpressou as Demonstrações Financeiras do exercício de 2010, em conformidade com o IAS 8 - Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros- de forma a permitir a comparabilidade das mesmas.

NOTA 3 – AJUSTAMENTO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS A 31-12-2010

BALANÇO A 31 DE DEZEMBRO DE 2010 REEXPRESSO

		Milhares de escudos							
Rubricas	Nota	Activo líquido 31-12-2010	Ajustes e Reclassificações	Activo líquido 31-12-2010 Reexpresso	Rubricas	Nota	31-12-2010	Ajustes e Reclassificações	31-12-2010 Reexpresso
ACTIVO					PASSIVO				
Activos sobre o Exterior		33.600.995	138.738	33.739.733	Notas e Moedas em Circulação		(9.884.217)	0	(9.884.217)
Disponibilidades e aplicações		20.395.903	0	20.395.903	Responsabilidades sobre o Exterior	3.3	(3.552.600)	(18.818)	(3.571.419)
Titulos estrangeiros		11.177.550	0	11.177.550	Responsabilidades sobre o exterior em ME		(1.883.621)	(1.106.641)	(2.990.262)
Activos financeiros detidos para negociação		11.177.550	0	11.177.550	Responsabilidades sobre o exterior em MN		(1.668.979)	1.087.822	(581.157)
Activos financeiros disponiveis para venda					Responsabilidades sobre Residentes		(26.244.889)	0	(26.244.889)
Activos sobre Organismos Internacionais	3.1	2.027.542	138.738	2.166.280	Responsabilidades sobre residentes em ME		(1.013.792)	0	(1.013.792)
Activos sobre Organismos Internacionais ME		938.722	1.227.558	2.166.280	Responsabilidades para com Instituições Financeiras		(1.333)	0	(1.333)
Activos sobre Organismos Internacionais MN		1.088.820	(1.088.820)	0	Responsabilidades para com o Estado		(1.012.459)	0	(1.012.459)
Activos sobre Residentes		8.629.938	0	8.629.938	Responsabilidades internas em MN		(25.231.097)	0	(25.231.097)
Crédito e outros valores a receber		620.582	0	620.582	Responsabilidades para com Instituições Financeiras		(19.092.561)	0	(19.092.561)
Crédito a Instituições Financeiras		0	0	0	Responsabilidades para com o Estado		(6.138.536)	0	(6.138.536)
Crédito ao Estado		98.541	0	98.541	Responsabilidades para com pensões e outros benefícios	3.3	(2.638.855)	(1.045.198)	(3.684.053)
Crédito a outras entidades		522.041	0	522.041					
Titulos nacionais		7.869.506	0	7.869.506	Outros passivos		(408.699)	0	(408.699)
Activos financeiros disponiveis para venda		7.869.506	0	7.869.506					
Investimentos em Associadas		139.850	0	139.850	TOTAL PASSIVO		(42.729.260)	(1.064.016)	(43.793.276)
Outros activos		571.523	0	571.523	CAPITAIS PRÓPRIOS		(73.196)	925.278	852.082
Medalhística/Numismática		107.954	0	107.954	Capital		(200.000)	0	(200.000)
Activos Fixos Tangíveis e Activos Intangíveis		336.212	0	336.212	Reservas	3.1	(21.633)	(138.738)	(160.371)
Outros		127.356	0	127.356	Resultados Transitados	3.3	152.958	1.049.692	1.202.650
					Resultado do Exercício	3.2 e 3.3	(4.520)	14.324	9.804
TOTAL ACTIVO		42.802.456	138.738	42.941.194	TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		(42.802.456)	(138.738)	(42.941.194)

Fonte: Banco de Cabo Verde.

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL A 31 DE DEZEMBRO DE 2010 REEXPRESSO

		milhares de escudos		
Rubricas	Notas	31-12-2010	Ajustamento e reclassificações	31-12-2010 Reexpresso
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(4.520)	14.324	9.804
Itens Reconhecidos Directamente na Demonstração do Rendimento Integral		(21.633)	490.669	469.036
(Ganhos)/perdas reconhecidos nas Reservas de Reavaliação	3.4	(21.633)	314.552	292.919
Activos Disponíveis para Venda				
Participação em Organismos Internacionais ME		(36.204)	25.754	(10.450)
Componente cambial		8.255	(10.706)	(2.451)
Outras componentes		(44.459)	36.460	(7.999)
Titulos Nacionais		14.571	288.798	303.369
Instrumentos monetários		105.061	175.063	280.125
Instrumentos não monetários		(90.490)	113.735	23.244
(Ganhos)/perdas actuariais	3.3	0	176.117	176.117
RENDIMENTO INTEGRAL DO EXERCÍCIO		(26.153)	504.993	478.840

Fonte: Banco de Cabo Verde.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS 2010 REEXPRESSO

		milhares de escudos		
Rubricas	Nota	31-12-2010	Ajustes e Reclassificações	30-12-2010 Reexpresso
Juros e proveitos equiparados		(588.624)		(588.624)
Juros e custos equiparados		158.898		158.898
Resultado líquido de juros e de custos e proveitos equiparados		(429.725)	0	(429.725)
Resultado realizado em operações cambiais		(44.897)		(44.897)
Ganhos em operações financeiras		(133.142)		(133.142)
Perdas em operações financeiras		317.372		317.372
Resultado líquido em operações financeiras		139.333	0	139.333
Comissões recebidas		(891)		(891)
Comissões pagas		39.211		39.211
Resultado líquido de comissões		38.320	0	38.320
Rendimentos de instrumentos de capital		(174.294)		(174.294)
Resultados em empresas associadas		(13.603)		(13.603)
Resultados de reavaliação cambial	3.2	(315.643)	18.818	(296.824)
Outros resultados de exploração		(24.527)		(24.527)
TOTAL DE PROVEITOS E GANHOS LÍQUIDO		(780.138)	18.818	(761.319)
Custos com pessoal	3.3	573.039	(4.494)	568.545
Fornecimento e serviços de terceiros		157.108		157.108
Depreciações e amortizações		44.478		44.478
Total de custos administrativos		774.626	(4.494)	770.132
Custos com emissão e destruição de notas e moedas		991		991
TOTAL DE CUSTOS E PERDAS LÍQUIDO		775.617	(4.494)	771.123
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	3.2 e 3.3	(4.520)	14.324	9.804
Realizado		155.275	(4.494)	150.781
Não realizado		(159.795)	18.818	(140.977)

Fonte: Banco de Cabo Verde.

NOTA 3.1 – AJUSTAMENTO DE ACTIVOS SOBRE ORGANISMOS INTERNACIONAIS ME

Reflecte a actualização do valor da participação do Banco junto do FMI a 31 de Dezembro de 2010. Esta actualização deve-se à reclassificação da participação em moeda nacional para moeda estrangeira.

NOTA 3.2 – AJUSTAMENTO DE RESPONSABILIDADES SOBRE O EXTERIOR

Retrata a reavaliação do depósito à ordem do FMI junto do Banco a 31 de Dezembro de 2010, em decorrência da reclassificação das responsabilidades em moeda nacional para moeda estrangeira.

NOTA 3.3 – AJUSTAMENTO DE RESPONSABILIDADES PARA COM PENSÕES E OUTROS BENEFÍCIOS

Em conformidade com a IAS 19 as obrigações dos benefícios definidos pós emprego, bem como com os benefícios de longo prazo, devem ser determinadas com base em estudos actuariais. Até 31 de Dezembro de 2010, o Banco registou a responsabilidade com estes benefícios com base em estudos actuariais, incompletos, efectuados em anos anteriores.

Assim, de forma a corrigir esta situação, o Banco contou em 2011 com estudos actuariais efectuados por actuário independente, com referência a 31 de Dezembro de 2009, 2010 e 2011 e passou a aplicar a política contabilística descrita na Nota 2.21), tendo para o efeito alterado os comparativos das demonstrações financeiras.

NOTA 3.4 – AJUSTAMENTO DE ITENS RECONHECIDOS DIRECTAMENTE NA DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL

Em 2011, o Banco reexpressou os ganhos e perdas de activos financeiros disponíveis para venda devido à alteração de políticas contabilísticas (Participação no FMI e Títulos nacionais), de modo a se cumprir com o IAS 8.

NOTA 4 – DISPONIBILIDADES E APLICAÇÕES

O saldo desta rubrica a 31 de Dezembro analisa-se como segue:

DISPONIBILIDADES E OUTRAS APLICAÇÕES		
	2011	2010
Depósito à ordem no estrangeiro	5.623.068	2.397.989
Notas e moedas estrangeiras em caixa	38.667	39.679
Disponibilidades	5.661.735	2.437.668
Aplicações	12.583.617	17.958.235
	18.245.352	20.395.903

Fonte: Banco de Cabo Verde.

A variação negativa verificada na rubrica “Disponibilidades e aplicações” deve-se, fundamentalmente, à cedência de divisas às instituições de crédito, no quadro da execução da política monetária, e aos pagamentos correntes ao exterior, pese embora o efeito da apreciação nominal do dólar americano.

As sub-rubricas “Depósitos à ordem no estrangeiro” e “Aplicações” reflectem, essencialmente, os depósitos junto de Bancos Centrais e Comerciais sedeados na União Europeia e nos Estados Unidos da América, conforme se descreve:

	2011	2010
Depósitos à ordem		
EUR	3.731.905	2.121.515
USD	1.888.450	273.111
Outros	2.664	3.297
Juros	49	66
Total	5.623.068	2.397.989
Aplicações		
EUR	8.733.318	10.734.627
USD	3.849.750	7.215.394
Juros de aplicações	549	8.214
	12.583.617	17.958.235

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Os saldos destas contas encontram-se actualizados ao câmbio médio das divisas a 31 de Dezembro de 2011.

NOTA 5 – TÍTULOS ESTRANGEIROS

	2011	2010
Activos financeiros disponíveis para venda	9.202.386	0
De Instituições Financeiras - Obrigações	6.202.386	0
De Emissores Públicos Estrangeiros - Obrigações do Tesouro	3.355.774	0
De Outros Emissores Públicos Estrangeiros - Obrigações	163.760	0
Activos financeiros disponíveis para negociação	0	11.177.550
De Instituições Financeiras - Obrigações	0	6.486.155
De Emissores Públicos Estrangeiros - Obrigações do Tesouro	0	4.691.395

Fonte: Banco de Cabo Verde.

A gestão da carteira de títulos estrangeiros é efectuada pelo Banco Central do Luxemburgo, ao abrigo do acordo celebrado com o Banco de Cabo Verde a 14 de Setembro de 2002, o qual tem vindo a ser sucessivamente actualizado (última adenda data de 2010). No período, a carteira de títulos estrangeiros foi reclassificada para a categoria de “Activos financeiros disponíveis para venda” para reflectir, de forma mais apropriada, a intenção da Administração na gestão desses activos.

As obrigações da carteira de activos financeiros disponíveis para venda são denominadas em euros e vencem juros a taxas que variam entre 1,25 e 5,25 por cento e com prazos de vencimento conforme o quadro que se segue:

TÍTULOS ESTRANGEIROS

Em 31-12-2011

	em milhares de escudos				
	até 1 mês	1 a 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	Total
Activos disponíveis para venda					
<i>Floating Rate Note</i>		1.100.153	276.808	2.487.412	3.864.372
<i>Bonds</i>		1.362.193	977.374	3.517.981	5.857.548
<i>Zero Bonds</i>					0
Total	0	2.462.346	1.254.182	6.005.393	9.721.920

Em 31-12-2010

	até 1 mês	1 a 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	Total
Activos financeiros detidos para negociação					
<i>Floating Rate Note</i>		494.981		3.197.145	3.692.126
<i>Bonds</i>	687.707	1.261.129	1.075.088	4.189.653	7.213.576
<i>Zero Bonds</i>			271.847		271.847
Total	687.707	1.756.110	1.346.936	7.386.798	11.177.550

Fonte: Banco de Cabo Verde.

O decréscimo registado no período em análise deve-se, essencialmente, ao vencimento de títulos.

NOTA 6 – ACTIVOS SOBRE ORGANISMOS INTERNACIONAIS

O saldo desta rubrica a 31 de Dezembro analisa-se como segue:

	2011	2010
Activos sobre Organismos Internacionais ME		
Fundo Monetário Internacional	1.260.883	861.051
Direitos de Saque Especiais Afreximbank	655.774	2.166.280
Realizado	85.550	127.490
Não realizado	(51.330)	(49.819)
	1.950.877	3.105.003

Fonte: Banco de Cabo Verde.

O activo sobre Organismos Internacionais em moeda estrangeira traduz o contravalor em CVE da quota de Cabo Verde no FMI, no valor de SDR 9.600.000, valorizado ao câmbio a 31 de Dezembro de 2011.

Em 2011, a redução do valor relevado em “Direitos de Saque Especiais” (SDR) refere-se, essencialmente, à amortização do empréstimo FMI, no âmbito do *Poverty Reduction and Growth Facility* (ver nota 14).

No período, os juros recebidos sobre as disponibilidades junto do FMI ascendem a SDR 26.682, cerca de CVE 3.293 milhares, tendo as comissões suportadas sobre a atribuição cumulativa e empréstimo atingido os SDR 39.574, correspondentes a CVE 4.891 milhares.

O saldo referente à participação no Afreximbank representa o contravalor em milhares

de CVE da participação de USD 1.000.000, à taxa de câmbio em vigor a 31 de Dezembro de 2011. Deste total, USD 400.000 encontram-se realizados. A participação detida não confere direito ao controlo ou influência significativa nas decisões desse organismo, o que determina a sua contabilização, de acordo com a IAS 39, como Disponível para Venda.

A participação vinha sendo mensurada pelo justo valor, com base na informação publicada no relatório por aquela instituição. Na ausência de informações de mercado, o justo valor passou a ser o custo de aquisição, que traduz, de forma mais apropriada, a participação do Banco naquela instituição.

NOTA 7 – CRÉDITO AO ESTADO

	2011	2010
Crédito ao Estado		
Banco Africano de Desenvolvimento - BAD	88.498	88.498
Banco Mundial - BM	6.695	6.695
Associação Internacional p/ o Desenvolvimento - IDA	3.348	3.348
	98.541	98.541

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Esta rubrica reflecte os créditos concedidos ao Estado para subscrição de participações em Organismos Internacionais. Estes créditos não vencem juros e foram concedidos por prazo indeterminado.

NOTA 8 – CRÉDITO A OUTRAS ENTIDADES

	2011	2010
Crédito ao pessoal		
Crédito habitação (i)	381.070	361.293
Outros créditos ao pessoal	160.908	148.256
	541.978	509.549
Outros créditos	1.324	12.492
	543.302	522.041

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Nota: (i) vencem juros à taxa que varia entre os 2,5% e 11%.

O Banco concede créditos aos seus empregados no activo e reformados, a uma taxa inferior às taxas praticadas no mercado, nomeadamente crédito à habitação, ao consumo e por motivos de saúde, conforme regulamento interno. De acordo com as IFRS, os empréstimos concedidos abaixo da taxa de mercado devem ser registados no momento inicial ao justo valor. Por se tratar de um crédito com risco muito baixo, considerou-se que o valor nominal do crédito é o justo valor do empréstimo. Desta forma, o reconhecimento ao justo valor não tem impacto no balanço, sendo a diferença entre os juros nominais e os juros calculados de acordo com a taxa efectiva para o exercício em análise reconhecida nos proveitos de juros por contrapartida de “Custos com pessoal”. A taxa efectiva corresponde à média das taxas praticadas pelos bancos comerciais para créditos de baixo risco.

A sub-rubrica “Outros créditos ao pessoal” inclui crédito ao consumo concedido aos funcionários sob forma de adiantamento de vencimentos, no valor de CVE 147.430 mi-

lhares (vencem juros a taxas que variam entre 0% e 7,5%), crédito ao pessoal para finalidades diversas, no montante de CVE 8.564 milhares, e adiantamento por motivos de saúde e cumprimento de obrigações fiscais, nos montantes de CVE 3.658 e CVE 1.257 milhares, respectivamente (estes sem qualquer remuneração).

Os créditos para finalidades diversas incluem créditos para aquisição de automóvel, que vencem juros à taxa de dois por cento.

Os créditos à saúde, quando não justificados, vencem juros à taxa de redesconto em vigor na instituição que, em 2011, ascendeu a 7,5 por cento.

A rubrica “Outros créditos” reflecte o *Leasing* Financeiro no valor de CVE 1.324 milhares, referente a dois apartamentos arrendados, em regime de locação financeira, situados em Achada de S. António.

NOTA 9 – TÍTULOS NACIONAIS

No valor de CVE 7.556.950 milhares, esta rubrica acusa um decréscimo de 4,0 por cento, o qual se deve, por um lado, à alteração da estimativa decorrente da mudança do método de mensuração de justo valor para o custo de aquisição e, por outro, ao vencimento da terceira parcela das Obrigações do Tesouro. O saldo desta rubrica decompõe-se em:

	2011	2010
Do Estado de Cabo Verde		
Títulos Consolidados de Mobilização Financeira	4.738.590	4.870.515
Obrigações de Tesouro	2.800.000	2.812.557
Outros	18.360	186.434
De outros residentes	13.880	13.880
Imparidade acumulada	(13.880)	(13.880)
	7.556.950	7.869.506

Fonte: Banco de Cabo Verde.

A sub-rubrica “Títulos Consolidados de Mobilização Financeira” (TCMF) reflecte as unidades de participação no *International Support for Cabo Verde Stabilization Trust Fund* (CVDTF) detidas pelo Banco, criadas ao abrigo da lei n.º 69/V/98, no âmbito do processo da redução do peso da dívida interna e alavancagem da economia cabo-verdiana. Estas unidades de participação são remuneradas à taxa de 2,9 por cento (2010: 3,8 por cento) sobre 90 por cento do resultado líquido do CVDTF.

Não obstante o carácter de perpetuidade dos TCMF, o Estado obriga-se, ao abrigo do artigo 19º da lei acima referida, a adquiri-los num período máximo de 20 anos, a contar da data de aprovação da mesma lei.

A sub-rubrica “Obrigações do Tesouro”, no valor nominal de CVE 2.800.000 milhares (2010: CVE 3.080.000 milhares) refere-se às diversas obrigações emitidas em Agosto de 1999 pelo Estado de Cabo Verde, com o objectivo de liquidar os créditos titulados por Protocolos existentes a 31 de Dezembro de 1998. As diversas emissões detidas em carteira têm vencimento anual a partir de 2009 até 2021, no montante de CVE 280.000 milhares cada, sendo remuneradas à taxa do rendimento anual do CVDTF que, em 2011, foi de 3,2 por cento (2010: 4,13 por cento). No período, verificou-se a amortização da prestação, no montante de CVE 280.000 milhares.

A sub-rubrica “Outros” reflecte os 5 por cento do rendimento líquido do CVDTF referente ao exercício de 2011, que ascende a CVE 18.360 milhares. No período acusa uma variação significativa a qual se deve à alteração de estimativa do activo associado ao direito, nos termos da lei.

Por sua vez, a rubrica “De outros residentes” representa a participação detida pelo Banco na empresa SOCAPESCA, no montante de CVE 13.880 milhares. Encontra-se em situação de imparidade, dado que a empresa está em fase de liquidação.

NOTA 10 – INVESTIMENTO EM ASSOCIADAS

O saldo desta conta refere-se à participação do Banco, em 40 por cento, no capital social da SISP – Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamento- visando a promoção do desenvolvimento do sistema financeiro e do sistema de pagamentos em particular. Esta participação encontra-se registada pelo método de equivalência patrimonial com base nas informações, ainda não auditadas, enviadas pela SISP.

NOTA 11 – MEDALHÍSTICA E NUMISMÁTICA

O saldo desta conta refere-se às existências de medalhas e moedas comemorativas emitidas pelo Banco de Cabo Verde. O decréscimo registado no exercício de 2011 face ao ano anterior deve-se, essencialmente, à venda de material numismático aos coleccionadores.

NOTA 12 – IMOBILIZADO

No período o movimento desta rubrica apresenta-se como segue:

Em 31-12-2011

	<i>Software</i>	Imóveis	Equipamentos	Património artístico	TOTAL
Saldo em 31-12-2010	47.036	157.355	127.027	4.795	336.212
Custo de aquisição	96.112	374.810	419.012	4.795	894.728
Amortização acumulada	(49.075)	(217.455)	(291.985)	0	(558.516)
Movimentos em 2011	18.558	13.654	2.952	0	35.165
Aquisições	30.317	24.841	40.116	0	95.274
Venda/abate	0	0	(12.138)	0	(12.138)
Amortização do exercício	(11.759)	(11.187)	(37.126)	0	(60.072)
Anulação de amortização	0	0	12.100	0	12.100
Saldo em 31-12-2011	65.594	171.009	129.978	4.795	371.377

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Em 31-12-2010

	Software	Imóveis	Equipamentos	Património artístico	TOTAL
Saldo em 31-12-2009	19.416	163.012	83.056	4.624	270.108
Custo de aquisição	61.950	369.280	353.367	4.624	789.220
Amortização acumulada	(42.534)	(206.268)	(270.310)	0	(519.112)
Movimentos em 2010	27.620	(5.657)	43.970	171	66.104
Aquisições	34.162	5.530	70.720	171	110.583
Venda/abate	0	0	(5.075)	0	(5.075)
Amortização do exercício	(6.542)	(11.187)	(26.750)	0	(44.478)
Anulação de amortização	0	0	5.075	0	5.075
Saldo em 31-12-2010	47.036	157.355	127.027	4.795	336.212

Fonte: Banco de Cabo Verde.

De salientar que, em 2005, o Banco abateu as despesas incorridas com o projecto da Nova Sede do Banco, no valor de CVE 116.583 milhares, conforme deliberação do CA.

Adicionalmente, à data do balanço, o montante de CVE 3.775 milhares relativo ao terreno da propriedade Laranja, arrematado em hasta pública em Março de 1997, não se encontra reconhecido no imobilizado.

NOTA 13 – OUTROS

	2011	2010
Operações cambiais com a SISP	42.530	104.988
Outros	431.459	22.368
	473.989	127.356

Fonte: Banco de Cabo Verde.

A rubrica “Operações cambiais com a SISP” reflecte o contravalor em CVE da compra antecipada de moeda estrangeira pela SISP, conforme deliberação do Conselho de Administração.

A rubrica “Outros” representa saldos a regularizar provenientes de diversas operações activas, nomeadamente, a 3ª prestação do reembolso de Obrigações do Tesouro, no valor de CVE 280.000 milhares, os juros de Obrigações do Tesouro, no montante de CVE 97.636 milhares, as receitas a receber da actividade de supervisão, de CVE 3.916 milhares e as despesas antecipadas com custos administrativos, no valor de CVE 6.656 milhares. Inclui, ainda, diversas operações activas a regularizar, no montante de CVE 6.158 milhares, bem como o valor de CVE 2.917 milhares referente à caixa ATM.

NOTA 14 – NOTAS E MOEDAS EM CIRCULAÇÃO

	2011	2010
Notas e moedas emitidas	(13.074.715)	(15.625.149)
Notas em caixa	3.506.170	5.705.370
Moeda metálica em caixa	17.163	15.486
Notas e moedas em trânsito	1.566	20.076
	(9.549.816)	(9.884.217)

Fonte: Banco de Cabo Verde.

A rubrica “Notas e moedas em circulação” corresponde à diferença entre o valor das notas e moedas emitidas e o valor das notas e moedas existentes na Tesouraria e em trânsito. A variação verificada nas “Notas e moedas em trânsito” deve-se à remessa, em 2010, de notas para efeitos de testes.

A seguir é apresentada a distribuição de notas e moedas, por denominação, em circulação:

	31-12-2011		31-12-2010	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
NOTAS	6.881.254	9.060.827	7.067.678	9.419.467
200\$00	1.328.400	265.680	1.282.314	256.463
500\$00	623.855	311.927	638.206	319.103
1.000\$00	2.317.462	2.317.462	2.371.521	2.371.521
2.000\$00	2.297.309	4.594.618	2.468.602	4.937.203
5.000\$00	314.228	1.571.140	307.036	1.535.178
MOEDAS	45.987.983	488.989	42.802.030	464.750
1\$00	26.195.043	26.195,0	24.037.932	24.038
5\$00	6.944.008	34.720,0	6.503.889	32.519
10\$00	5.113.627	51.136,3	4.911.987	49.120
20\$00	3.661.538	73.230,8	3.474.674	69.493
50\$00	2.351.866	117.593,3	2.233.139	111.657
100\$00	1.651.658	165.165,8	1.570.387	157.039
200\$00	52.044	10.408,8	52.237	10.447
250\$00	11.213	2.803,3	10.800	2.700
1.000\$00	6.486	6.486,0	6.486	6.486
2.500\$00	500	1.250,0	500	1.250
	52.869.237	9.549.816	49.869.708	9.884.217

Fonte: Banco de Cabo Verde.

NOTA 15 – RESPONSABILIDADES PARA COM O EXTERIOR

	2011	2010
Responsabilidades para com o exterior ME		
Atribuição cumulativa-FMI	(1.204.233)	(1.172.405)
Depósitos à Ordem - FMI	(1.131.701)	(1.106.641)
Empréstimo de m/l prazo Org. Internacionais	(503.565)	(711.216)
	(2.839.499)	(2.990.262)
Responsabilidades para com o exterior MN		
Depósitos à Ordem	(622.974)	(581.157)
	(3.462.473)	(3.571.419)

Fonte: Banco de Cabo Verde.

A sub-rubrica “Atribuição cumulativa – FMI” reflecte a responsabilidade referente à atribuição dos Direitos de Saque Especiais perante o FMI (SDR 9.168.679), decorrente da participação naquele Organismo Internacional. A variação no período deve-se à flutuação cambial.

A sub-rubrica “Empréstimo de médio e longo prazo Organismos Internacionais” regista o financiamento concedido pelo FMI, no âmbito do *Poverty Reduction and Growth Facility*, por um período de 10 anos, com 5,5 anos de carência e vence juros à taxa de 0,5 por cento a.a..

Em 2011 apresenta um saldo de SDR 3.834.000 (CVE 503.565 milhares), tendo registado um decréscimo de 29,2 por cento face a 2010, o qual se deve ao efeito da amortização das catorze prestações do empréstimo obtido junto do FMI em 2002, no valor de SDR 1.728.000, tendo suportado comissões, no montante de SDR 39.574, equivalente a CVE 4.891 milhares.

A rubrica “Responsabilidades para com o exterior MN” representa os depósitos à ordem em moeda nacional de Organismos Internacionais junto do Banco. O acréscimo registado em 2011 deve-se, essencialmente, ao reforço do depósito da CEDEAO, no âmbito do protocolo sobre *prélèvement communautaire*.

NOTA 16 – RESPONSABILIDADES PARA COM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

O saldo desta rubrica decompõe-se como segue:

	2011	2010
Responsabilidades p/c/ Instituições Financeiras MN		
Depósitos à ordem	(14.596.045)	(12.226.731)
Facilidades permanentes de liquidez - absorção	0	(3.500.000)
Operações passivas de política monetária	(1.742.520)	(3.365.830)
Títulos de Intervenção Monetária	(1.199.581)	(747.818)
Títulos de Regularização Monetária	(542.939)	(2.618.012)
	(16.338.565)	(19.092.561)
Responsabilidades p/c/ Instituições Financeiras ME		
Depósitos à ordem	(1.340)	(1.333)
	(16.339.905)	(19.093.894)

Fonte: Banco de Cabo Verde.

A sub-rubrica “Depósitos à ordem MN” traduz os depósitos em CVE constituídos pelas instituições financeiras, que servem o duplo objectivo de conta de liquidação e de retenção das disponibilidades mínimas de caixa (DMC), os quais não são remunerados. O regime de reservas mínimas de caixa visa, essencialmente, a estabilização das taxas de juro do mercado monetário e maior eficiência dos instrumentos de transmissão da política monetária. Constituem base de incidência das DMC as responsabilidades por depósitos e outras responsabilidades para com residentes e não residentes, em moeda nacional e estrangeira, com excepção das com o BCV e com as outras instituições sujeitas a DMC, conforme a Circular Série A, nº 157 de 08-11-2010.

A sub-rubrica “Facilidades permanentes de liquidez – absorção” apresenta um saldo nulo, o qual se deve à maturidade dos depósitos *overnight*.

A sub-rubrica “Operações passivas de política monetária” reflecte as aplicações em Títulos de Intervenção Monetária (TIM), com o objectivo de absorver e remunerar os excedentes de liquidez, por um prazo até 1 ano, bem como em Títulos de Regularização Monetária (TRM) de muito curto prazo (até 14 dias), que, para além de absorver e remunerar a liquidez excedentária, tem o objectivo de diminuir a volatilidade das taxas de juro no mercado monetário interbancário.

No período, os TRM e os TIM foram remunerados à taxa média de 4,3 e 6,2 por cento, respectivamente.

A sub-rubrica “Depósitos à ordem ME” releva o contravalor dos depósitos à ordem em moeda estrangeira constituídos pelas instituições financeiras no Banco.

	2011	2010
Responsabilidades p/c/ o Estado MN		
Tesouro-Conta Caixa	(3.924.002)	(3.679.635)
Tesouro-Conta Investimento	(2.102.676)	(2.436.719)
Tesouro- Credores	(182.495)	0
Tesouro-Fundo de Reg. Dívida Pública Interna	(22.182)	(22.182)
	(6.231.355)	(6.138.536)
Responsabilidades p/c/ o Estado ME		
Tesouro-Conta Investimento	(539.134)	(1.012.129)
Tesouro-Fundo de Reg. Dívida Pública Interna - CVTF	(340)	(330)
	(539.474)	(1.012.459)
	(6.770.829)	(7.150.995)

Fonte: Banco de Cabo Verde.

NOTA 17 – RESPONSABILIDADES PARA COM O ESTADO

A rubrica “Responsabilidades p/c/o Estado MN” reflecte, basicamente, os depósitos à ordem do Estado enquanto caixa do Tesouro (art. 29º da Lei Orgânica do BCV) e os depósitos relativos a Projectos do Tesouro financiados por instituições estrangeiras, os quais não são remunerados. A sub-rubrica “Credores” reflecte o depósito cativo do Tesouro junto do Banco.

A rubrica “Responsabilidades p/c/o Estado ME” representa o contravalor de depósitos à ordem em moeda estrangeira de Projectos do Tesouro financiados por instituições estrangeiras, não remunerados.

NOTA 18 – RESPONSABILIDADES PARA COM PENSÕES E OUTROS BENEFÍCIOS

Os empregados admitidos pelo Banco até Setembro de 1993, bem como todos os seus Administradores, beneficiam de pensões de reforma e de sobrevivência de benefício definido. Os empregados admitidos pelo Banco após Setembro de 1993 encontram-se abrangidos pelo Regime de Previdência Social.

Adicionalmente, os empregados e Administradores do Banco beneficiam, durante o período de vida activa e, para os empregados admitidos até Setembro de 1993 e para os Administradores, na reforma, de um plano de assistência médica, no exterior e a nível nacional.

Por fim, será ainda de salientar a responsabilidade do Banco para com o pagamento de antiguidade aos trabalhadores no activo, quando estes completam 10, 20 e 30 anos ao serviço da instituição, correspondente a um, dois ou três salários mensais, respectivamente.

O Banco adopta como política contabilística para o reconhecimento das suas responsabilidades com estes complementos, os critérios consagrados pelo IAS19.

Os quadros que se seguem representam a evolução das responsabilidades com pensões e outros benefícios e as informações utilizadas nos cálculos actuariais.

Cálculo Actuarial e Movimentos no Período

	Pensão de Reforma	Pensão de Sobre- vivência	Fundo Assitência Médica	Prémio de Antiqui- dade	Total
Valor presente das obrigações actuariais a 31.12.2009	2.934.070	193.575	258.734	32.017	3.418.397
Custos dos Serviços Correntes	43.245	2.010	9.225	2.015	56.496
Custo dos Juros	176.044	11.615	12.937	1.921	202.516
Contribuição dos Participantes	6.818	0	6.356	0	13.173
(Ganhos) e Perdas Actuariais	165.073	11.044	0	(129)	175.988
Pagamento de Benefícios	(125.524)	(12.146)	(41.609)	(3.239)	(182.518)
Valor presente das obrigações actuariais a 31.12.2010	3.199.726	206.098	245.643	32.586	3.684.053
Custos dos Serviços Correntes	53.950	2.359	8.983	1.864	67.156
Custo dos Juros	159.986	10.305	14.739	1.629	186.659
Contribuição dos Participantes	7.063	0	7.150	0	14.212
(Ganhos) e Perdas Actuariais	(191.243)	18.715	80.831	(866)	(92.563)
Pagamento de Benefícios	(127.414)	(13.975)	(28.923)	(3.010)	(173.322)
Valor presente das obrigações actuariais a 31.12.2011	3.102.069	223.503	328.422	32.203	3.686.197

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Ganhos e Perdas Actuariais Reconhecidos em Outro Rendimento Integral

	Pensão de Reforma	Pensão de Sobre- vivência	Fundo Assitên- cia Médica	Prémio de Antiquidade	Total
Reconhecimento em 2010	165.073	11.044	0	0	176.117
Reconhecimento em 2011	(191.243)	18.715	80.831	0	(91.697)

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Despesas Reconhecidas no Resultado do Exercício (ver Nota 28)

Em 31.12.2011

	Pensão de Reforma	Pensão de So- brevivência	Fundo Assitência Médica	Prémio de Antiquidade	Total
Custos dos Serviços Correntes	53.950	2.359	8.983	1.864	67.156
Custo dos Juros	159.986	10.305	14.739	1.629	186.659
Ganhos e perdas actuariais				(866)	(866)
Custo Total	213.937	12.664	23.722	2.627	252.949

Em 31.12.2010

	Pensão de Reforma	Pensão de Sobrevivência	Fundo Assitência Médica	Prémio de Antiquidade	Total
Custos dos Serviços Correntes	43.245	2.010	9.225	2.015	56.496
Custo dos Juros	176.044	11.615	12.937	1.921	202.516
Ganhos e perdas actuariais				(129)	(129)
Custo Total	219.289	13.625	22.162	3.808	258.884

Fonte: Banco de Cabo Verde..

ESTUDO ACTUARIAL BCV 2010/2011 - PRESSUPOSTOS UTILIZADOS

	Fundo Pensões	Pressupostos
Pressupostos		
Actuariais		
Tabela de Mortalidade	TV73/77 100,0%	
Tabela de Invalidez	EKV80 50,0%	
Tabela de <i>Turnover</i>	PCRTurnOver 100,0%	
Financeiros		
Taxa de Crescimento Salarial		2,50%
Taxa de Actualização das Pensões		3,00%
Taxa de Crescimento das Pensões		1,50%
Dados Gerais		
Idade Normal de Reforma	A definida na NAP 20/90	
Número de Pagamentos do Benefício	12+1	
Número de Pagamentos do Salário		12
Percentagem de casados		80%
Diferença de Idades		3
Pressupostos	Assistência Médica	
Actuariais		
Tabela de Mortalidade	TV73/77 100,0%	
Tabela de Invalidez	EKV80 50,0%	
Tabela de <i>Turnover</i>	PCRTurnOver 100,0%	
Financeiros		
Taxa de Crescimento Salarial		2,50%
Taxa de Inflação das Desp. Médicas		3,00%
Dados Gerais		
Idade Normal de Reforma	A definida na NAP 20/90	
Comparticipação (Trab 2%+BCV 3%)		5,00%
Número de Pagamentos do Salário		12
Número de Pagamentos de Pensão	12+1	
Pressupostos	Prémio Antiguidade	
Actuariais		
Tabela de Mortalidade	TV73/77 100,0%	
Tabela de Invalidez	EKV80 50,0%	
Tabela de <i>Turnover</i>	PCRTurnOver 100,0%	
Financeiros		
Taxa de Crescimento Salarial		2,50%

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Notas: (1) Tabelas reproduzidas a partir dos Relatórios Actuariais (Março 2012) - PCReal e Lourde Afonso;

(2) Segundo os Consultores, foram refeitos os estudos actuariais com referência a 2010 usando os mesmos pressupostos de 2011.

População	2011			2010		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
BCV	104	98	202	106	99	205
Colaborador	37	45	82	40	45	85
Efectivo	29	40	69	30	39	69
Licença Ilimitada	7	4	11	9	5	14
Requisitado	1	1	2	1	1	2
Pensionista	1	24	25	1	23	24
Pensionista - Orfandade		3	3		3	3
Pensionista - Viuvez	1	21	22	1	20	21
Reformado	66	29	95	65	31	96
Reformado Velhice	66	29	95	65	31	96
INPS	30	38	68	22	32	54
Colaborador	30	38	68	22	32	54
Comissão Especial Serviço		2	2			0
Contratado	10	9	19	5	5	10
Efectivo	15	26	41	15	26	41
Licença Ilimitada	1		1	1		1
Requisitado	4	1	5	1	1	2
Total	134	136	270	128	131	259

Fonte: Banco de Cabo Verde.

NOTA 19 – OUTROS PASSIVOS

	2011	2010
Exigibilidades diversas	(326.426)	(332.371)
Custos a pagar	(51.637)	(41.686)
Receitas com proveito diferido	(14.893)	(14.958)
Outras contas de regularização passiva	(41.705)	(19.684)
	(434.661)	(408.699)

Fonte: Banco de Cabo Verde.

A rubrica “Exigibilidades diversas” inclui:

- CVE 296.341 milhares referentes às notas retiradas de circulação cuja responsabilidade do Banco perante os detentores permanece até expirar o respectivo prazo de prescrição de 10 anos, conforme art.º 9º da Lei Orgânica;
- CVE 29.757 milhares relativos à aplicação de 2% sobre os prémios simples de seguro automóvel obrigatório que serve para cobertura de sinistros (quando o responsável é desconhecido, ou não beneficie de seguro válido ou ainda tenha sido declarado a falência da seguradora), no âmbito do “Fundo de Garantia Automóvel”. O Fundo de Garantia Automóvel integrou-se no Banco de Cabo Verde por imposição do Decreto-lei nº 56/96 de 26 de Dezembro, subsidiariamente pelo Decreto-lei nº 17/2003, não tendo o Banco qualquer responsabilidade para com o Fundo de Garantia Automóvel, para além do valor acima registado; e
- CVE 328 milhares respeitantes ao abono para falhas concedido aos funcionários de caixas de tesouraria.

A rubrica “Custos a pagar” inclui a especialização de custos administrativos no valor de CVE 43.029 milhares e as comissões a pagar relativas à gestão da carteira pelo Banco Central do Luxemburgo, no montante de CVE 8.608 milhares.

A rubrica “Receitas com proveitos diferidos” agrega as transferências de valores à guarda registados em contas Extrapatrimoniais para o activo (Numismática). A regularização desta conta é efectuada aquando da venda do material numismático.

A rubrica “Outras contas de regularização passiva”, no valor de CVE 41.705 milhares, reflecte diversos valores aguardando regularização para serem integrados nas respectivas contas, nomeadamente, o valor de CVE 21.584 milhares correspondente à diferença de saldos de compensação que será regularizado no primeiro dia útil seguinte e as rendas de propriedades, no montante de CVE 3.193 milhares.

NOTA 20 – CAPITAIS PRÓPRIOS

Capital

De acordo com a Lei Orgânica, o capital do Banco, no valor de CVE 200.000 milhares, foi integralmente subscrito e realizado pelo Estado de Cabo Verde.

Reserva de reavaliação

A reserva de reavaliação, no valor de CVE 26.128 milhares, acusa uma variação negativa significativa face a 2010, reflectindo a alteração de estimativa dos títulos nacionais decorrente da mudança do método de mensuração de justo valor, passando a ser custo.

Resultado transitado

O montante de CVE 1.120.757 milhares negativos reflecte, essencialmente, as alterações de políticas contabilísticas resultantes da convergência para as orientações técnicas relativas ao reconhecimento e mensuração dos activos, baseadas nas Normas Internacionais de Relato Financeiro, nomeadamente o IAS 19 – Benefícios aos empregados- conforme descrito na Nota 3.3.

Os movimentos ocorridos nas rubricas de reservas e resultados transitados foram os seguintes:

	2011	2010
Reservas de reavaliação		
Saldo em 1 de Janeiro	(160.371)	(314.552)
Variação justo valor ADPV*	134.243	154.181
	(26.128)	(160.371)
Resultados transitados		
Saldo em 1 de Janeiro	1.202.650	602.313
Resultado líquido ano anterior	9.804	(417.050)
(Ganhos) e perdas reconhecidos em Outros Rendimentos Integral	(91.697)	176.117
Ajustamentos em responsabilidades com Pensões e outros benefícios	0	873.575
Outros valores	0	(32.305)
	1.120.757	1.202.650

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Nota: * Activos financeiros disponíveis para venda

NOTA 21 – RESULTADO LÍQUIDO DE JUROS E DE CUSTOS E PROVEITOS EQUIPARADOS

	2011	2010
Juros e proveitos equiparados		
Operações com o exterior		
Títulos Estrangeiros		
Instituições Financeiras - Obrigações	(203.307)	(179.045)
Emissores Públicos Estrangeiros - Obrigações do Tesouro	(116.116)	(107.329)
Outros Emissores Públicos Estrangeiros - Obrigações	(2.875)	0
Outros não Residentes - Obrigações	0	(2.900)
	(322.298)	(289.274)
Depósitos a Prazo	(78.162)	(70.168)
Depósitos à ordem	(9.399)	(18.834)
Outros	(3.293)	(2.627)
	(413.152)	(380.903)
Operações com residentes		
Títulos nacionais		
Obrigações de Tesouro	(97.636)	(138.768)
Direito a receber dos 5% do CV <i>Trust Fund</i>	(18.362)	(24.163)
	(115.998)	(162.931)
Crédito ao Pessoal		
Crédito habitação	(21.253)	(18.352)
Outros créditos	(14.560)	(7.644)
	(35.812)	(25.996)
Crédito às Instituições Financeiras	(61.723)	(16.897)
Crédito a outras entidades	(787)	(1.897)
	(214.320)	(207.721)
	(627.473)	(588.624)
Juros e custos equiparados		
Responsabilidades para com o Exterior		
Juros de empréstimo m/l/p Organismos Internacionais	0	103
	0	103
Responsabilidades para com Residentes		
Responsabilidades para com Instituições Financeiras		
Título de Regularização Monetária	61.659	138.406
Facilidades permanentes de absorção de liquidez	5.938	7.803
Título de Intervenção Monetária	4.220	12.195
	71.817	158.404
Responsabilidades para com o Estado	1.572	391
	73.389	158.795
	73.389	158.898
Resultado líq.de juros e de custos e proveitos equiparados	(554.083)	(429.725)

Fonte: Banco de Cabo Verde.

O acréscimo do “Resultado líquido de juros e de custos e proveitos equiparados” deve-se, essencialmente, à diminuição dos custos com a execução da política monetária, ao maior recurso das Instituições Financeiras às facilidades de cedência de liquidez e a acordos de recompra, bem como ao aumento dos juros de títulos estrangeiros.

Os juros de títulos nacionais decrescem em 28,8 por cento, reflectindo a menor remuneração do CVDTF no período (2011: 3,8 por cento; 2010: 4,1 por cento).

Em 2011, as taxas médias de emissão dos títulos de operações passivas de política monetária atingem: TIM: 6,2 por cento (2010: 4,4 por cento); TRM: 4,3 por cento (2010: 4,3 por cento) e Taxa de absorção de liquidez: 1,8 por cento (2010: 1,8 por cento).

A rubrica “Responsabilidades para com o Estado” espelha os juros de Bilhetes do Tesouro para apoio à política monetária e os juros referentes ao *stock* financeiro.

NOTA 22 – RESULTADO LÍQUIDO EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS

	2011	2010
Resultado realizado em operações cambiais	42.484	(44.897)
Ganhos em operações financeiras		
Não realizados	(28.708)	(130.847)
Realizados	(407)	(1.465)
Ganhos realizados em outros valores activos	(1.147)	(831)
	(30.262)	(133.142)
Perdas em operações financeiras		
Não realizadas	74.673	300.297
Realizadas	3.615	17.075
	78.288	317.372
Resultado líquido em operações financeiras	90.509	139.333

Fonte: Banco de Cabo Verde.

A melhoria do “Resultado líquido em operações financeiras” deve-se à diminuição das perdas, pese embora a diminuição dos ganhos em operações financeiras, e à variação negativa do resultado em operações cambiais, associada às menos-valias apuradas na efectivação de operações em dólares.

A variação dos ganhos e perdas em operações financeiras fica a dever-se, essencialmente, à reclassificação dos activos financeiros detidos para negociação para a categoria de activos financeiros disponíveis para venda através de reservas de reavaliação.

Os “Ganhos realizados em outros valores activos” reflectem o reconhecimento das mais-valias na venda de material numismático.

NOTA 23 – RESULTADO LÍQUIDO DE COMISSÕES

	2011	2010
Comissões recebidas		
Transacções de intermediação	(10)	(891)
	(10)	(891)
Comissões pagas		
Gestão de fundo	34.405	34.226
Atribuição cumulativa - FMI	4.891	3.117
Outras	1.893	1.868
	41.189	39.211
Resultado líquido de comissões	41.179	38.320

Fonte: Banco de Cabo Verde.

As “Transacções de intermediação” reflectem as comissões provenientes de ordens de pagamento do exterior a favor de clientes de instituições de crédito.

A “Gestão do fundo” refere-se à comissão paga no âmbito do contrato de gestão da carteira assinado com o Banco Central do Luxemburgo, enquanto as “Outras” reflectem as despesas com os correspondentes.

NOTA 24 – RENDIMENTO DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

	2011	2010
Títulos nacionais		
Títulos Consolidados de Mobilização Financeira	(133.632)	(174.294)
Activos sobre Organismos Internacionais	(1.938)	0
	(135.570)	(174.294)

Fonte: Banco de Cabo Verde.

O decréscimo dos “Rendimentos de instrumentos de capital” reflecte a remuneração dos TCMF's a uma taxa inferior à de 2010 (2011: 2,9 por cento; 2010: 3,8 por cento).

A sub-rubrica “Activos sobre Organismos Internacionais” reflecte o dividendo da participação no *Afreximbank*.

NOTA 25 - RESULTADO EM EMPRESAS ASSOCIADAS

Reflecte a apropriação do resultado líquido da Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamento, na proporção da participação do BCV naquela instituição.

NOTA 26 - RESULTADOS DE REAVLIAÇÃO CAMBIAL

	2011	2010
Ganhos não realizados em operações cambiais		
Ganhos em reservas cambiais	(1.539.933)	(2.048.689)
Perdas não realizadas em operações cambiais		
Perdas em reservas cambiais	1.458.894	1.751.864
	(81.038)	(296.824)

Fonte: Banco de Cabo Verde.

A variação verificada deve-se à reavaliação de activos e passivos denominados em dólares, ao câmbio médio à data das demonstrações financeiras (2011: 85,550; 2010: 83,031).

NOTA 27 - OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

	2011	2010
Outros proveitos e ganhos de exploração		
Receitas da actividades de Supervisão	(19.772)	(25.313)
Outros proveitos e ganhos operacionais	(8.304)	(6.504)
	(28.075)	(31.817)
Outros custos e perdas de exploração		
Subsídios e Donativos	3.308	3.794
Contribuição p/assistência financeira internacional	0	2.635
Outros custos e perdas operacionais	437	862
	3.745	7.291
Outros resultados de exploração	(24.330)	(24.527)

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Os “Outros proveitos e ganhos operacionais” espelham, basicamente, as receitas provenientes de multas e encargos cobrados por transporte ilegal de valores, ao abrigo do Decreto-lei 25/98, no valor de CVE 813 (2010: CVE 1.594 milhares).

A sub-rubrica “Subsídios e donativos” agrega os apoios concedidos às actividades de carácter cultural e artístico e de promoção social.

Por sua vez, a sub-rubrica “Outros custos e perdas operacionais” representa, particularmente, os custos e prejuízos relacionados com as ordens de pagamento de S. Tomé.

NOTA 28 - CUSTOS COM PESSOAL

	2011	2010
Remunerações		
De empregados	248.911	228.990
De órgãos de gestão e fiscalização	24.411	24.340
	273.322	253.330
Encargos sociais		
Pensões de reforma (ver Nota 18)	213.937	219.289
Pensões de sobrevivência (ver Nota 18)	12.664	13.625
Assistência médica (ver Nota 18)	23.722	22.162
Prémio de antiguidade (ver Nota 18)	2.627	3.808
Contribuição para Previdência Pública	17.428	14.144
Outros	5.980	5.897
	276.358	278.924
Outros custos com pessoal	51.641	40.468
	601.321	572.722

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Os custos com pessoal acusam um acréscimo de 4,98 por cento face a 2010, o qual se deve à actualização salarial, à política de promoção e progressão na carreira e ao reforço do quadro de pessoal.

Os “Encargos sociais” referem-se a:

- Custos dos serviços corrente e de juros, decorrentes do estudo actuarial de 2011, com pensões de reforma e sobrevivência, assistência médica e prémio de antiguidade;
- Encargos para a Previdência Social, que são comparticipados pelo Banco em 15 por cento.
- Outros encargos sociais, que incluem seguro de vida dos funcionários, no montante de CVE 4.318 milhares (2010: CVE 4.178 milhares), abono de família aos empregados que ingressaram na Instituição até 1993, no valor de CVE 733 milhares (2010: CVE 822 milhares), subsídios de funeral, no montante de CVE 610 milhares (2010: CVE 593 milhares) e custos com seguro de acidentes de trabalho, de CVE 320 milhares (2010: CVE 304 milhares).

A rubrica “Outros custos com pessoal” abarca os custos com formação e valorização do pessoal, no montante de CVE 19.117 milhares (2010: CVE 15.727 milhares), os custos com actividades de carácter social, no valor de CVE 5.884 milhares (2010: CVE 8.382 milhares), CVE 23.280 milhares (2010: CVE 14.496 milhares) relativos à bonificação de taxas de juro e CVE 3.360 milhares (2010: CVE 1.783 milhares) relacionados, essencialmente, com a melhoria das condições de salubridade nos locais de trabalho e avaliação dos imóveis para concessão de crédito à habitação aos funcionários.

NOTA 29 – FORNECIMENTO E SERVIÇOS DE TERCEIROS

	2011	2010
Fornecimentos de terceiros		
Água e electricidade	13.618	13.557
Material informático	4.994	5.626
Material de consumo corrente	2.415	3.309
Publicações	2.172	915
Outros	3.292	3.816
	26.491	27.223
Serviços de terceiros		
Comunicações	26.927	24.547
Honorários	28.729	19.604
Conservação e reparação	28.209	14.279
Serviços especializados	14.271	15.847
Deslocações, estadias e representações	9.273	12.763
Publicidade e edições	4.963	4.132
Outros	19.930	34.536
	132.303	125.708
	158.794	152.931

Fonte: Banco de Cabo Verde.

O saldo de “Honorários” inclui serviços de advogados, no montante de CVE 1.612 milhares (2010: CVE 1.267 milhares), os custos com os serviços de auditoria, no valor de CVE 5.558 milhares (2010: CVE 5.398 milhares) e os custos relacionados com serviços de consultoria, no montante de CVE 21.295 milhares (2010: CVE 11.626 milhares), associados, essencialmente, ao Estudo Diagnóstico e Modernização dos Instrumentos das Políticas e Práticas de Gestão dos Recursos Humanos do BCV, à assistência jurídica à Auditoria de Mercado de Valores Mobiliários, à consultadoria e formação para o novo plano de contas do sector segurador, ao projecto de desenvolvimento do sistema financeiro, entre outros.

	2011	2010
Custos com destruição de notas	2	718
Custos com emissão de notas e moedas	0	273
	2	991

Fonte: Banco de Cabo Verde.

NOTA 30 – CUSTOS COM EMISSÃO E DESTRUIÇÃO DE NOTAS E MOEDAS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2011	2010
Custos com destruição de notas	2	718
Custos com emissão de notas e moedas	0	273
	2	991

Fonte: Banco de Cabo Verde.

NOTA 31 – RESULTADO

NOTA 31.1 – RESULTADO DO EXERCÍCIO

O resultado do exercício ascende a CVE 142.878 milhares negativos e acusa um decréscimo significativo em relação a 2010, o qual se deve, essencialmente, à deterioração do resultado de reavaliação cambial, ao agravamento dos custos administrativos de funcionamento e à diminuição do rendimento de instrumentos de capital, não obstante o aumento do resultado de juros e de custos e proveitos equiparados.

NOTA 31.2 – RENDIMENTO INTEGRAL

A Demonstração do Rendimento Integral (DRI) tem como objectivo evidenciar o resultado económico do Banco, de modo a proporcionar maior transparência aos resultados. Na DRI são evidenciados os ganhos e perdas reconhecidos directamente no capital próprio, cujos itens estão demonstrados na nota 20.

NOTA 32 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na Demonstração de Fluxo de Caixa em moeda estrangeira, o item “Caixa e Equivalentes de Caixa” compreende, para além das notas e moedas em caixa, os depósitos à ordem e as disponibilidades junto do FMI.

NOTA 33 – CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS

Em 31 de Dezembro de 2011, as contas extrapatrimoniais apresentavam a seguinte discriminação:

	2011	2010
Garantias e avales prestados	(2.103)	(2.500)
Valores recebidos em caução	0	204.653
Valores recebidos em depósito	198.913	(51.954.439)
Crédito abatido ao activo	11.190	705.379
Outras contas extrapatrimoniais	(26)	(66.707.237)
Contas de regularização	10.927	86.983

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Os “Valores recebidos em caução” dizem respeito aos imóveis hipotecados ao Banco no âmbito dos créditos concedidos antes da separação do Banco Comercial do Atlântico.

A rubrica “Valores recebidos em depósito” inclui: (i) os títulos desmaterializados emitidos pelo Estado de Cabo Verde (OT, BT e TCMF), (ii) as promissórias do Estado a favor de organismos internacionais, e (iii) os títulos de participação no *Cabo Verde Development Trust Fund*.

O “Crédito abatido ao activo” representa créditos vencidos, totalmente provisionados, dos quais CVE 554.023 milhares relativos ao crédito de natureza comercial que, por força do protocolo assinado aquando da separação da vertente comercial em 1993, ficaram domiciliados no Banco de Cabo Verde, e CVE 151.398 milhares referentes ao crédito concedido sob forma de acordos de pagamentos bilaterais assinados com o Governo de Cuba (linha de crédito) em USD.

A rubrica “Outras contas extrapatrimoniais” inclui CVE 62.155.980 milhares referentes a notas e moedas prontas a emitir, que se encontram nos cofres do Banco.

A rubrica “Contas de Regularização” regista o saldo líquido de valores activos e passivos decorrentes do processo de cisão ocorrido em 1993, quando foram destacadas do Banco as vertentes comercial e de desenvolvimento, que deram origem ao Banco Comercial do Atlântico, em 1993. Naquela data, os valores encontravam-se em balanço a aguardar regularização, tendo sido decidido pelo Conselho de Administração retirar o saldo líquido dos valores activos e passivos do Balanço, por utilização de uma provisão, tendo sido relevados em extrapatrimoniais, por forma a reflectir os direitos e as responsabilidades inerentes ao BCV.

NOTA 34 – GESTÃO DE RISCO

O Banco de Cabo Verde possui competência exclusiva na definição e implementação da Política Monetária, visando garantir a estabilidade dos preços e assegurar a solidez e credibilidade do regime cambial. Este último impõe a constituição de um volume óptimo de reservas cambiais que permita garantir a plena convertibilidade do escudo cabo-verdiano.

Teoricamente, a protecção dos activos internos e externos de uma instituição exige a definição de políticas, procedimentos e sistemas de gestão de riscos adequados, sendo a metodologia de gestão e controlo de riscos adoptada, fundamental para garantir a fiabilidade da informação financeira.

A gestão das reservas externas do BCV pauta-se pelos princípios da Prudência, da Consciência e da Ética Profissional, que servem de orientação para a definição dos objectivos essenciais de gestão, nomeadamente, a Preservação do capital, a Liquidez e a Rendibilidade.

Por outro lado, a avaliação de riscos pelo Banco Central compreende o equilíbrio dos objectivos de política macroeconómica, tais como a política monetária e cambial, e os aspectos microeconómicos, como a definição de *benchmarks* e a avaliação da gestão.

A decisão de como se processa a separação de funções é da competência do Conselho de Administração do BCV, existindo uma clara divisão de responsabilidades entre o *Front Office* que assume os riscos financeiros, o *Back Office*, responsável pelo processamento de operações, e o *Middle Office*, que procede à avaliação e controlo de riscos.

Todo o processo, desde a avaliação, acompanhamento, controlo e informação sobre a exposição ao risco, é conduzido de forma independente entre aqueles que geram as actividades que originam o risco.

O BCV tem definidos dois importantes grupos de instrumentos financeiros com características e políticas de risco distintas, conforme áreas de negócios específicas:

- **Instrumentos financeiros destinados à gestão das Reservas Externas**

Para além do fim último de assegurar a credibilidade do regime cambial, as reservas externas têm também como objectivo garantir o pagamento da dívida externa soberana, enquanto caixa do Tesouro, contribuindo para reduzir a vulnerabilidade da economia a choques externos.

A sua gestão é realizada através da utilização de um conjunto de instrumentos financeiros que melhor se adequam aos objectivos de gestão. Estes instrumentos obedecem às Normas Orientadoras de Gestão de Reservas (NOGR), aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco, onde se encontra estabelecida uma carteira de referência que reflecte os objectivos e preferências, as restrições e limites a serem observados no processo de investimento.

- **Instrumentos financeiros destinados à execução da Política Monetária**

Com vista a assegurar o objectivo essencial de Política Monetária de garantir a estabilidade dos preços, o BCV dispõe de um quadro operacional de Política Monetária, aprovado pelo Conselho de Administração, com um conjunto de instrumentos de cedência e de absorção da liquidez bancária, com destaque para os Títulos de Regularização Monetária, Títulos de Intervenção Monetária, Facilidades Permanentes de Liquidez e Reservas Mínimas.

Enquanto autoridade monetária, o BCV não está sujeito às limitações decorrentes da gestão de activos e passivos em moeda nacional no controlo da liquidez do sistema financeiro.

As notas seguintes apresentam os principais riscos financeiros a que a gestão de reservas está exposta e a política de gestão adoptada.

NOTA 34.1 – RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez reflecte a impossibilidade ou dificuldade de mobilização de fundos num dado momento, ou a potencial incapacidade de financiar activos por prazos de maturidade e a taxas apropriadas, ou de liquidar atempadamente posições em carteira a preços razoáveis.

• Gestão de Reservas Externas

A política de gestão do risco de liquidez do BCV tem por objectivo garantir o cumprimento de todos os compromissos financeiros assumidos. Para o efeito, existe uma política de diversificação de vencimentos e definição de limites, visando garantir que os activos em carteira sejam transaccionados no mercado sem provocar movimentos bruscos nos respectivos preços.

A monitorização deste risco é efectuada através da análise da estrutura por prazos dos investimentos.

A 31 de Dezembro de 2011, data do reporte, a estrutura por tipo de investimentos apresentava a seguinte posição:

Instrumento	2011	
	ME	MN*
Depósito à Vista	95.132.898	10.490
Depósito a Prazo	69.778.576	7.694
Obrigações	88.161.521	9.721
Total	253.072.995	27.905

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Fonte: * valores em milhões de CVE.

• Política Monetária

As intervenções de Política Monetária do BCV são realizadas por via dos instrumentos de que dispõe e visam assegurar o equilíbrio da liquidez no sistema bancário e consequente estabilidade de preços.

O quadro seguinte reflecte a desagregação das intervenções de política monetária, por instrumentos, maturidade, taxa praticada e montante, a 31 de Dezembro.

Instrumento	Taxa	Montante (MECV)
TRM 7D	4,25%	1.200
TIM 28D	7,25%	445
TIM 43D	6,50%	100
FPA*	1,75%	-
Total Absorção		1.745
FPC**	7,25%	-
Reverse Repo 7D	-	-
Total Cedência		-

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Notas: * Facilidades Perm. Absorção;

** Facilidades Perm. Cedência

NOTA 34.2 – RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito encontra-se associado à possibilidade de incumprimento das obrigações de um dado emitente ou contraparte.

- **Instrumentos financeiros de gestão das Reservas Externas**

Conforme definido nas NOGR, as operações estão sujeitas a critérios de elegibilidade e limites de exposição. Existem limites por contraparte e para a carteira como um todo, que consideram o montante de recursos que pode ser aplicado em cada instituição, bem como o *rating* mínimo e o prazo máximo admissíveis.

A avaliação do risco de crédito é sustentada, essencialmente, na classificação das agências de *rating*, devendo os investimentos em títulos ser efectuados em activos e instituições com notação em, pelo menos, uma das seguintes instituições de *rating*: a *Standard & Poor's*, a *Moody's Investor Services* e a *Fitch Ratings*.

A 31 de Dezembro, a carteira de depósitos apresentava as seguintes características:

Estrutura por Contraparte:

Instituição	Investimento Acumulado (Milhões de ECV)	Investimento Acumulado	Limite*	Disponível	Peso
DZ Bank (Frankfurt)		0	14.073.347	14.073.347	0%
BNP Paribas		0	14.073.347	14.073.347	0%
BNP Paribas Paris		0			
BNP Fortis SA NV		0			
ING Group		0	14.073.347	14.073.347	0%
ING Luxembourg		0			
ING Belgium		0			
BBVA (Madrid)		0	14.073.347	14.073.347	0%
Credit Agricole (Paris)		0	14.073.347	14.073.347	0%
BCEE (Luxembourg)	977	8.864.286	14.073.347	5.209.061	6%
Bank of Nova Scotia (Canada)		0	14.073.347	14.073.347	0%
Banco Santander		0	14.073.347	14.073.347	0%
Banco Santander Madrid		0			
Banco Santander Totta		0			
Banco Santander London		0			
Citibank (New York)	115	1.038.610	14.073.347	13.034.738	1%
Société Générale (Paris)		0	14.073.347	14.073.347	0%
Commerzbank (Frankfurt)		0	14.073.347	14.073.347	0%
Svenska Handelsbanken (Stockholm)	426	3.864.286	14.073.347	10.209.061	3%
Danske Bank (Copenhagen)		0	14.073.347	14.073.347	0%
Den Norske Bank (Oslo)	551	5.000.000	14.073.347	9.073.347	4%
SEB (London)		0	14.073.347	14.073.347	0%
Rabobank (London)	551	5.000.000	14.073.347	9.073.347	4%
Lloyds Banking Group		0	14.073.347	14.073.347	0%
Lloyds TSB Bank		0			
Bank of Scotland		0			
Nordea AB (Stockholm)		0	14.073.347	14.073.347	0%
ANZ Banking Group	852	7.728.573	14.073.347	6.344.775	5%
Credit Suisse (Zurich)		0	14.073.347	14.073.347	0%
Total Bancos Privados	3.473	31.495.755			22%
Deutsche Bundesbank	1.103	10.000.000			7%
Banque de France	3.233	29.321.431			21%
De Nederlandsche Bank	5.971	54.150.000			38%
Bank for International Settlement		0			0%
Federal Reserve Bank of New York	1.738	15.766.288			11%
Total Bancos Centrais e Supragov.	12.045	109.237.719			78%
Total	15.518	140.733.474			100%

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Nota:* 10% da CL Global.

Estrutura por Rating

Instituição	País	S&P	Moody's	Fitch
Société Générale (Paris)	França	A1	P1	F1+
BNP Paribas (Paris)	França	A1+	P1	F1+
Commerzbank (Frankfurt)	Alemanha	A1	P1	F1+
Rabobank (London)	Reino Unido	A1+	P1	F1+
Svenska Handelsbanken (Stockholm)	Suécia	A1+	P1	F1+
Den Norske Bank (Oslo)	Noruega	A1	P1	F1
DZ Bank (Frankfurt)	Alemanha	A1+	P1	F1+
Crédit Agricole (Paris)	França	A1	P1	F1+
Banco Santander	ES/UK	A1+	P1	F1+
BCEE (Luxembourg)	Luxemburgo	A1+	P1	n.r
ANZ Banking Group	Reino Unido	A1+	P1	F1+
SEB (London)	Reino Unido	A1	P1	F1
BBVA (Madrid)	Espanha	A1	P1	F1
Danske Bank (Copenhagen)	Dinamarca	A1	P1	F1
Nordea AB (Stockholm)	Suécia	A1+	P1	F1+
Crédit Suisse (Zurich)	Suiça	A1	P1	F1

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Nota: n.r - not rated

A 31 de Dezembro, a Carteira de Títulos apresentava a seguinte composição:

Tipo de Instrumento	Rating	Moeda	Valor Nominal	Cupão	Emissor	Data de Maturidade
BDS>1	AAA	EUR	2.500.000	3,75%	FRENCH TREASURY NOTE	12-Jan-13
BDS>1	AAA	EUR	3.000.000	4,38%	EUROPEAN INVESTMENT BANK	15-Abr-13
BDS>1	AA-	EUR	3.000.000	5,25%	AUST & NZ BANKING GROUP	20-Mai-13
BDS>1	AAA	EUR	3.000.000	1,25%	KFW	17-Jun-13
BDS>1	AAA	EUR	2.000.000	2,00%	GCE COVERED BONDS	30-Sep-13
BDS>1	AAA	EUR	5.000.000	3,63%	EUROPEAN INVESTMENT BANK	15-Out-13
BDS>1	AAA	EUR	1.400.000	4,13%	ASFINAG	21-Out-13
BDS>1	AAA	EUR	2.500.000	5,00%	CAISSE REFINANCE L'HABIT	25-Out-13
BDS>1	AAA	EUR	2.000.000	3,75%	LUXEMBOURG GOVERNMENT	04-Dez-13
BDS>1	AA+	EUR	4.000.000	3,88%	DEXIA MUNICIPAL AGENCY	12-Mar-14
BDS>1	AAA	EUR	2.000.000	2,75%	SWEDBANK HYPOTEK AB	10-Sep-14
BDS<1	A+	EUR	3.000.000	4,25%	REPUBLIKA SLOVENIJA	05-Fev-12
BDS<1	AAA	EUR	1.000.000	3,13%	NIBC BANK NV	17-Fev-12
BDS<1	AA-	EUR	1.000.000	3,25%	BNP PARIBAS	27-Mar-12
BDS<1	AA+	EUR	2.000.000	4,13%	RABOBANK NEDERLAND	04-Abr-12
BDS<1	A	EUR	3.000.000	3,50%	CASSA DEPOSITI PRESTITI	24-Abr-12
BDS<1	A+	EUR	2.000.000	2,75%	BONOS Y OBLIG DEL ESTADO	30-Abr-12
BDS<1	AAA	EUR	2.500.000	5,00%	REPUBLIC OF AUSTRIA	15-Jul-12
BDS<1	AAA	EUR	3.000.000	4,63%	BK NEDERLANDSE GEMEENTEN	13-Sep-12
BDS<1	AAA	EUR	3.000.000	4,25%	FINNISH GOVERNMENT	15-Sep-12
FRN	AA-	EUR	2.500.000	2,14%	SANTANDER INTL DEBT SA	26-Abr-12
FRN	A+	EUR	2.500.000	1,64%	CREDIT AGRICOLE (LONDON)	27-Abr-12
FRN	AA-	EUR	3.000.000	1,67%	BNP PARIBAS	21-Jun-12
FRN	AA-	EUR	2.000.000	1,70%	DEXIA CREDIT LOCAL	28-Jun-12
FRN	AA+	EUR	2.500.000	1,74%	RABOBANK NEDERLAND	08-Out-12
FRN	AA-	EUR	2.000.000	1,97%	SVENSKA HANDELSBANKEN AB	14-Jan-13
FRN	A-	EUR	1.000.000	1,83%	HSBC FINANCE CORP	28-Out-13
FRN	AA+	EUR	5.000.000	1,85%	HSH NORDBANK AG	12-Nov-13
FRN	AA-	EUR	2.500.000	1,59%	HSBC FRANCE	06-Dez-13
FRN	AA	EUR	4.000.000	1,50%	GE CAPITAL EURO FUNDING	03-Abr-14
FRN	AA+	EUR	2.000.000	1,81%	RABOBANK NEDERLAND	19-Mai-14
FRN	A	EUR	4.000.000	2,47%	CCTS EU	15-Dez-15
FRN	AA-	EUR	3.000.000	2,06%	BELGIUM KINGDOM	15-Fev-16

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Por prazos, os instrumentos subdividem-se como segue (*Standard & Poor's*):

	Rating	%
Longo Prazo	AAA	38
	AA	44
	A	18
Total		100

Fonte: Banco de Cabo Verde.

O risco de crédito é, igualmente, gerido por via da selecção de emitentes originários de países elegíveis, definidos nas NOGR.

A distribuição geográfica à data do relatório apresentava-se da seguinte forma:

Distribuição Geográfica	Percentagem
Zona Euro	82%
US	7%
UK	2%
Restantes	9%
TOTAL	100%

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Instrumentos financeiros de execução da Política Monetária

A carteira de títulos do BCV (TRM e TIM) não comporta um risco de crédito associado, devido à grande credibilidade do emitente enquanto autoridade monetária.

NOTA 34.3 – RISCO DE MERCADO

O risco de mercado representa a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital de uma instituição, devido a movimentos desfavoráveis no preço de mercado dos activos financeiros, provocados por flutuações nas cotações das acções, nos preços de mercadorias, nas taxas de juro e taxas de câmbio.

Pode ser medido como o ganho ou a perda potencial de uma carteira de activos, associados a um movimento de preços com uma determinada probabilidade, num determinado horizonte temporal.

O risco de mercado é constituído por diferentes classes de risco, nomeadamente de taxas de juro e de câmbio, sendo o seu controlo e manutenção em níveis considerados adequados assegurados pela imposição de limites estratégicos e táticos.

34.3.1 Risco de taxa de juro

É o risco resultante das alterações nas taxas de juro que afectam o justo valor e o fluxo financeiro futuro dos instrumentos.

O risco de taxa de juro é medido e monitorizado através da *Modified Duration*, que à data do relatório apresentava os seguintes valores por tipo de carteira, ambos dentro dos limites definidos nas NOGR:

Carteira	MD
Investimento	0,61
Liquidez	0,04

Fonte: Banco de Cabo Verde.

34.3.2 Risco de taxa de câmbio

O risco cambial traduz as oscilações do valor dos activos e passivos titularizados em moeda estrangeira.

O risco de câmbio é pautado pela abordagem de gestão de activos e passivos, no qual se exige sempre, no curto prazo, posições cobertas (*matched positions*) das principais moedas- o euro (EUR) e o dólar americano (USD).

A composição cambial dos activos, a 31 de Dezembro, era a seguinte:

	2011		2010	
	ME	MN*	ME	MN*
EUR	201.209.998	22.186	217.963.262	24.034
USD	51.838.799	5.716	67.913.607	7.488
Outros	24.198	3	29.892	3
Total		27.905		31.526

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Nota: * valores em milhões de escudos.

NOTA 34.4 – RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é o risco de perdas originadas pelo mau funcionamento de sistemas informáticos, de sistemas de transmissão e da inadequação ou falhas dos processos internos, das pessoas ou em consequência de eventos externos. Para a prevenção e controlo desse risco, o BCV possui sistemas de controlos internos, de acordo com as características de suas actividades, bem como regulamentos que estabelecem as competências de cada departamento e as atribuições de seus gestores e, ainda, normas que definem os critérios e procedimentos para todas as actividades da instituição.

O cumprimento desses normativos e a observância dos sistemas de controlo interno são acompanhados pelo Gabinete de Auditoria Interna, a quem compete zelar pela regularidade dessas acções. Adicionalmente, cada departamento zela pelo cumprimento dos normativos instituídos referentes às operações sob sua responsabilidade e, com periodicidade trimestral, os directores e equiparados reúnem-se para atestar e avaliar os níveis de controlos instituídos e propor medidas que se julgar necessárias.

O Comité de Segurança e *Compliance* foi criado em Dezembro de 2009 e visa a adopção dos princípios da boa Governança Corporativa. Tem como atribuição principal dar continuidade ao processo de fortalecimento da imagem da instituição, que passa pela melhoria do sistema de controlo interno, identificação e resposta aos riscos inerentes às actividades, da qualidade da informação prestada, contribuindo para o reforço e a implementação de um sistema baseado na credibilidade, segurança e integridade da informação.



Relatório de Auditoria

Introdução

1 Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Banco de Cabo Verde ("Banco"), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2011, a Demonstração dos resultados, a Demonstração do rendimento integral, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, bem como um resumo das principais políticas contabilísticas e outra informação explicativa.

Responsabilidades do Conselho de Administração pelas Demonstrações Financeiras

2 O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriada destas demonstrações financeiras de acordo com os princípios contabilísticos constantes do Plano de Contas do Banco de Cabo Verde e pelo controlo interno que determine ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro.

Responsabilidades do Auditor

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião sobre estas demonstrações financeiras, com base na nossa auditoria a qual foi conduzida de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria. Essas Normas exigem que cumpramos com requisitos éticos e que planeemos e executemos a auditoria para obter garantia razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorção material.

4 Uma auditoria envolve a execução de procedimentos para obter prova de auditoria acerca das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras. Os procedimentos seleccionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude ou a erro. Ao fazer essas avaliações do risco, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras pelo Banco a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contabilísticas usadas e da razoabilidade das estimativas contabilísticas efectuadas pelo Conselho de Administração, bem como a avaliação da apresentação global das demonstrações financeiras.

5 Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião de auditoria.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.com/pt
Matrikulada na Conservatória do Registo Comercial sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000

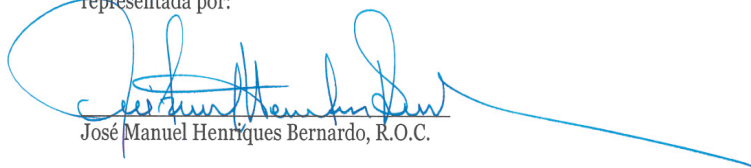
PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda, pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente. Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob o nº 9077

Opinião

6 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Banco de Cabo Verde em 31 de Dezembro de 2011, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa do exercício findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos constantes do Plano de Contas do Banco de Cabo Verde, os quais se encontram resumidos na Nota 2.2 das Notas às demonstrações financeiras.

Lisboa, 28 de Março de 2012

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda
representada por:



Handwritten signature in blue ink, reading "José Manuel Henriques Bernardo".

José Manuel Henriques Bernardo, R.O.C.

